



Digitized by the Internet Archive
in 2018 with funding from
Princeton Theological Seminary Library

<https://archive.org/details/veritas4319unse>

VERITAS

REVISTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL
Pôrto Alegre — Brasil

LIBRARY OF PRINCETON
JAN 25 1988
THEOLOGICAL SEMINARY

SUMÁRIO

PROFS. MARTIN DUBOIS e LEONEL COR- REIA f.m.s. — O fenômeno da repetência nos ginásios	189
PROF. AMADEU F. OLIVEIRA FREITAS — Os clãs, os partidos e as Instituições de Oli- veira Viana	226
PROF. ANTÔNIO DA ROCHA ALMEIDA — A cidade, praça forte e termo de Olivença ..	233
PROF. ASTROGILDO FERNANDES — Bases históricas do Panamericanismo	238
PROF. FRANCISCO CASADO GOMES — A Amizade	246
P.e CARLOS BORROMEU — C. P. P. S. Centenário de Alexander von Humboldt	253
PROF. A. STAUB — Lingua e cultura	262
PROF. ^a DOCELINA DATRIA — Les problèmes du mal	267

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL**

Pôrto Alegre

ENTIDADE MANTENEDORA

União Sul Brasileira de Educação e Ensino (U.S.B.E.E.)
Irmãos Maristas

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Chanceler

Dom Alfredo Vicente Scherer, Arcebispo de Pôrto Alegre

Reitor

Prof. Irmão José Otão

Vice-Reitor

Prof. Manoel Coelho Parreira

Secretário Geral

Irmão Elvo Clemente

Conselho Universitário

Prof. Irmão José Otão
Prof. Manoel Coelho Parreira
Prof. Francisco da Silva Juruena
Mons. Alberto Etges
Prof. Antônio César Alves
Prof. Ivo Wolff
Prof. Irmão Faustino João
Prof. Balthazar Gama Barbosa
Prof. Wilson Tupinambá da Costa
Prof.^a Lúcia Gavello Castillo
Acadêmico Antônio González

Conselho Superior

Prof. Irmão José Otão — Reitor
Prof. Irmão Faustino João — Representante da U.S.B.E.E.
Prof. Irmão Leôncio José — Representante da U.S.B.E.E.
Prof. Irmão Liberato — Representante da U.S.B.E.E.
Mons. Alberto Etges — Representante do Chanceler.

DIRETORES DAS UNIDADES UNIVERSITARIAS EM 1958

- 1 — *Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas*: Prof. Dr. Francisco da Silva Juruena.
- 2 — *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*: Prof. Ivo Wolff.
- 3 — *Escola de Serviço Social*: Prof.^a Lúcia Gavello Castillo.
- 4 — *Faculdade de Direito*: Prof. Dr. Balthazar Gama Barbosa.
- 5 — *Faculdade de Odontologia*: Prof. Wilson Tupinambá da Costa.
- 6 — *Instituto de Psicologia*: Prof. Irmão Hugo Danilo.

O FENÔMENO DA REPETÊNCIA NOS GINÁSIOS DE PÔRTO ALEGRE

Pelos professôres:

Martin Dubois, f.m.s.

Leonel Correia, f.m.s.

1 — APRESENTAÇÃO

A repetência ou não promoção de série escolar é, nos Ginásios do nosso tipo de ensino, um fenômeno constante, de todos os tempos e tôdas as localidades. Tal fenômeno tem-nos chamado a atenção em diversas capitais do país, onde temos lecionado, como Salvador, Recife, Natal, Fortaleza, São Luiz do Maranhão e agora Pôrto Alegre.

O fenômeno aparece incontroladamente, no atual sistema brasileiro de educação. Sistemas estrangeiros conhecemos nós, onde se procede anualmente a rigorosa verificação do coeficiente de aproveitamento escolar. Mal surjam desequilíbrios para logo se orienta uma busca das causas que os provocaram, a fim de encaminhar as providências que se requiram.

Aqui no Brasil, cada vez mais se vão insinuando apreensões naqueles que, como nós, consagraram a existência ao labor educacional. Não é tanto pelo fato de milhares de alunos perderem, por todo o território nacional, um ano ou dois, o que já mereceria a pena do nosso trabalho, senão que, sobretudo, pelo desfavorável condicionamento psicológico que os fracassos desenvolvem nos escolares.

Esta idéia,
aliada à nossa curiosidade de investigação;
o desejo de contribuir minimamente que seja para o progresso da psico-pedagogia;
o ensejo de enriquecer a nossa experiência pessoal no setor educativo;
a vontade de apresentar aos Srs. Pais e Mestres, algumas sugestões, a título de colaboração com eles na árdua tarefa da educação;
a boa intenção de, em dias futuros, ver melhorada tôda a gente nova desta terra;
estas foram as razões que nos moveram a um trabalho objetivo de:

PESQUISA DAS CAUSAS DE REPROVAÇÃO DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS GINÁSIOS ESTADUAIS E PARTICULARES DE PÔRTO ALEGRE — RIO GRANDE DO SUL

Que nós saibamos, nenhuma bibliografia existe sôbre este assunto, salvo “O Problema de sempre: Os Repetentes”, publicação nossa também, na revista de divulgação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Ceará (1958). Nem que nos conste, foi jamais realizada ainda, nesta capital, qualquer investigação de cunho objetivo, acêrca das causas de reprovação no ensino médio.

Intencionalmente, fugimos à especulação e preferimos as técnicas indutivas. Nossa experiência nos levou a considerar como roteiro para êste levantamento, quatro tipos de causas responsáveis da reprovação dos ginasianos:

1 — CAUSAS DEVIDAS AO ALUNO:

- a) — de ordem física: saúde, crescimento, afazeres, etc.
- b) — de ordem psíquica: incapacidade intelectual, mental...
- c) — de ordem psico-pedagógica: fatores emocionais, freqüência irregular, etc.

2 — CAUSAS DEVIDAS AO MEIO:

- a) — ao grupo familiar,
- b) — à sociedade: clubes, diversões...
- c) — ao grupo escolar: grêmios, companheiros...

3 — CAUSAS DEVIDAS AO PROFESSOR:

- a) — relativas à capacidade profissional,
- b) — relativas à metodologia,
- c) — relativas à condução dos alunos.

4 — CAUSAS DEVIDAS À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAR:

- a) — disciplina geral,
- b) — avaliação do aproveitamento,
- c) — orientação da aprendizagem.



2 — TÉCNICAS

Desde o início, pensamos em levar a cabo, com os alunos repetentes, um levantamento estatístico de algum vulto. As nossas hipóteses sôbre as causas dos fracassos poderiam, assim, ser confirmadas ou não.

Para isso traçamos êste programa:

I — TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO:

- A — Questionário a ser preenchido pelos alunos repetentes.
- B — Entrevistas, caso necessário.
- C — Observação.

II — NORMAS PARA A COLETA DOS DADOS:

- A — Fixação das áreas a serem estudadas:
Perímetro urbano de Pôrto Alegre:
 - 1) Ginásios Estaduais (ambos os sexos).
 - 2) Ginásios Particulares (ambos os sexos).
- B — Critério de aplicação:
 - 1) O questionário será aplicado por pessoa estranha ao Ginásio.
 - 2) Os formulários não deverão ser assinados pelos alunos.
 - 3) Evitar-se-á tudo o que possa identificar os Ginásios, suas diretorias ou docentes.
 - 4) Os formulários deverão, uma vez preenchidos ser remetidos ao Instituto de Psicologia da P.U.C. 4.º andar sala 52.

*

*

*

*

III — CRITÉRIO PARA A ANÁLISE DA AMOSTRAGEM:

- 1) Não se fará cômputo algum de repetentes por estabelecimento de ensino, os quais deverão permanecer no anonimato.
- 2) A amostra será discriminada:
 - a) — por sexos,
 - b) — por séries,
 - c) — por idades,

e submetida a judiciosa triagem.

Com estas diretrizes, passamos à realização do nosso plano. Em primeiro lugar, elaboramos o questionário que transcrevemos na íntegra.

Nenhuma entrevista especial foi necessária, porquanto o presente questionário foi idôneamente aplicado pelos Estagiários do Curso de Orientação Educacional, curso êste que, como é sabido, é de post-graduação universitária.

A ilustre professora Suelly Aveline dirigiu a primeira fase do trabalho de tabulagem dos dados, depois de efetuada, por nós mesmos, no material a competente seleção.

O estudo de todos êstes dados obtidos nos levou nada menos de dois meses de aturado labor.

Tudo envidamos para que a representação dos resultados fôsse, na medida do possível, fidedigna.

* *

*

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
CURSO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL
INQUÉRITO COM OS ALUNOS NÃO PROMOVIDOS
do curso ginásial, em Pôrto Alegre, março de 1959

Série..... Idade..... Sexo.....

QUESTIONÁRIO

(Tôdas as respostas se devem referir ao ano escolar de 1958. Responda apenas com SIM ou NÃO às perguntas que seguem):

1. É a primeira vez que você fica reprovado?.....
É a 2.^a?..... É a 3.^a?.....
2. A que atribui sua reprovação:
 - a) falta de tempo?.....
 - b) falta de gôsto?.....
 - c) matéria difícil?.....
 - d) influência de colegas?.....
 - e) professor deficiente?.....
 - f) doença?.....
 - g) desgôsto e fadiga?.....
 - h) dificuldade em casa?.....
3. Seus Pais fazem questão que você termine o C. Ginásial?..
4. Em casa dispunha de um lugar para estudar tranqüil?..
5. Estuda a contra gôsto?.....
6. Alguém, em casa, se interessa por seus temas e lições?..
7. Você fêz todo o curso primário?.....
8. Pertencia a algum clube esportivo da cidade?.....
9. Namorava a sério?..... ou de brincadeira?.....
10. Fazia parte de alguma agremiação no Colégio?.....
11. Freqüentava algum clube social?.....
12. Julga que foi muito prejudicado por FALTAS às aulas?..

(Responda — desenvolvendo à vontade — a essas questões):

13. Se foi prejudicado por faltas quais os motivos dessas faltas?
 14. Em que matéria ficou você reprovado?.....
 15. Em que ocupava as horas de folga?.....
 16. Quantas vêzes por semana ia ao cinema?
 17. Que ocupações tinha em casa ou fora de casa além do estudo?
 18. Quais eram seus passatempos favoritos?
- Se quiser, escreva tudo o mais que você estiver pensando a respeito dos estudos e de sua não aprovação:.....

Muito obrigado

3 — REPRESENTAÇÃO E ESTUDO DOS RESULTADOS

A fim de alcançar uma elevada porcentagem de repetentes, de ambos os sexos, dos Ginásios de Pôrto Alegre, foram impressos e distribuídos 1.500 formulários de inquérito.

Foram-nos devolvidos 1.135, devidamente preenchidos. No entanto, por causa de falhas, incongruências ou omissões, não puderam ser aproveitados senão 983, o que já nos dá um rendimento valioso.

Mantendo-nos fiéis ao critério prefixado, nenhuma distinção estabelecemos entre o ensino Estadual e o Particular. A amostra ficou assim constituída:

REPETENTES DO CURSO GINASIAL

Pôrto Alegre — 1959

Distribuição da amostra por idade, sexo e por série

Idade	Masculino								Total
	12	13	14	15	16	17	18	19	
1. ^a série	15	52	77	32	2	4	—	—	182
2. ^a série	—	14	44	36	28	6	3	3	134
3. ^a série	—	—	7	24	15	10	4	1	61
4. ^a série	—	—	—	2	5	10	11	14	42
Total	15	66	128	94	50	30	18	18	419

	Feminino								
Idade	12	13	14	15	16	17	18	19	Total
1. ^a série	16	51	53	37	20	8	1	3	189
2. ^a série	—	18	46	28	21	9	9	3	134
3. ^a série	—	—	20	38	49	27	27	12	173
4. ^a série	—	—	—	7	16	23	12	10	68
Total	16	69	119	110	106	67	49	28	564

REPROVAÇÃO

É notório, conforme o gráfico “número de vezes que foi reprovado”, que os repetentes não são “marinheiros de primeira água”, pois aproximadamente 40% dêles fôram reprovados duas ou três vezes. Sòmente 60,6% das môças e 62,1% dos rapazes falharam pela primeira vez.

Quase 30% de ambos os sexos foram reprovados duas vezes e 10% inexplicavelmente, três vezes (1).

Dizemos inexplicavelmente porque difìcilmente se conceberá uma porcentagem tão elevada de alunos mentalmente “inferiores”. E, a supormos que tenham um quociente intelectual médio, então havemos de admitir que os responsáveis pela educação ainda se não deram suficientemente conta dêsses problemas, ou não estão em dia para poder obviá-los. Melhor será dizer que o grande mal está em não ter a nossa sociedade formação, nem organização necessárias, que atendam ao caso especial dêsses alunos.

(1) — A fim de evitar equívocos, desejamos esclarecer que as percentagens a que nos referimos no presente inquérito, são em função dos repetentes e não do número total de estudantes.

Em primeiro lugar, existe o preconceito de que só o ensino secundário é valioso, por dar acesso às Universidades. Fêz-se disso uma vaidade quase “hereditária”. Os pais de família entendem que seus filhos devem ser doutores, engenheiros, advogados. Para serem felizes?

— Não tanto, mas para satisfazerem quer as tradições familiares, quer a “moda” nacional.

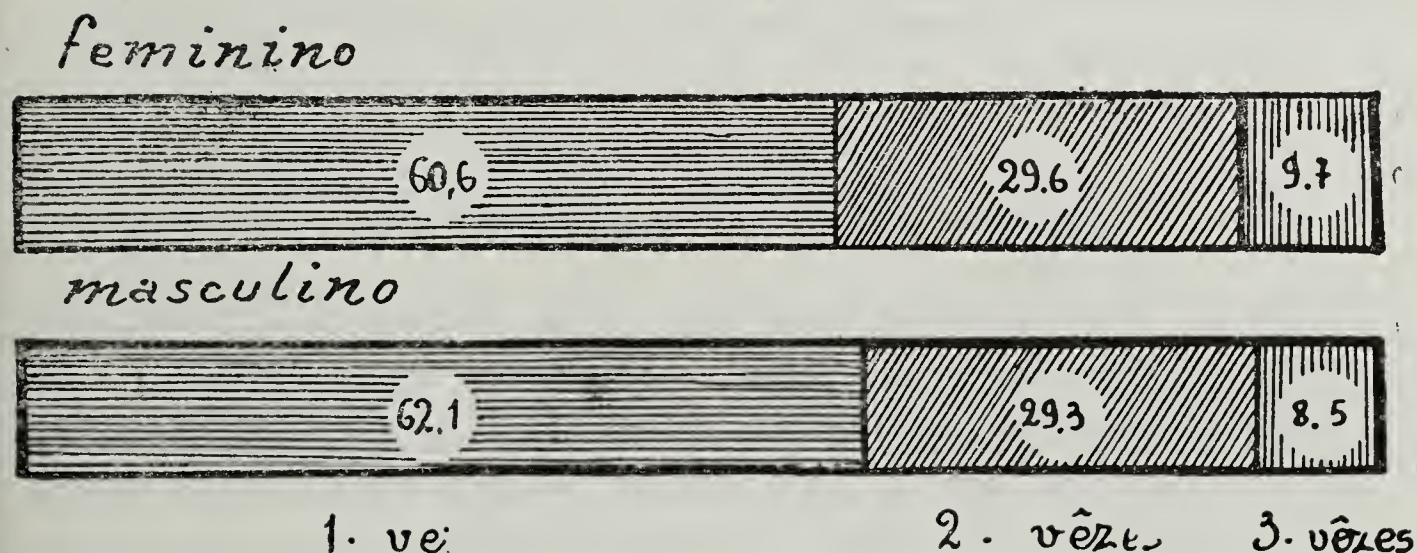
Em segundo lugar (e já uma decorrência do preconceito a que aludimos) a sociedade carece de ensino técnico e profissional; de instituições especializadas que aproveitem as inteligências “práticas” de bom número de nossos jovens, em vez de deixá-los passar por “inferiores” na escola média.

Porque a inteligência apresenta muitas formas. Mais vale um agricultor de “alto estilo” que um advogado medíocre. Mas sobretudo, vale ponderar que a personalidade sobrepassa a inteligência. E o que urge é auxiliar as gerações novas a aproveitar ao máximo todos os seus recursos para que, melhorando cada um, seja melhor a sociedade.

REPETENTES DO CURSO GINASIAL

Pôrto Alegre — 1959

Número de vezes que foi reprovado:



CAUSAS:

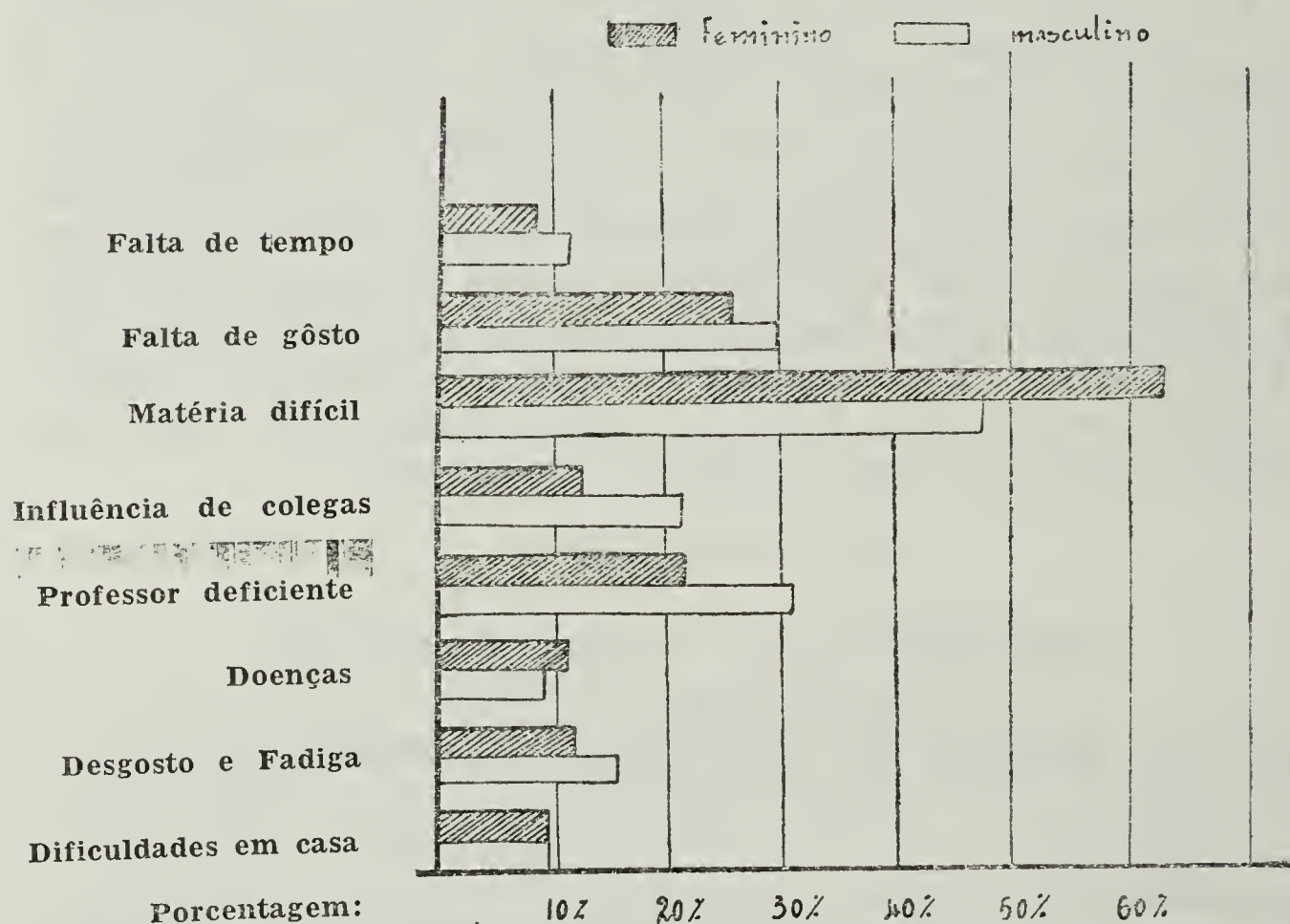
“A que atribui sua reprovação?”

As respostas a esta pergunta deram origem ao gráfico abaixo e podem ser esquematizadas da seguinte maneira, em ordem decrescente, conforme o valor atribuído pelos próprios prejudicados:

REPETENTES DO CURSO GINASIAL

Pôrto Alegre — 1959

Causas da reprovação por sexo.



- 1.º — “matéria difícil” — com a elevada porcentagem de 55%.
- 2.º — Vem logo em seguida, como responsável pela não aprovação — “falta de gosto” com 27%.
- 3.º — Com pouca diferença, acusam os repetentes, como causa de seu não aproveitamento escolar — “professor deficiente” — com 25,8%.
- 4.º — “influência de colegas” — é apontada por 16,6% como responsável pela sua reprovação.
- 5.º — 15,5% dos repetentes alegam — “desgosto e fadiga”.
- 6.º — “falta de tempo” — só é invocada por uma porcentagem diminuta — 9,7%.
- 7.º — com 9,03% é apresentada como causa da repetência “dificuldades em casa”.

OUTRAS CAUSAS

Foram ainda apresentadas outras causas, como se vê no quadro seguinte:

- 1 — Por não terem feito integralmente o curso primário 4,7% julgam que isto os prejudicou nos estudos.
- 2 — A “falta de lugar, em casa, para estudar” é apresentada por quase 20% dos repetentes.
- 3 — A “falta de interêsse dos pais” levou 21,4% a se descuidarem nos estudos, ocasionando a sua repetência.
- 4 — “Faltas às aulas” (nem sempre bem justificadas), são responsáveis pelo insucesso de 22%.
- 5 — “Atividades extra-escolares” no próprio colégio, foram invocadas por 28% dos inquiridos.
- 6 — Mais numerosos foram aquêles que perderam em clubes esportivos, um tempo precioso para o estudo. 41,3% pertencem a clubes da cidade. Na maioria são rapazes.
- 7 — “Clubes sociais, danças” fizeram perder tempo a 48% dos repetentes. As môças formam a maior parcela.
- 8 — O índice mais elevado é apresentado por aquêles 60% de repetentes que, namorando, “a sério ou de brincadeira”, esbanjaram, em encontros extemporâneos, o precioso tempo destinado ao estudo, ao trabalho sério que lhes possa futuramente garantir um lar feliz, alicerçado em bases seguras.

A primeira vista parece que a solução para aumentar o coeficiente de aprovações está numa reforma dos programas, de tal forma que a “matéria difícil” se torne “fácil”; isto é por demais simplista. Dizia alguém de boa intuição pedagógica que “não há maneira fácil de aprender uma coisa difícil”, querendo significar que o esforço tem de presidir a todo o trabalho sério.

A nós, está interessando agora saber por que acha o repetente difícil a matéria. Não podemos alegar “falta de base”, pois 95,3% dizem ter concluído o primário.

Mas verificamos que a grande porção de alunos desaproveitados têm um excesso de atividades sociais.

E surpreendeu-nos, no correr de nosso trabalho, que tais atividades principiassem logo a partir da primeira série ginasial.

A vida social dos jovens é um fator importante na educação dos mesmos. Clubes esportivos, diversões, arte: são formas de atividades humanas em que os novos se devem integrar paulatinamente. Tais atividades são educativas na medida em que mantêm a sua posição complementar na vida.

Educar é precisamente auxiliar os jovens inexperientes a formar um quadro de valores onde ressalte o essencial do acessório.

A menos que pretendamos formar profissionais do esporte, do ballet, da rua, ou do cinema, será preciso ordenar o tempo que o aluno nisso dispende.

SÉRIE E REPROVAÇÃO

Masculino — É notória a disparidade de reprovações nas diversas séries do ginásio, mormente na seção masculina.

Ressalta à vista, a grande porcentagem de repetentes que se acham nas primeiras séries perfazendo um total de 75,41% do total dos repetentes que responderam ao presente inquérito. Cabe à primeira série, 43,43% e, à segunda, 31,98%; a terceira série apresenta-se com uma porcentagem bem menor, 14,55%.

A quarta série figura com 10,04%.

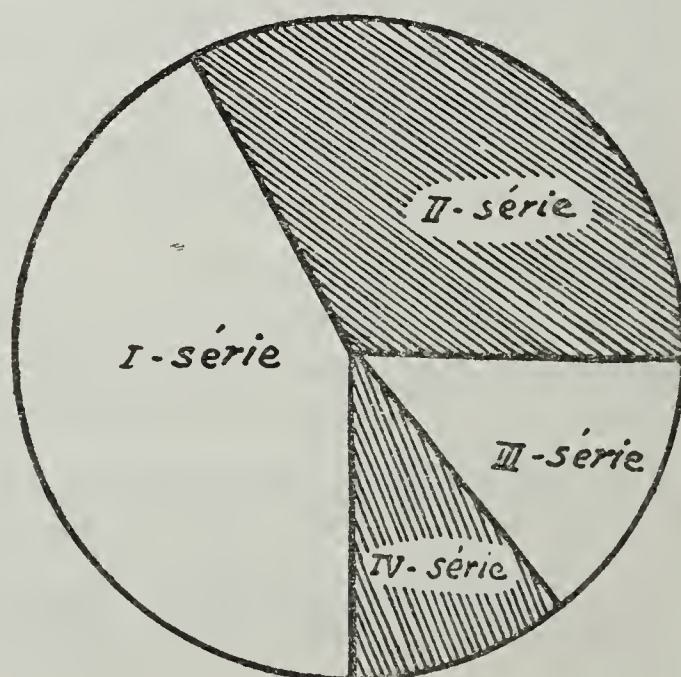
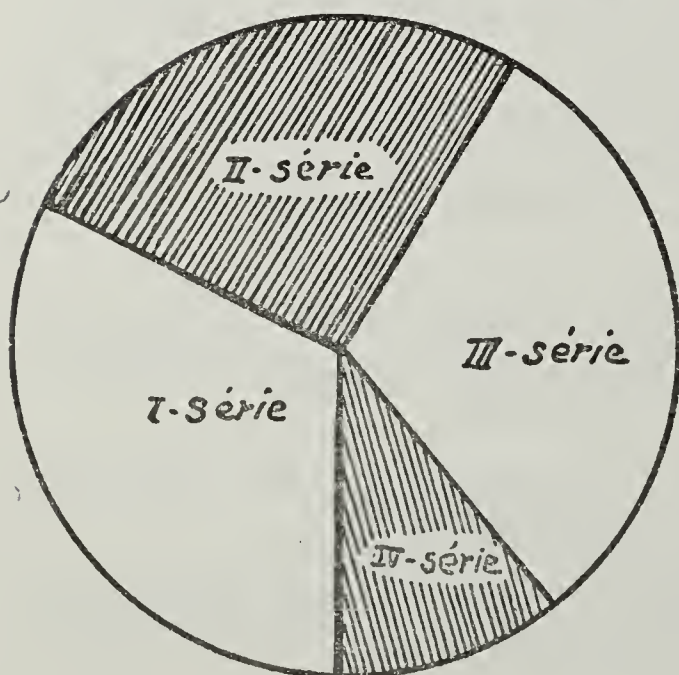
REPETENTES DO CURSO GINASIAL

Pôrto Alegre — 1959

Reprovação por série e por sexo.

feminino

masculino



Feminino — No setor feminino, a primeira série compreende maior número de repetentes, 33,5%.

Não muito distante aparece, não a segunda série, mas a terceira com uma porcentagem por demais elevada, 30,67% tanto mais que já são môças de 16 anos e 2 meses em média.

Em terceiro lugar vem a segunda série com 23,75%.

A quarta série feminina de pouco superior à série correspondente no setor masculino, apresenta um quociente de 12,07%.

Nota-se uma desambientação psicológica na transição do Primário para o Ginásio.

Esse fenômeno resulta, a nossa ver, de três causas principais.

- 1 — maior número de matérias (quase o dôbro);
- 2 — maior número de professores;
- 3 — súbita mudança na maneira de conduzir as crianças. No primário, o sistema é “maternal”.

No secundário, dada a grande variação de professores, passa-se a exigir dos alunos compreensão e atitudes adultas.

Ora, o excesso de atividades sociais de que atrás falamos, pode muito bem ser uma resultante do mecanismo de compensação afetiva nos moços.

Haja vista que o fenômeno da desambientação psicológica nas duas primeiras séries ginasiais, se faz mais sentir no setor masculino, onde 75% fracassaram, enquanto que apenas 57% foram reprovadas no setor feminino.

As môças não sentem tanto esta diferença porque, ao ingressarem no ensino médio, já estão psicologicamente mais amadurecidas.

IDADE E REPROVAÇÃO

Masculino — Por volta dos 14 anos, os rapazes são mais sensíveis à reprovação. O gráfico a seguir evidencia esta ocorrência. O saldo no fim do ano letivo, fornece, em primeiro lugar, a elevada porcentagem de 30,54% dos repetentes.

Em segundo lugar, porém já num grau menor, os rapazes de 15 anos, alcançam 22,43% dos inabilitados.

Em terceiro lugar, encontramos 15,77% de repetentes no setor masculino, com 13 anos de idade.

Em quarto lugar, os rapazes com 16 de anos; a porcentagem é de 11,95%.

Em quinto lugar, os adolescentes de 17 anos, com 7,16%. Os jovens de 18 e 19 anos, já muito mais cônscios de seus de-

veres, aparecem em sexto lugar com a porcentagem diminuída de 4,29%.

Como melhores estudantes se classificam os meninos de 12 anos que têm porcentagem menos elevada e da ordem de 3,57%.

Feminino — Conforme o gráfico “reprovação por idade e por sexo”, verificamos que, para as mãas, as idades mais desfavoráveis para os estudos são 14, 15 e 16 anos. Reunidas essas três idades fornecem uma porcentagem de 59,04% de reprovações, capaz de contrabalançarem sòzinhas, as outras 5 idades em que estão agrupadas as mãas estudantes.

Mais especificamente temos: 14 anos, com 21,10% de reprovadas; 15 anos, com 19,14% e 16 anos, com 18,80%.

Dir-se-ia que, a partir dos 14 anos, as mãas vão “tirando os atrasos” no estudo.

A idade de 17 anos dá um contingente de 11,9% de reprovados.

Os 18 anos fornecem apenas 8,86%.

Dos 19 anos em diante aparece-nos a porcentagem de 4,96%. No entanto é possível que, a esta altura, muitas já tenham desistido do curso.

Alunas melhor aproveitadas encontramos-las com 12 anos: porcentagem mínima de 2,83%.

Aos 13 anos, a porcentagem de reprovadas aumenta para 12,2%. Não admira, pois o clímax situa-se, como já vimos, aos 14 anos.

Confrontando no gráfico as duas curvas de reprovações, verificamos, sem custo, que a idade mais desastrosa para os estudos, é, para ambos os sexos, a que decorre aproximadamente entre 14 e 15 anos e meio.

Isto nos dá a entender que a fase pubertária não está alheia deste fenômeno.

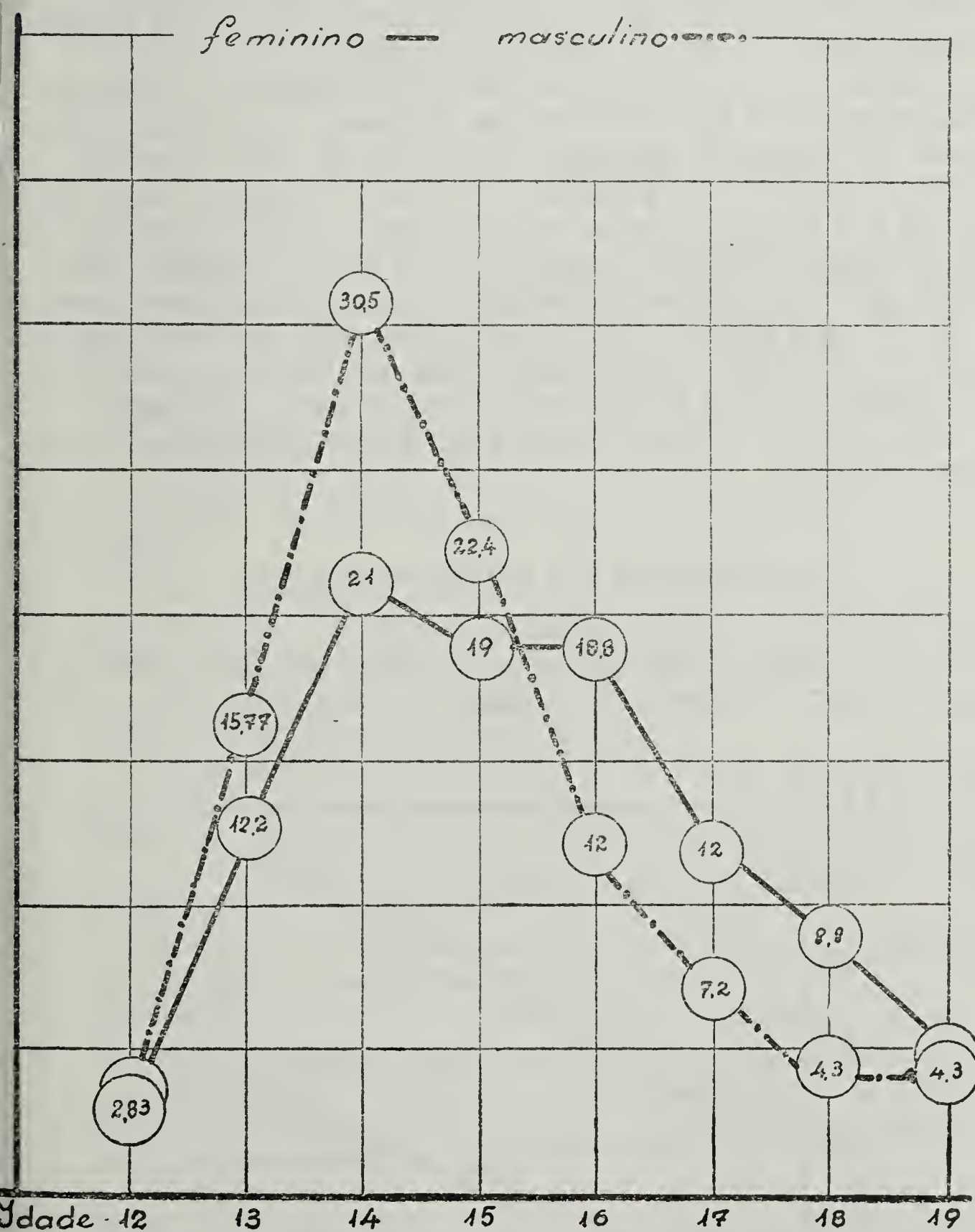
Os rapazes fracassam neste período, mais 12,73% que as mãas, mas recuperam-se de imediato, aos 16 anos, distanciando-se das mãas para melhor, e mantêm essa melhoria até aos 19 anos, quando sensivelmente se aproximam os resultados de ambos os sexos.

As mãas apresentam, em relação aos rapazes, menor porcentagem de reprovadas entre os 14 e 16 anos. Isso pode ter sua explicação atendendo a que elas iniciam a puberdade mais cedo e já estão, nessa idade, em maior equilíbrio psicológico. Em contrapartida continuam sendo reprovadas em mais elevada porcentagem durante 2 ou 3 anos, provavelmente porque dos 16 anos em diante, lhes interesse mais o casamento que os estudos.

REPETENTES DO CURSO GINASIAL

Pôrto Alegre — 1959

Reprovação por idade e por sexo (porcentagem).



Aqui nos podemos reportar ao que dissemos atrás, sôbre a desambientação psicológica, na passagem do primário ao secundário, mormente para os rapazes. Nêles a puberdade é mais turbulenta e até certo ponto mais desamparada.

Por isso, nos parece poder sugerir que se estabeleça uma acentuada diferença nos processos pedagógicos entre as duas primeiras séries do curso ginasial. E o ideal seria que essas duas séries constituíssem (como em alguns países) um ciclo à parte, com menor número de matérias e de professores.

O rodízio de professores é desfavorável nesta idade àquela ambientação psicológica que acima referimos.

Interessante é verificarmos no gráfico abaixo, o confronto entre as idades dos repetentes de ambos os sexos com a idade que normalmente deveriam ter em cada série ginasial.

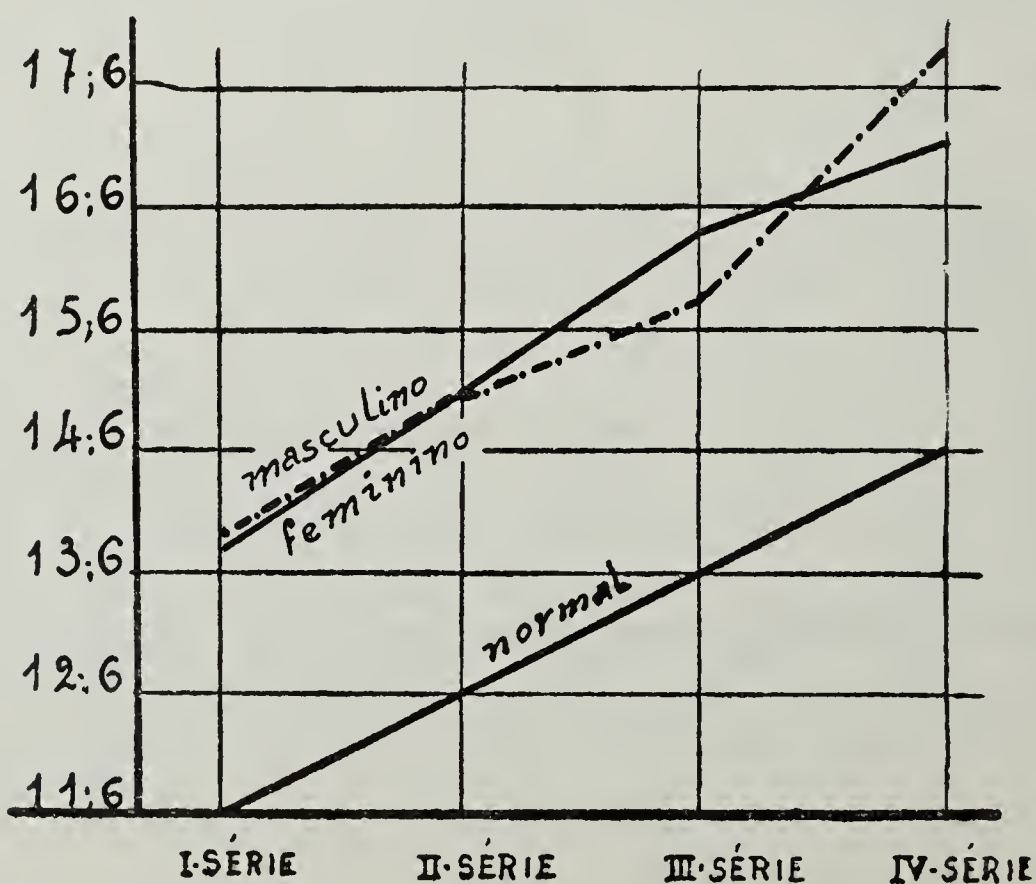
Na primeira série ginasial, em julho, a criança deve ter 11 anos e 6 meses e notamos que os repetentes, nesta série têm: 13 anos e 8 meses (feminino) e 13 anos e 9 meses (masculino), quando normalmente deveriam ter 12 anos e 6 meses por terem sido reprovados; isto significa que são estudantes que ingressaram no curso ginasial com um atraso que vai desde 14 meses para as môças até 15 meses para os rapazes.

Na segunda série, o atraso é de 2 anos e 5 meses, para ambos os sexos.

REPETENTES DO CURSO GINASIAL

Pôrto Alegre — 1959

Média da idade dos repetentes por aula e por sexo, em confronto com a idade normal.



Na terceira série, as môças repetentes estão com um atraso de 2 anos e 2 meses ao passo que os rapazes apresentam um atraso maior, sendo de 2 anos e 8 meses, não justificados por uma reprovação única, nem mesmo por duas reprovações.

Na quarta série, agrava-se ainda mais o atraso. As môças estão com 2 anos e 9 meses de atraso em relação à normal e os rapazes vêm com um atraso ainda maior da ordem de 3 anos e 4 meses. Este atraso não é admissível nem mesmo com três reprovações e somente é explicável por uma entrada tardia no curso ginasial.

MATÉRIA E REPROVAÇÃO

Figura em primeiro lugar — Matemática — com 53,99%. É de notar que há mais rapazes reprovados nesta matéria do que môças, fato que se repete em Português, Ciências, Geografia, Desenho, Música e Trabalhos Manuais.

O Latim — figura em segundo lugar com 41,58% dos repetentes prejudicados nesta matéria. É sensivelmente igual a porcentagem entre rapazes e môças.

Vem em terceiro lugar o — Francês — com 39% dos prejudicados; assim como para Latim, há equilíbrio entre os dois sexos.

A — Língua Portuguesa — vem em quarto lugar, sendo que as môças estudam melhor do que os rapazes a língua pátria. A porcentagem dos repetentes é de 23,71%.

A — Geografia — com 23,55% vem em quinto lugar. Matéria melhor estudada pelas môças.

Aparecem em sexto lugar o — Inglês — com 22,84% de prejudicados. As môças se mostram menos interessadas nesta matéria e por isto maior é o número de repetentes femininos.

A — História — aparece em sétimo lugar com 15,22% de reprovados. Os rapazes são menos atingidos.

Em oitavo lugar — Desenho — reprovando mais rapazes do que môças numa média de 11,18%.

Uma das matérias que menos reprovam (talvez por só ser lecionada nas 3.as e 4.as séries) é — Ciências — com 7,22%.

Finalmente em décimo lugar aparecem — Música e Trabalhos Manuais, — que reunimos num só item por terem uma porcentagem mínima de 7,07%.

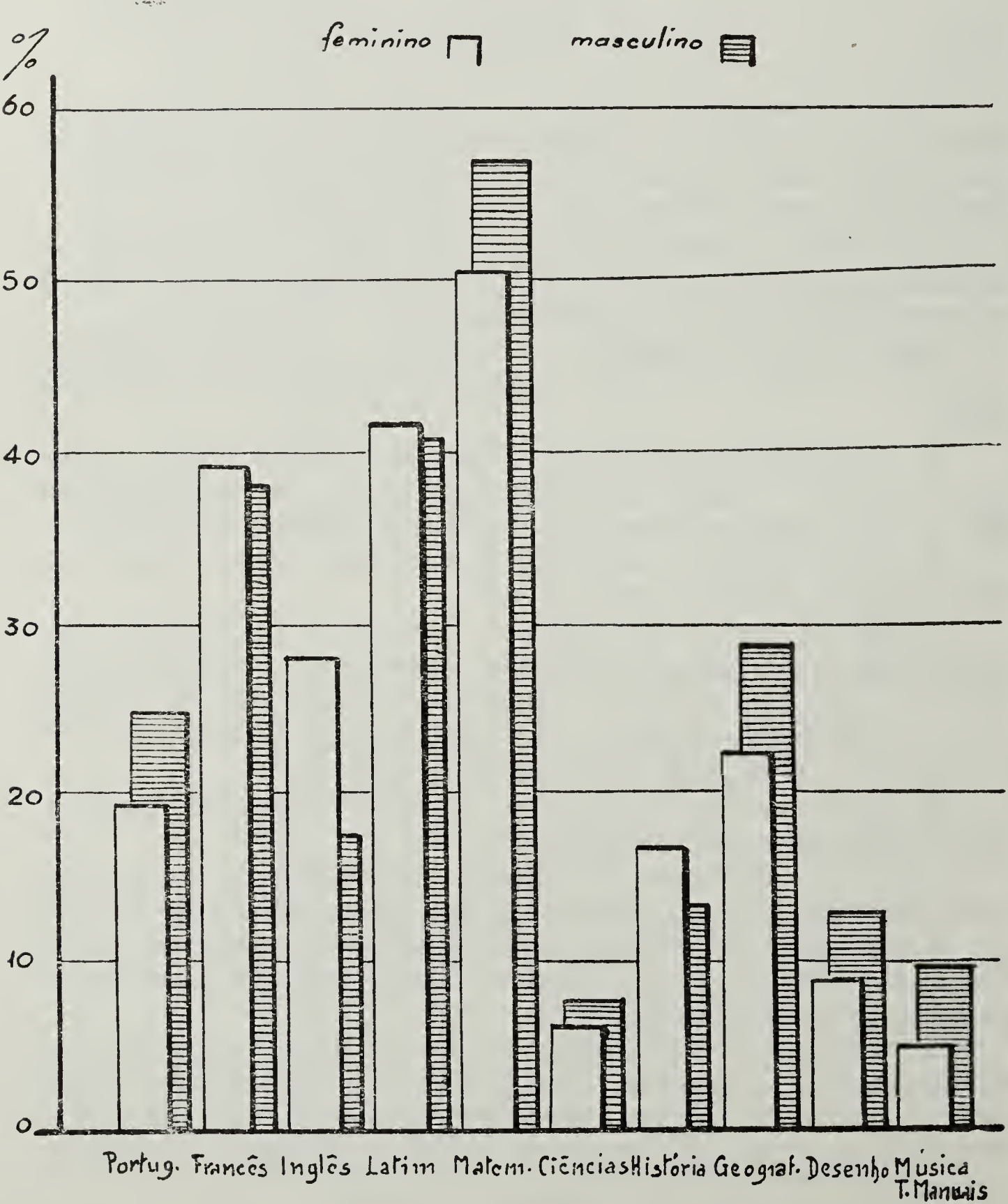
Estranhamos a posição da Geografia na ordem das matérias que mais reprovam — 5.º lugar —. Não vemos a que atribuir o fato. Os rapazes são mais reprovados em Português, Matemática, Ciências, Geografia, Desenho, Música e Trabalhos Manuais.

As môças, em: Francês, Inglês, Latim e História.

Não atinamos bem com a razão por que, entre os repetentes, as môças demonstrem mais pendor para as Ciências e os rapazes para as línguas, exceto Português.

Verdade seja dita que, na seção de línguas, os rapazes sobressaem apenas em Inglês. De resto são batidos em toda a linha.

REPETENTES DO CURSO GINASIAL
REPROVAÇÃO POR MATÉRIA
Pôrto Alegre — 1959



FALTAS ÀS AULAS E REPROVAÇÃO

Motivos aduzidos para justificar faltas às aulas e que prejudicaram a 22% dos repetentes:

- 1 — “Vadiação”, 11% sendo que há mais vadiação entre os rapazes do que entre as môças.
- 2 — “Doenças”, 10%.
- 3 — “Trabalhos”, 1% apresentado por reduzido número de estudantes.

CINEMA E REPROVAÇÃO

Sòmente 12,10% dos repetentes não responderam à pergunta referente ao cinema.

Exatamente 44,75% vão uma vez por semana às salas de projeção; 27,04% vão duas vêzes e 10,35% vão três vêzes. Os demais, isto é, 5,76% assistem quase diàriamente ao cinema.

Porcentagem da freqüência semanal ao cinema

	Não resp.	iam 1 vez	2 vêzes	3 vêzes	4 ou mais
Rapazes	10,53	46,06	26,96	8,83	7,62
Môças	13,67	43,44	27,12	11,87	3,90
Total %	12,10	44,75	27,04	10,35	5,76

Além do cinema, podemos apresentar o quadro seguinte organizado com as respostas obtidas às perguntas:

“Em que ocupava as horas de folga?”

“Quais os passatempos favoritos?”

- 1 — Diversões e danças, 48,%
- 2 — Leitura (nem sempre formativa), 43%
- 3 — Esportes (sobretudo os rapazes), 41,3%
- 4 — Música e outras artes, 14%
- 5 — Passeios e conversas, 39%
- 6 — ESTUDAR, 12%

7 — Em menores porcentagens, encontramos os seguintes títulos: Ouvir rádio, trabalho em casa (mormente para as môças) e também encontramos:

“sonhar... sonhar acordada...”

O que nos chama a atenção imediatamente é a leve porcentagem de reprovados, (12%) que afirmam empregar horas livres em “estudar”. Sabemos que aos alunos bem dotados não bastam as horas de aula para darem conta do programa. Quanto mais aos que mal podem acompanhar as lições!

Sem horas de estudo complementar, além dos temas e exercícios é difícil a um Ginasião dominar os programas escolares. E é precisamente êste estudo complementar que 88% dos repetentes cãndidamente afirmam não usar.

Na parte seguinte do nosso trabalho, desenvolveremos melhor êste tópico sob a epígrafe de “interferências responsáveis na falta de gôsto para o estudo”.

SÍNTESE DESTA PARTE

Dos repetentes, apresentam-se como reprovados mais de uma vez quase 40%.

INTERPRETAÇÃO: a) — Inferioridade mental dos alunos — e não deveriam estar em escolas dêste tipo.

b) — Deficiente organização social, familiar e escolar que ainda não deu pelo problema ou não está aparelhada para resolvê-lo.

CAUSAS DA REPROVAÇÃO: — Os repetentes frisam sobretudo a “matéria difícil” (55%). A nós importam as razões porque os alunos acham difícil a matéria do estudo:

- 1 — falta de estudo complementar (88%)
- 2 — Namôro (60%)
- 3 — Clubes sociais e esportivos, cinemas.
- 4 — Irregularidade de freqüência.
- 5 — falta de interêsse dos pais e de melhores condições no lar.

IDADE, SÉRIE E REPROVAÇÃO: Os rapazes ficam mais reprovados na 1.^a e 2.^a série, nas idades de 14 a 15 anos e meio.

As môças fracassam mais na 1.^a e 3.^a série, exatamente entre os 14 e 16 anos.

Isto nos leva a atribuir o fato à fase pubertária por que atravessam.

4 — INTERPRETAÇÃO DA ÚLTIMA PROPOSIÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Mantendo o propósito de guardar estrita objetividade, até o fim de nosso trabalho, prevenimos os senhores leitores de que as considerações aqui apresentadas não têm caráter de tese.

Tudo quanto precede, está baseado nos dados da amostra com que trabalhamos e o que vai seguir é um estudo daquela última proposição do questionário:

“Se quiser, escreva tudo o mais que você estiver pensando a respeito dos seus estudos e de sua não aprovação”.

Isto não significa que lhe concedamos um valor de lei, um caráter de generalização, porquanto, não nos foi possível tratar estas considerações com as medidas estatísticas. Todavia, algum valor lhe podemos atribuir, atendendo a que:

- 1 — Todos os questionários nos pareceram preenchidos dentro de boas condições de fidedignidade.
- 2 — A proposição, em foco, não era numerada, para lhe darmos precisamente um cunho de espontaneidade, de “coisa a mais”, de questão facultativa.

Tudo leva a crer que assim a tomaram os alunos, pois muitos se abstiveram de responder. Uns escreveram neste teor: “Basta, acho que foi muito”.

Outros disseram: “Já está tudo dito no questionário”.

Mas 58,94% dos rapazes e 58,86% das môças acrescentaram notas interessantes e curiosas para o assunto que nos ocupa.

- 3 — O caráter de “questão aberta” fazia da última proposição do inquérito um estímulo psicológico para uma espécie de catarse, um convite a um desabafo incontido, dêsses que inibidos por longo tempo na

alma dos jovens, só espreitam uma oportunidade para se manifestarem.

Muitos disseram de seu contentamento, por se lhes haver propiciado uma ocasião de dizer o que sentem: “Agradecido por desabafar” (16 anos, masc.). E depois acrescentaram outros, receosos de haver comprometido alguém: “Desculpe-me alguma resposta”.

Não desconhecemos que um aluno reprovado é um aluno psicológicamente ferido. E sua opinião só terá algum valor a uma certa distância do impacto emotivo.

Levamos em atenção esta lei psicológica, aplicando o questionário no mês de abril, estando já em pleno curso o ano escolar. A esta altura já os alunos se sentiam mais hábeis para darem sua opinião acêrca de um acontecimento que pertencia francamente à sua vida passada.

Sem atribuir, como acima referimos, um valor generalizado a estas considerações, assim mesmo, convimos em que ultrapassam as raias de “meras opiniões individuais”.

- a) — porque vários incidem no mesmo conceito;
- b) — porque o conceito que um aluno tenha de seus mestres se forma de duas partes indivisas, mas distintas: uma objetiva e é expressão da opinião do grupo socio-escolar de que o aluno é afim; outra subjetiva, e é expressão individual.

As considerações que aqui referimos são portanto, opiniões de pequenos grupos de repetentes. Mas vale observar que não é o “número estatístico” o que confere, “ipso facto” foros de autenticidade a uma afirmação. Um “grande número” pode atestar — “o que é” — enquanto que um “único indivíduo” nos pode esclarecer muito bem sobre aquilo — “que deve ser”.

O REPETENTE CONCEITUANDO O ESTUDO

Encontramos entre os repetentes quatro conceitos distintos do estudo. Não se trata de um conceito filosófico, é claro. Mas é indubitavelmente um conceito lógico, porque é uma noção vivencial, construída com as suas experiências diárias com as idéias travadas no seu ambiente social e com o modo de vida próprio e a educação assimilada no convívio sobretudo dos familiares.

As três noções de estudo se estribam em razões que sem dúvida, o aluno tem por sólidas e claras na sua mente:

- 1 — *em razão do prazer que causa* — “O estudo é uma grande bobagem, um passatempo desagradável...” (15 anos, fem.) (1).
- 2 — *em razão do esforço que exige* — “O estudo é um sacrifício” (14 anos, masc.).
- 3 — *em razão da utilidade que proporciona* — “Sem o estudo, não se é nada na vida” (15 anos, masc.).
- 4 — *em razão do dever que é* — “O estudo é uma religião que devemos abraçar” (15 anos, masc.).

Êstes conceitos são ao nosso ver a expressão de uma realidade para a qual todos os educadores devem olhar na sua tarefa, nem sempre grata, de formar os jovens. Ainda é lei psicológica que tôda a idéia tende a dinamizar a personalidade, a tomar expressão num comportamento, em atitudes concretas. Se assim é, parece-nos bem difícil que os alunos, cujas noções acêrca do estudo não ultrapassem “o passatempo ou o “sacrifício”, consigam deixar de ser redondamente reprovados na escola. Mas ainda que consigam depois de algumas tentativas, uma promoção “por constância”, não vemos como tais alunos hajam adquirido formação para amanhã enfrentarem a vida... que não seja “bobagem”, nem “passatempo”.

O ginásio, como tôda a escola, deve por isso preocupar-se em dar aos seus alunos, noções de estudos, de honestidade no trabalho.

O REPETENTE FACE À SUA REPROVAÇÃO

Postos, em virtude do nosso inquérito, em face da reprovação, os alunos repetentes assumiram três atitudes. Vamos nomeá-las em ordem quantitativa como as encontramos.

1 — O CONFORMADO — A grande maioria dos inquiridos mostraram-se atenciosos na maneira como responderam ao questionário. Muitos, ao nosso “Muito obrigado” final do pé do formulário, acrescentaram: “Muito obrigado, igualmente”;

(1) — Para evitar possível identificação, ocultamos por vêzes, a série, o sexo ou a idade dos repetentes de cuja autoria fôr a citação transcrita.

ou ainda, “de nada”; ou então: “Disponha sempre”; “grato pela oportunidade”.

Em geral os repetentes afirmam-se responsáveis no seu fracasso, ainda quando inculpam gravemente o meio e os mestres... A expressão mais típica dessa conformidade racional parece um provérbio francês “qui sème le vent, recueille la tempête” ... e tem quase sabor poético, não fôra o desagrado da reprovação:

“Tenho de me conformar com o próprio trigo que eu plantei” (14 anos, masc.).

Alguns, além de terem achado justa a reprovação, têm-na por proveitosa:

“Êste ano estou compreendendo tudo” (12 anos, fem.).

“Foi ótimo para mim, porque tiro êste ano boas notas devido à minha reprovação” (16 anos, masc.).

Por isto, já vemos que *“há males que vêm por bem”*.

2 — O COMPLEXADO — Infelizmente, nem todos tiveram esta isenção de ânimo. Sabemos como, um mesmo estímulo pode provocar psicológicamente diferentes respostas. Também aqui esta lei se verifica.

Calculamos que uns 5% dos repetentes começam a sentir um certo complexo de inferioridade. Haja vista o que afirmam: “Achava e acho que já não dou para estudar, que sou burra”. “Não tenho inteligência suficiente” (15 anos, fem.).

Outros não olham o futuro com segurança; prevêem nova derrota:

“Acho que vou rodar outra vez”.

Uns têm a consciência mal formada. Fazem da reprovação um quase pecado: “Foi uma falta que não pretendo mais cometer” (14, 15 e 16 anos, masc. e fem.).

O caso de um primeiranista de 14 anos é mais sutil e porventura mais freqüente do que ordinariamente imaginamos: “Pensava eu no outro dia ser melhor a dizer a lição, mas tinham outros que me ganhavam e eu desanimava...”

3 — O REVOLTADO — Uma revolta é bastantes vêzes melhor do que um complexo.

O revoltado possui energia combativa. Com o andar do tempo domina as mágoas e os acontecimentos saindo-se bem, mesmo que seja para provar que êle “apesar dos pesares” é capaz de realizar, contra quem quer que seja, os seus intentos.

O complexado não tem capacidade de revolta. O traumatismo atingiu fundo demais. Êle dá razão a tudo e a todos que lhe dizem que “não dá para nada”.

O revoltado protesta violentamente:

“Isso eu não desculpo”. (14 anos).

“É a única coisa que penso até hoje e sempre pensarei...”
(14 anos).

Mas, via de regra, a duração da revolta está na razão inversa da violência. São trovoadas de verão.

O PROFESSOR CLASSIFICADO PELO REPETENTE

Mau grado pareça um desrespeito à nossa dignidade de mestres (os autores também se incluem), vamos apresentar os tipos de professores a que os repetentes fazem alusão. É óbvio que não foi intenção dos pesquisadores encontrar as falhas do corpo docente dos ginásios, nem pedimos aos alunos uma classificação dos seus mestres. Todavia facilmente a deduzimos dos termos usados na proposição final do inquérito. Segue, esta classificação, a ordem do número de referências.

1 — *O professor agressivo* — Esta agressividade toma todos os matizes, desde o simples nervosismo:

“A professora passava o tempo gritando” (1.^a série);
ao insulto em palavras:

“Os professores desejam ser respeitados, mas quando estavam um pouco exaltados, insultavam os alunos. (2.^a série);
e quase até às vias de fato:

“O professor me chamou duas vezes para brigar” (masc.).

As citações aparecem, na sua totalidade, nas primeiras séries do ginásio, onde os alunos são mais turbulentos. De qualquer forma, aí ficam para uma ponderação.

Seja dito de passagem que o estado de Nova Iorque acaba de tornar oficial nas suas escolas os “castigos corporais” (cf. O Jornal, 10-5-59 — Rio). No entanto... é preciso que seja uma “batida pedagógica”...

Os alunos ajuízam bem, afirmando que “professôras nervosas influem nas sabatinas” (15 anos). E tanto mais influirão, quanto menos segurança tiverem os alunos.

2 — *O professor injusto* — A injustiça segue de perto a agressividade, nas citações dos repetentes.

“Os professores nem sempre são justos e às vezes são vingativos e rancorosos, desmerecendo a reputação que têm” (16 anos, fem.).

E nomeiam atitudes que se lhes figuram injustas, tais como:

“tirar pontos devido à conversa”,
“castigar tôda a turma por causa de um”,
“incluir o comportamento na argüição”,
“reprovar por causa de meio ponto, ou até um décimo, na média.”
“a panela (sic) que certos professôres têm em redor de si” (masc., 4.^a série).

Pior o que se dava com certos professôres “exaltados”:
“Quando se perguntava alguma dificuldade (acho que é para isto que estamos no colégio) davam zeros na ficha” (14 anos).

É bem possível que, de tudo isto, muita coisa seja apenas aparente. O aluno não viu tôda a atitude dos mestres, pois nós sabemos de alguns que “fingem” marcar notas más na caderneta “só para amedrontar” e ver se assim conseguem melhor comportamento dos alunos. De qualquer modo, até a injustiça aparente, “recebida e não dada”, deve ser evitada a fim de não se depositarem êstes azedos sedimentos na alma dos novos.

3 — *O professor cínico* — A impressão é de irmos caindo de “Cila em Caríbdis” nesta classificação. Mas se a queixa é mais grave contra o mestre, também se encontra mais raramente, em nosso questionário.

“A professôra de... gostava de humilhar os alunos”. Os alunos não só desgostam de que os rebaixem, como também de que lhes façam cara de pouca importância:

“... tive a impressão que os professôres que estavam na banca nem ouviam, pois os mesmos conversavam uns com os outros” (15 anos).

Um professor deve ser uma “atenção” a tôda a prova.

4 — *O professor incompetente* — As referências encontradas são mais alusivas ao método didático, que propriamente ao cabedal de conhecimentos dos professôres.

“Há professôres que sabem para êles, mas não sabem ensinar”.

“Os professôres de matemática deviam ter mais exatidão nos números e nas palavras para não modificarem às vezes, por lapsos, teoremas inteiros” (masc. 3.^a série).

5 — *O professor “não-te-ligo”* — Aconteça o que acontecer, os fenômenos da classe não o atingem. Para êle, nada tem importância. Saiba o aluno ou não saiba, encolhe os ombros e passa avante. Estímulos ou motivações são coisas que êle desconhece, ou se sente inábil para aplicá-los.

“Acho que muitas vezes a culpa é também dos professôres que entram na aula sem vontade” (15 anos).

Não desconhecemos a dificuldade que é motivar certas turmas de alunos. Mas refugiar-se o professor num cômodo “não-te-ligo”, parecerá sempre aos estudantes censurável.

6 — *O professor “driblista”* — Gosta de enganar, de pegar os discípulos “em branco”, “descalços” nas lições, de os surpreender com sabatinas inesperadas.

“Há professôres que não avisam a data das sabatinas em tempo, gostam de enganar” (1.^a série).

Com êstes professôres, os exercícios de apuramento de conhecimentos, surgem imprevisivelmente como a morte, ou como os salteadores das estradas.

Inconvenientes nascem de tal atitude: sobressaltos inúteis, mau resultado nos trabalhos, desgosto conseqüente ao fracasso e má preparação para a lealdade que as boas relações sociais implicam.

7 — *O professor “passa-tempo”* — Os que se referem a êsse tipo de professôres deram-lhes denominações como: “matadores” e “poetas”. São superficiais que passam o tempo das lições em acidentes e descutam o essencial:

“A professôra passava a aula com rminhas. A gente não sabia nada mas ela ensiava a fazer poesias”.

Não podemos desprezar a poética. É mesmo convicção nossa que há uma grande educação da sensibilidade a realizar nas escolas através da arte. Se o aluno tivesse mais senso estético tudo lhe seria mais agradável na existência.

Convém, no entanto, não esquecer que os alunos precisam prestar exames no fim do ano. Tudo com pêso e medida.

8 — *O professor econômico* — “Tenho a impressão que há professôres que reprovam para depois tirarem cursos financeiros no colégio durante as férias” (4.^a série).

Pode “dar a impressão”, mas não deve ser verdade...

Seja como fôr, o problema econômico é para a classe dos professôres um problema tão grave como para o operário, chefe de família. Fica mal a um professor dar a impressão que está “vendendo” ciência, porque o magistério corre parêlhas com o sacerdócio. O caso da má remuneração do professorado merecia por isso, mais atenção por parte de quem de direito.

9 — *O professor “Pai”* — Nem tudo são misérias (como aliás era natural encontrar com repetentes).

Muitos alunos desaproveitados se acusam francamente de desídia e não têm nada que dizer dos seus mestres. Alguns se lhes referem em termos cuja mais alta expressão é como segue:

“... agora estou neste colégio, onde os professôres parecem para mim verdadeiros pais” (2.^a série).

O REPETENTE CLASSIFICADO PELOS REPETENTES

Às vêzes, o *feitico vira contra o feiticeiro*. Como das citações dos alunos desaproveitados pudemos deduzir uma classificação dos professôres, também pela própria bôca dos repetentes os vamos julgar agora em sete tipos diversos:

1 — *O repetente retardado* — nota-se em alguns uma imaturidade desconcertante:

“Ocupava as horas de folga brincando com bonecas” (13 anos, fem.).

Isto pode provir de uma educação familiar por demais fechada, pois a mesma idade apresenta resposta à nossa pergunta sôbre diversões, assim:

“Nunca entrei num cinema”...

Mas há pior: “Fiquei reprovada por não ter... alguém que se interessasse por meus temas e lições (18 anos)!...

Nesta idade, a todos parecerá estranho que uma senhorrinha precise de quem “lhe governe” as lições a dar.

E um rapaz muito compenetrado comenta:

“Compreendo que o estudo é necessário, mas só agora, estou com vontade para dedicar-me” (19 anos, masc.).

Mais vale tarde que nunca...

2 — *O repetente gozador* — Nada mais expressivo que as citações para elucidar êste tipo de estudante:

“Rodei por dar mais atenção ao namorado que ao estudo” (16 anos, fem.).

Ou mais claro: “Só me interessa a música e o meu brôto” (15 anos).

Outros negam-se terminantemente ao estudo nas horas livres:

“... ficar em cima dos livros a tarde tôda, não mesmo” (masc. 3.^a série).

Alguns comentam a sua 3.^a reprovação eufòricamente com êstes dizeres:

“Tive dois anos de matéria difícil e um de cinema” (17 anos, masc., 2.^a série).

Tambem não será *matéria fácil* educar um môço destes...

3 — *O repetente disperso* — É aquêlê que tem atividades de tôda a ordem, fora, porém, dos programas escolares. Faz de tudo um pouco e lança-se com entusiasmo nos grêmios, nos clubes esportivos ou sociais. O estudo é relegado como coisa de somenos para a última hora.

Estamos de acôrdo que o homem não se forma apenas com “sêca teoria” colhida no banco das escolas. Todavia, o aluno devia viver mais em função das leis da aprendizagem, em vez de os educadores estarem se esforçando tanto por descobrir o impossível, qual seja “fazer beber quem não tem sede” ou torcer a aprendizagem às leis do *bel-prazer* do aluno. Não negamos que tais estudantes possam aprender algo na vida, mas são apenas certos tipos de conhecimentos que lhes convêm.

4 — *O repetente sonhador* — A idade presta-se, como é de observação, ao “nefelibatismo”. É uma forma de cinema em que o filme corre dentro. O jovem cerra as cortinas dos cinco sentidos (isso durante as aulas) e, com o 6.^o sentido, o da intuição, vai sonhando de olhos abertos:

“Em horas de estudo tenho outros pensamentos”.

“Ficava sonhando em coisas que era impossível realizar” (1.^a série).

“... vivo sempre sonhando: minha mãe diz que sou uma irresponsável; serei mesmo?”... (3.^a série).

É possível que seja, mas o defeito não cura sòmente com nós convenceremos os indivíduos de insuficiência.

5 — *O repetente “mãos atadas”* — Não tem iniciativas próprias. Não sabe o que fazer quando tem uma hora por sua conta. É preciso acompanhá-los em tudo. Eis como se expressam:

“Em casa não fazia nada” (14 anos, 2.^a série);

“o problema é que não tenho vontade de estudar” (17 anos);

“quando tenho folga, dormia de tarde e passeava à noite” (1.^a série, masc.).

Alguns empregaram honestos subterfúgios para “matar” as aulas: “muitas vêzes eu inventava doenças” (14 anos, fem.).

6 — *O repetente precoce* — Vai sem comentários esta citação: “Em casa... lia livros do meu pai: Medicina, Psicologia... (15 anos, 2.^a reprovação).

7 — *O repetente aplicado* — É aquêlê que diz: “estudo, estudo e não aprendo nada”. Ninguém julgue que nos apiedemos tão sòmente dêste último tipo de desaproveitados. Nem a “piedade” valerá aos casos. O que se faz mister é agir, trabalhar pelo advento de melhores condições morais, materiais e psico-pedagógicas em tôdas as escolas, para obviarmos, na medida do possível, a essas inaptações.

MÓBILES DO ESTUDO

Voltando ainda a uma das leis psicológicas que diz ser a idéia o motor da ação, apraz-nos considerar aqui as “razões últimas” que impulsionam a gente dos ginásios de Pôrto Alegre a estudar. Algumas respostas nos chamaram a atenção:

1 — *A vontade paterna* — É o motivo mais forte e mais comum: “Eu estudo, porque meu pai quer e diz que é muito necessário” (15 anos).

Mais claro ainda:

“Quero mostrar a meus pais que eu também posso fazê-los felizes com meus estudos” (3.^a série).

Aceitaremos ser normal esta influência da vontade paterna, dado que se trata de adolescentes, mas outrossim, não andamos longe de pensar que haja *falta de gôsto* por parte dos educandos e que não se lhes dá o esclarecimento necessário para engendrar nêles mais altas razões de esforço.

2 — *O futuro profissional* — Grande parte dos alunos reprovados atesta que está estudando para “amanhã” ser alguém na sociedade. Muitos não evoluirão mesmo dêsse conceito até arranjam, por ventura, uma filosofia de vida.

3 — *O dever (religião)* — Só um reduzido grupo esclareceu estar estudando movidos “por várias causas”, entre as quais contava esta, e ainda muito mal esboçada:

“o estudo é o trabalho do aluno e tôdo o mundo tem de trabalhar”.

INTERFERÊNCIAS RESPONSÁVEIS NA “FALTA DE GÔSTO”

Se consultarmos o gráfico “causas de reprovação”, verificamos que aparece logo em primeiro plano a “matéria difícil”. Os alunos, em sua diminuta experiência, não se dão conta de que a dificuldade das disciplinas é já uma resultante de fatores, uma consequência de causas várias, entre as quais avulta “a falta de gosto”.

O gosto é condicionamento psicológico favorável ao aprendizado. O gosto é como o amor. Quem ama nada lhe pesa. O gosto ameniza os trabalhos.

Antes de prosseguir em nossas considerações, ouçamos o depoimento dos repetentes sobre as interferências de toda a sorte que eles apontam como responsáveis pelo seu insucesso:

1 — *Os problemas familiares* —

“Duas desgraças aconteceram em minha casa e eu perdi o gosto de estudar pensando nelas” (3.^a série, fem.).

Os rapazes são mais concisos:

“Barulho em casa”.

Um lar desorganizado desorganiza os filhos por dentro:

“Não estava com a cabeça nos estudos e sim pensando nos acontecimentos diários que se desenrolavam na minha residência” (2.^a série).

Um segundanista:

“Meus pais foram viajar para... e eu fiquei só com uma empregada!” (o ponto de exclamação é do aluno).

Um primeiranista:

“Sinceramente fui um desastrado e meus pais viajaram a ... meses pelo mundo, nosso mordomo não basta para nos dar juízo”.

A falta de assistência familiar também é grave no caso:

“Não tinha uma pessoa que me orientasse: minha mãe quase não tinha tempo, a meus irmãos nunca decidi explicar minhas confidências: meu pai está de mal comigo e por isso não me ensina”.

Filhos infelizes em casa, perdem o jeito de sentir-se a gosto na escola.

2 — *A falta de assistência escolar* — Antes de ser questão de assistência real, falam os repetentes de suas decepções, no âmbito escolar:

“Fui reprovado por dois centésimos” (18 anos, masc.).

Deve ser um reforço de expressão.

“Fui injustamente suspenso de uma aula e nunca mais me interessei pelos estudos” (masc. 1.^a série).

“Excluíram-me (não sei porquê) de todo o esporte e festas no colégio e perdi o gôsto” (14 anos).

“Quando eu queria ir direito e tinha gôsto, os professores parece que faziam tudo para me ralar” (1.^a série).

Sente-se cada vez mais a necessidade de uma assistência escolar organizada. O professorado pretende ensinar. Mas é preciso que o aluno aprenda. E, para isso, é preciso evitar tudo quanto suste o aprendizado, ou nêle repercute desfavoravelmente. O aluno não tem sòmente uma cabeça. Possui também um coração. Será difícil que um aprenda sem o outro, mormente na fase da juventude.

Mais do que aprender uma poção de matemática ou francês, necessita o aluno de aprender a estudar:

“Tenho a impressão de que não sei estudar como realmente se deve” (14 anos).

Os alunos não vêem bem que espécie de assistência escolar lhes seria necessária, mas reclamam-na:

“Acho que, se tivéssemos maior apoio moral e estímulo da parte dos mestres na escola, e dos pais em casa, conseguiríamos (naturalmente incluindo a boa vontade) vencer mais facilmente as dificuldades escolares, com a compreensão dos mesmos” (2.^a série).

Muitos alunos teriam outro aproveitamento se fôsem acompanhados de perto. Diz um da 1.^a série, não sem um pouco de ingenuidade:

“No princípio do ano, tenho vontade de estudar. Depois de alguns meses perco a vontade e pronto, não faço mais nada a não ser apitar em campainhas, quebrar vidros, desligar luzes das casas, comer frutas dos vizinhos” (15 anos).

Tem graça, mas... “começou assim a juventude transviada”.

Nesta assistência escolar deviam estar integrados todos os professores, sem exclusão:

“Se todos os professores tivessem nos dias de exames orais, uma palavra amiga aos alunos, creio que os resultados seriam diferentes” (masc., 4.^a série).

Não merece a pena alongarmos estas considerações, pois o Serviço de Orientação Educacional é já uma idéia em marcha.

3 — *A influência dos maus colegas* — “Todo viver é conviver” afirma o sociólogo. E o filósofo confirma: “O homem é êle e sua circunstância”.

A influência é um fenômeno de tôdas as idades. Os novos são-lhe, porventura, mais sensíveis. E se ela se reveste com a indumentária da amizade, aí estão presos:

“Tinha um colega muito íntimo e nos prejudicamos ambos. Agora que mudei de colégio vou bem” (15 anos, masc., 3.^a reprovação).

Às vezes a “amizade colegial” cria leis e códigos a que os componentes não podem faltar:

“Não podia entrar na aula, os colegas me obrigavam a faltar” (15 anos, 1.^a série).

Já vimos atrás que 16,6% denunciaram as más companhias cúmplices na sua reprovação.

4 — *As dificuldades íntimas* — No processo evolutivo do adolescente há pontos críticos, fases interrogativas, espaços nebulosos. Estas situações têm seu lado positivo, porque naturalmente forçam uma solução e imprimem sentido à personalidade.

Mas assim como há problemas intelectuais que exigem o concurso de um mestre, também há problemas psicológicos que os jovens dificilmente solucionarão sòzinhos.

“Tive sérios problemas de ordem pessoal, isto foi o que mais me desgostou nos estudos” (fem.).

E mais ainda:

“Eu sempre sentia e sinto desânimo e desgosto por uma coisa minha muito íntima” (14 anos).

Aliás, diga-se de passagem que a Orientação Escolar prestada aos moços, não deve ser apenas visando a um melhor rendimento nos estudos, senão que para auxiliá-los no desenvolvimento de tôda a sua personalidade e proporcionar-lhes uma vida mais feliz. Coisa a que também têm direito.

5 — *A indisciplina geral* — A carência de disciplina nas escolas de ensino médio, longe de ser expressão de novas técnicas pedagógicas é sintoma da inadaptação dos docentes a essas mesmas técnicas. Não querendo entrar na discussão de teorias, nos limitaremos a ouvir os reprovados:

“A aula era muito conversadeira. Algumas meninas levaram quase tôda a aula à reprovação pelas suas atitudes” (15 anos, fem.).

Os homens também conversam demais, quando deviam calar, não são só as meninas:

“O colégio deixava muita liberdade e os professores não se importavam” (16 anos, 4.^a série).

Empenhamo-nos, nós professores, no emprêgo de méto-

dos modernos em educação. Isto é bom. Só que temos de fugir ao equívoco de ter por moderno tudo quanto é indisciplinado. Se a arte é confusa é moderna! Se a filosofia não tem pés nem cabeça, é moderna! Se o colégio deixa tôdas as liberdades, está usando técnicas novas!...

A psico-pedagogia não pode preconizar o abandono da disciplina sem mais. Ela nos ensina a conceituá-la devidamente e a empregar os meios corretos de a obter.

6 — *A mudança de compêndios e de professores* — “Prejudica... a constante mudança de livros e de professores” (3.^a série).

7 — *A falta de estudo complementar* — Deve ser esta a grande razão (ainda que os desaproveitados se lhes refiram com menos freqüência) por que os alunos acham difícil a matéria e, conseqüentemente, perdem o gôsto. Nesta pesquisa, apenas 12% de 983 repetentes confessaram estudar nas horas vagas.

Claro que faziam os temas exigidos, mas limitavam-se a isso, o que, francamente, não é estudar.

Alunos houve que sugeriram que todo o estudo se realizasse na escola.

E nós, tendo observado o excesso de “vida social” adotado pelos adolescentes, convimos em que talvez fôsse a solução, pois, o gôsto para algo que exija esforço (como é o estudo) não é natural e sòmente poderá ser *induzido* por técnicas especiais.

Estas interferências, ordenadas segundo a importância que lhes deram os repetentes, podem ser agrupadas da seguinte forma:

a — *Devidas ao aluno:*

Falta de estudo em casa,
Interferências emotivas,
Dificuldades pessoais.

b — *Devidas ao meio social:*

Problemas familiares,
Más companhias.

- c — *Devidas à escola:*
Decepções sofridas,
Falta de assistência,
Mudanças de livros e métodos,
Indisciplina geral.

——oOo——

O quadro geral do presente trabalho é suficientemente claro para aceitarmos como razoavelmente confirmadas as nossas hipóteses iniciais.

*
* *
*

5 — SÍNTESE GERAL CONCLUSÕES

PESQUISA DAS CAUSAS DE REPROVAÇÃO DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS GINÁSIOS ESTADUAIS E PARTI- CULARES DE PÔRTO ALEGRE — 1959

A situação dos repetentes deve merecer-nos, pelo menos, a mesma atenção que os alunos aproveitados.

O fenômeno da repetência pode acarretar graves dificuldades aos alunos em causa e à sociedade de amanhã.

Os repetentes atribuem a reprovação a muitas causas, estando em primeiro lugar a “matéria difícil”. Nós, porém, interpretando o conjunto, julgamos que a dificuldade da matéria é já consequência de fatores, os quais devem ser ponderados pelos responsáveis da educação.

- 1 — a falta de gosto para o estudo,
- 2 — a vida esportiva e social intensa,
- 3 — os problemas afetivos, na idade pubertária, desviando a atenção dos novos para outros centros de interesse,
- 4 — a desambientação psicológica na transição para o curso ginasial, mormente no setor masculino,
- 5 — a falta de assistência familiar e escolar que não atende aos primeiros sintomas do mal.

De tudo o que precede ressaltam á vista as conclusões seguintes:

1 — Importância e necessidade de se criar, em cada colégio, um Serviço bem organizado de Orientação Escolar.

O êxito de tal Serviço depende, sobretudo, de boa vontade das Diretorias e dos corpos docentes.

2 — A escola não pode isolar-se da comunidade que serve.

E a família não basta de per si para resolver todos os problemas educacionais.

Daqui fazer-se mister, em cada estabelecimento de ensino, o Círculo de Pais e Mestres, funcionando em bases mais efetivas.

3 — A desambientação psicológica de par com a imaturidade, que se observa nos alunos das duas primeiras séries do ginásio, podem ter dupla solução:

- a — aumentar a escolaridade primária,
- b — reduzir o número de matérias e de professores nessas séries, imprimindo-lhes uma orientação pedagógica menos díspar do primário, a fim de suavizar a transição.

Esta última solução nos parece mais viável.

4 — O bom aproveitamento das horas de folga, constituindo sérios problemas para os alunos, seria para desejar que, onde isso fôsse possível, se organizassem “estudos dirigidos”, ou “em equipes”, no próprio âmbito dos colégios, máxime para as turmas atrasadas.

5 — Cada colégio, através do seu Serviço de Orientação Educacional, ou por qualquer outro meio, devia proceder, por sua conta, a um contróle anual do coeficiente de aproveitamento.

Com isto não queremos insinuar que os alunos sejam promovidos em massa, senão que se pesquisem devidamente as causas de repetência para evitar os inconvenientes daí resultantes.

6 — Para que se torne mais fácil o contróle de que trata o item anterior e para beneficiar a formação geral dos alunos, seria para desejar que, no agrupamento dos alunos por séries, se tivesse em conta melhor homogeneização das turmas.

Em nossa opinião, a seleção podia-se fazer: por idade cronológica e por idade mental.

Os alunos situados fora da normal integrariam classes especiais, ou seriam orientados para outras instituições educativas.

Com os esforços congregados da Escola e da Família e com o apoio econômico do Estado nenhuma das causas de reprovação reveladas nesta pesquisa se nos afigura insolucionável.

OS CLÁS RURAIS, OS PARTIDOS E AS INSTITUIÇÕES DE OLIVEIRA VIANA

Prof. Amadeu F. Oliveira Freitas

Os partidos políticos do Brasil sofreram muito, na Primeira República, chegando-se até a uma espécie de partido único — o “Partido Republicano Conservador”, dominado por essa personalidade exponencial de caudilho, que foi o General Dr. José Gomes Pinheiro Machado.

Figura típica de chefe pampeano constituiu o “monolito” senatorial da resistência à alavanca democrática do magistral Rui Barbosa.

Na Segunda República, os partidos desapareceram com os farrapos da Constituição de 1891 e as claudicações da de 1937, em que sobranceou novo expoente do Brasil rural — Getúlio Vargas, cuja influência persiste nos destinos do país.

Na Constituição de 1946, mais ou menos tutelada, politicamente, pelas forças armadas, é criada pela Secção V.^a, art. 109 e seguintes — a Justiça Eleitoral, atribuindo-se-lhe, no art. 119, I, “o registro e a cassação de registro” dos partidos políticos, vedando-se no art. 141, referente aos “direitos e garantias individuais”, pelo seu § 13, “o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem”. Outras garantias da mesma secção V.^a, tentam proteger as liberdades democráticas e tolher a propaganda subversiva da harmonia político-social, étnica ou de classes.

Assim, os partidos, pelo regimem atual, se tornaram ou se procuram converter em instituições. Por isso, é ainda oportuno, examinar-lhes as possibilidades sociológicas, em especial, sob as experientes previsões de Oliveira Viana, numa hora em que as contingências financeiras aguçam as muitas interferências de clãs ou partidos e grupos financeiros nacionais ou internacionais.

Ocorre, ainda, que sua atual multiplicidade, vem dificultando a desejada e orgânica disciplina das correntes da opinião pública do país, já com possibilidades de eficiência, sinceramente garantidos os meios modernos de comunicação do pensamento dos líderes eventuais.

O hábito de encarar sempre a disjunção entre os recursos humanos e as dificuldades telúricas, relativamente a dominação do espaço brasileiro, impõe a indispensável serenidade, para o exame de nossos problemas sociais.

O fator demográfico ante o fator fisiográfico, as limitações qualitativas e quantitativas daquele e os óbices ecológicos dêste, explicam, com ou sem o auxílio de tantas meias verdades das escolas sociológicas, as nossas deficiências político-sociais. São temas de equação nacional, que interpelam discussões metodológicas, pois as conseqüências de seu encontro ressaltam à luz de palpáveis realidades, que desafiam o engenho da política e da administração nacionais.

Oliveira Viana, tenta, em obra recente, — “Instituições Políticas Brasileiras” — oferecer a solução definitiva das questões que afligem, há tanto, nossas populações.

Os aspectos políticos, o sociólogo os vê, sob os ângulos da República Velha, sem atender às revoluções últimas, operadas nos ambientes melhor servidos pelos meios rápidos de comunicações. Por isso, talvez, não se realizem suas profecias, sobre o fracasso da terceira Constituição republicana.

Discípulo de Alberto Torres, diferencia-se em que “Torres mais filósofo do que sociólogo, pensava num Brasil global”, ao passo que Viana não pode compreendê-lo ainda com um “continuum” social.

Parece, entanto, que os dois têm razão — um encarando, com falhas filosóficas, mas tantas vezes brilhantemente, a formação e organização nacionais; — outro tendendo ao levantamento sociológico do país, pelos métodos monográficos de Le Play, corrigidos pelas críticas de Gusti, da escola rumena. Ambos, porém, visando um plano de reorganização em profundidade, para adaptar as instituições às realidades nacionais, pela “centralização desconcentrada”, atendendo às diferenciações regionais.

Aplicando ao historicismo sociológico, em que ambos embasam suas elocubrações, o complemento duma “concepção sistemática da história como processo humano, realizando-se por forças imanentes, unificadas na racionalidade, vindo de um princípio e tendendo para um fim transcendente e absoluto”, as conclusões econômicas de Torres, inteiramente aproveitáveis, completar-se-iam, eventualmente, com os atuais corretivos políticos-administrativos de Oliveira Viana.

Repetindo, como bom e sábio mestre os conceitos de “Populações Meridionais”, desde 1924, sustenta Oliveira Viana, que a célula do organismo nacional é “o clã”, caracteristicamente rural, que age e reage sobre os dois terços de nossas

populações.

Diz êle: “Note-se ainda que o “oikos” feudal, de economia oniprodutiva, que vimos constituir-se, durante o período colonial, nas zonas do litoral e de faixa costeira desde o tempo de Vieira, que tornava “ cada família uma república — ainda subsiste, na sua plenitude primitiva, nas fazendas pastoris...” de certas zonas longínquas, surgindo em São Paulo e Pernambuco os contrastes de rotina agrária, ao lado de progressos megalotécnicos e capitalísticos, o que faz do Brasil um “melting-pot” sociológico.

Sua preocupação máxima, porém, é o “espírito de clã”, que a nossa formação rural infundiu na estrutura social. Com sua fôrça é que não contaram, a seu ver, os teóricos e constitucionalistas do Império e da República.

A correção do “espírito de clã” só julga possível pelo poder imparcial do govêrno central, outrora representado pelo poder moderador ou pessoal de Pedro II.

Neste passo, demonstra exaustivamente nossas diferenças culturais dos anglo-saxões e até dos russos, todos socialmente amparados nas comunidades de aldeia, hoje, violentadas neste último país, em sua evolução, pela tirania vermelha.

Demonstrando a inanidade, segundo Robert Lynd, das instituições exóticas, informa que os “soviets” não eliminaram as desigualdades de classes, existentes na sociedade russa — pois há uma profunda separação “cada vez mais crescente”, entre o Kremlin e o resto da Rússia. Os efeitos das desigualdades, ressaltam pelo ressurgimento, como homens excepcionais — de técnicos, administradores, cientistas e peritos, pagos com salários excepcionais e tendo também poderes excepcionais sôbre os demais”.

Daí a continuação do fracasso do Sovietismo também em outros setores, apesar de realizações materiais apreciáveis. A luta pela transformação do localismo tribal ou do comunismo de aldeia em comunismo de Nação, já se vinha processando pela ação opressora do próprio czarismo. Tentam mudar as condições exteriores para conseguir a transformação das condições interiores (“imanentes”) da cultura, esquecendo-se das reações naturais e universais da personalidade humana.

Mas é justamente o homem, na sua expressão civil e política, a quem pretende Oliveira Viana proteger definitivamente, combatendo os utopismos dos Pimenta Bueno, Barbalho, Cavalcanti e Rui, de quem exalta, entanto, a obra imperecível de cimentação do poder judiciário, como base institucional da verdadeira democracia.

Esta, porém, na opinião do sociólogo fluminense, não vingará no país, por via dos partidos, apesar dos progressos dos serviços e leis sociais e militares.

O regime de "clã", que vigora também em várias regiões européias e civilizadas, não nos deve, pois envergonhar, apesar de agravado em nosso ambiente social. Releva notar, porém, que precisa ser substituído, porque inutiliza grandemente a eficiência partidária, pondo a serviço de seus rigorismos a justiça e a política, especialmente nos imensos confins rurais, onde se capilariza fundamentalmente a trama social.

"Dêsses povos que admiramos, diz, como o americano ou o inglês — um estudo mais atento de sua história mostrará que a sua grandeza vem da iniciativa privada — da ação de seus agricultores, dos seus industriais, dos seus comerciantes, dos seus educadores, dos seus cientistas, das suas escolas e Universidades, em primeiro lugar — e, só em segundo lugar, da ação do Estado e dos políticos".

E acrescenta, mais além, com amargo pessimismo: "Já o disse em outro volume: "Os partidos políticos, pelo menos no Brasil, nunca puderam representar o papel de agentes de formação desta mentalidade solidarista, de tipo altruísta, a que me venho referindo, isto porque foram sempre agrupamentos constituídos para a satisfação de ambições pessoais e não para a realização de interesses coletivos e públicos, isto é, relativos ao bem comum de uma "classe", de um "município", de uma "província" ou da Nação. A seu ver, nêles predomina o "interesse individual" (pessoal, de família ou de clã); interesse só possível de ser realizado, entretanto, através do grupo ou do partido. "Tudo como na fórmula de Stirner: "O grupo não se possui; tu é que possuis o grupo e dêle te serves".

Entretanto, prega o sociólogo o direito de voto ao homem socializado, ao homem sindicalizado, apesar da lentidão facultativa dos sindicatos rurais, em país das características do nosso.

Para protegê-los, só pela libertação da justiça e da polícia dos atos regionais ou locais, apesar de que justiça e polícia muito melhoraram, ultimamente, pelo menos no Sul. E diz: "Insisto: o nosso grande problema na organização da democracia no Brasil — problema fundamental, para o qual devemos convergir todo o esforço e toda a combatividade de nosso idealismo — não é a generalização do sufrágio universal; é — organização da liberdade civil e individual. Reconhecer, assegurar e organizar a defesa efetiva das liberdades civis do povo — massa, há de ser o nosso primeiro trabalho

— se sonhamos dar vida e realidade à democracia no Brasil. É este o meio principal, e talvez único, que temos para desintegrar os nossos dois formidáveis e velhos complexos — o do “feudo” e o do clã —, que nasceram e se desenvolveram justamente em consequência do regime quadrissecular de desgantias dessas liberdades privadas, em que tem vivido o nosso povo-massa desde o I século — como vimos em Populações Meridionais (cap. IX, X, XI e XII).

Desta fase de insegurança e precariedade das liberdades civis e individuais e suas garantias, que nos vem da Colônia, restam ainda, entretanto, duas reminiscências vivazes, que são como dois anacronismos, que ainda resistem, apoiados pelas quatro patas nos pequeninos interesses da politicalha da província — recobrindo e dissimulando o seu egoísmo com os, ao que parece, do que os interesses superiores da Justiça, do Direito e da própria Liberdade. Estas duas reminiscências coloniais são:

- a) a justiça estadual (o juiz “nosso”);
- b) a polícia política (o delegado “nosso”).

Esses mesquinhos e pequeninos interesses da politicalha da província — recobrindo e dissimulando o seu egoísmo com o manto dos “sagrados princípios do regime federativo” e das “liberdades locais” — é que não nos permitiram ainda — e tão cedo não permitirão — instituir e organizar estes dois corretivos garantidores e saneadores:

- a) a justiça federalizada — na dignidade da sua expressão nacional;
- b) a polícia de carreira — também federalizada, integralmente garantida como uma nova magistratura e, destarte, liberta dos “coronéis de aldeia”, dos “partidos do governo” e das oligarquias onipotentes, autônomas, independentes, servindo aos interesses gerais e impessoais da ordem pública e da ordem jurídica das pequenas comunidades locais”.

A unidade processual será talvez o passo preambular para a unidade administrativa da magistratura e da polícia, se a evolução da maioria dos partidos não se processar no sentido altruístico, que reclama o sociólogo. Seus choques se agravarão justamente no ambiente judiciário e policial, suspirando essas mesmas instituições pela sua superposição aos ambientes regionais.

Nesse rumo se processa a evolução do ensino universitário, entre nós, que espera mais compreensão e recursos de parte do poder federal.

Sua eficiência será elemento decisivo na formação das elites e na melhora do funcionamento de tôdas as instituições nacionais.

A difusão da instrução primária, rural e técnica é, porém, igualmente um fator basilar no corretivo ao espírito de clã. Ela incentivada pela assistência sanitária, transporte e energia é que possibilitará uma consciência ativa, capaz de evitar o desaparecimento da polícia e da justiça, em face do poder dissolvente dos clãs, partidários, dominantes ainda em vastas extensões territoriais do país.

Insiste ainda o sociólogo na aplicação de regimes administrativos peculiares para as diferentes regiões da Federação;

“Os velhos administradores do período colonial, sempre tão realistas e objetivos, já haviam sentido esta diversidade: — e as haviam atendido com soluções adequadas. Quem quer que estude a história da nossa administração local na Colônia, verá, com efeito, que — nos Regimentos outorgados pela Metrópole — as atribuições conferidas aos governadores de capitanias não guardavam uniformidade; ao contrário, eram, ora ampliadas, ora restringidas, conforme a situação econômica, social ou política de cada capitania ou mesmo o grau de confiança ou capacidade do delegado.

É o que conviria pleitear como sistema ideal para o Brasil neste setor: — e só assim a descentralização federalista seria razoável. O mal do federalismo não está na sua descentralização; está antes na sua uniformidade. Rui, com a sua Constituição descentralizadora, não quis instituir esta desigualdade para os Estados. É que não o permitia o modelo americano então em voga (não o permitia para os Estados, note-se, embora o permitisse para os municípios).

É claro que da Constituição de 91, por êle elaborada e assim descentralizada, tinha que resultar o que resultou: as oligarquias. É certo que — com os olhos postos na democracia americana — vivemos a deblaterar contra elas; mas, sem grande justiça — porque as oligarquias não são senão a nossa vernaculíssima instituição do clã eleitoral, estendida a uma área mais ampla do que o feudo ou o município; — a uma província ou estado. São legítimas expressões culturais do nosso Direito Público Costumeiro — do direito público do povo-massa. Pelas condições dentro das quais se processou a nossa formação política, estamos condenados às oligarquias: — e, felizmente, as oligarquias existem. Pode parecer paradoxo; mas, numa democracia como a nossa, elas têm sido a nossa salvação. O nosso grande problema, como já disse alhures, não é acabar com as oligarquias; é transformá-las — fa-

zendo-se passar da sua atual condição de oligarquias brancas para uma nova condição — de oligarquias esclarecidas: seriam então, realmente, a expressão da única forma de democracia possível, no Brasil, porque realizada na sua forma genuína, isto é, no sentido ateniense — do governo dos melhores”.

Nota-se que Oliveira Viana absolutamente não confia nos efeitos do sufrágio secreto e universal, exigindo uma proteção federal onímoda, aos direitos civis, como base das conquistas políticas pessoais e regionais, definitivas.

Seria, talvez, a complementação evolucionar e progressiva da política e da administração do país, nesses últimos anos.

A próxima sucessão presidencial dará, quiçá, razão ao ilustre fluminense. Nela estão em jogo o funcionamento dos partidos e a ação tutelar do poder presidencial da República.

Se aquêles falharem ao seu destino sociológico, o executivo federal deve tomar como catecismo cívico as “Instituições Brasileiras”, de F. J. de Oliveira Viana.

A CIDADE, PRAÇA FORTE E TÊRMO DE OLIVENÇA

Prof. Antônio da Rocha Almeida

Olivença é uma cidade e praça de guerra espanhola, da Província de Badajoz, situada a 22 km. a SO da capital da província, à margem esquerda do rio Guadiana, que a separa de Portugal. É defendida por uma muralha, formando um polígono de nove lados, com três portas. O velho castelo mou-risco, reconstruído por el-rei D. Dinis, é dominado por uma torre de 40 metros.

É tradição que Olivença foi fundada pelos élvios, povo da antiga Gália, lá por 995 A. C.

Era Olivença uma praça de guerra de segunda categoria da Extremadura espanhola, quando se firmou em 1297 a paz de Alcaniz. Nesse tratado, Fernando IV de Castela ajustou casamento com a Infanta Dona Constança de Portugal, filha de D. Dinis e da Rainha Santa Isabel, e o filho dêstes reis (depois Afonso IV) com D. Beatriz, irmã do Rei de Castela. Como consequência, ficou estabelecido que a vila, praça e têrmo de Olivença, bem como os de Ouguela e Campo Maior, passassem à posse perpétua de Portugal. Enquanto isso Aracena e Aroche ficariam sob a coroa de Espanha.

Na campanha da Restauração, viu-se Olivença, por sua posição de praça de fronteira, exposta a tôdas as vicissitudes da guerra, sendo sucessivamente ocupada e retomada.

Em 30 de maio de 1657, atacado ferozmente pelos castelhanos, teve D. Manuel de Saldanha que capitular. Em 1659, o Conde de Cantanhede atacou a vila e têrmo e os recuperou para Portugal.

Em 1801, Napoleão Bonaparte, 1.^o Cônsul, de conivência com o ambicioso Manuel de Godoy Alvares de Faria, ministro espanhol, mandou fechar os portos de Espanha e quis o mesmo fazer com os portugueses. Como encontrasse oposição, enviou uma expedição de 15.000 homens à Beira-Alta, atravessando o território espanhol e cujo comando confiou ao General Carlos Victor Manoel Leclerc, que casou com Paulina Bonaparte. (*)

Os espanhóis, comandados pelo próprio Príncipe da Paz, D. Manuel de Godoy, cooperaram na invasão, que ficou co-

(*) — As invasões francesas em Portugal foram quatro: a) do General Leclerc, em 20-5-1801; b) do General Junot, em 30-11-1807; c) do Marechal Soult, em 16-2-1809 e d) do Marechal Massena, em 27-8-1810. Todos foram expulsos por tropas portuguesas.

nhecida como “Guerra das Laranjas”, porque, tendo entrado nos jardins da praça d’Elvas, os soldados colheram dois ramos de laranjas, que Godoy enviou à Rainha Maria Luísa, “como seu primeiro feito d’armas”. As praças de Olivença e Juru-menha entregaram-se sem lutar.

Depois Carlos IV era prêso, com seu filho Fernando em Baiona.

Pelo Tratado de Badajoz, assinado em 6 de junho de 1801, obrigou-se Portugal a pagar uma indenização, a fechar seus portos à Inglaterra, entregando, ainda, à Espanha a praça de Olivença. Nessa ocasião é que surgem os interesses da coroa com relação ao Brasil. Luciano Bonaparte, embaixador em Madrid, teve a idéia de fixar muito abaixo do rio Oiapoque, no Araguari, os limites do Brasil com a Guiana Francesa. Mas Dom João, Príncipe Regente, escrevia a seu plenipotenciário: “. . . em último caso, se vir que as negociações se rompem por eu não consentir dessa pretensão, a Ilha do Príncipe, mostrando o grande sacrifício que nisto faço, porque na verdade o é para esta monarquia”. A ilha do Príncipe fica no mar da Guiné, na África Ocidental Portuguesa.

Entretanto, o Tratado de Badajoz de 1801 não recebeu a aprovação de Napoleão, primeiro cônsul, que firmava outro em Madrid, a 29 de setembro do mesmo ano, onde se vingava de Portugal e Espanha, pelos azares da Campanha do Rossilhão.

Em 27 de outubro de 1807, Napoleão, já Imperador dos Franceses, firmava com a Espanha o Tratado de Fontainebleau, onde retalhava Portugal e extinguia a dinastia de Bragança. O Douro e o Minho passavam a constituir a Lusitânia Setentrional, capital no Pôrto, e entregue a D. Maria Josefina de Bourbon Parma, ex-rainha da Etrúria, região da Itália, criada reino pelo tratado de 21-3-1801, em proveito do Duque Luís de Parma; por morte dêste soberano passou o poder a seu filho Luís II, de 4 anos, e a regência a sua mãe D. Maria Josefina, filha de Carlos IV e irmã de D. Carlota Joaquina; em 1807 fôra extinto e reunido ao Império; em 1809 seria transformado em Grão-Ducado da Toscana, para Elisa Bonaparte. O Sul (províncias do Alentejo e do Algarve) constituiria um principado, entregue a D. Manuel de Godoy Álvares de Faria. O Centro Beira Alta, Beira Baixa, Ribatejo e Extremadura ficaria sob provisória dominação francesa, constituindo o que restava do antes poderoso Reino de Portugal.

Depois D. João procurava refúgio em seus ricos Estados americanos e em 1.º de maio de 1808, declarava guerra a Napoleão I, apossando-se da Guiana. Enquanto isso, espanhóis e franceses lutavam, lado a lado, auxiliados pela Inglaterra, para se libertar do domínio napoleônico.

Olivença, nesses dias terríveis, era sempre objeto de discussão e passou por tôdas as velhas vicissitudes da primeira invasão.

Em vão, por seu embaixador D. Pedro de Souza e Holstein, Duque de Palmela, pleiteou Portugal a restituição de Olivença.

Na terceira invasão, Olivença foi tomada pelos franceses ao comandante espanhol D. Manuel Herck, e em abril de 1811 foram dali expulsos pelo Marechal Guilherme Carr, Visconde de Beresford, comandando tropas anglo-lusas, que ocuparam a cidade e têrmo com uma brigada de infantaria. O próprio Beresford, no entanto, devolveu-a logo depois aos espanhóis, baseado no Tratado de Badajoz de 6-6-1801, já tornado insubsistente pelo manifesto de 1.º de maio de 1808 do Príncipe Regente. Olivença deveria, portanto, tornar à coroa portugêsa dali em diante. Baldados foram todos os esforços dos governadores do Reino para que Lord Beresford voltasse atrás.

Em 1814, cm a primeira derrota de Napoleão e a Restauração dos Bourbons, os representantes de Portugal assinaram o Tratado de Paris de 30 de maio daquele ano, cujo artigo 10.º mandava restituir a Guiana à França, deixando a questão de Olivença para ser decidida num outro conclave geral europeu. Eram aquêles representantes dos Condes de Funchal e de Palmela. O primeiro receberia pesada reprimenda do Ministro Marquês de Aguiar: "Olivença nunca pode ser compensação da reversão de Guiana e Sua Alteza Real prefiriria e prefere mesmo abandoná-la se de sua reincorporação à Monarquia Portuguêsa houvesse de resultar tão grande prejuízo".

Mesmo tendo o Tratado de Paris admitido como derrogados pelo manifesto de 1.º de maio de 1808, todos os tratados anteriores, o govêrno espanhol continua a considerar como subsistente a cessão de Olivença.

Depois dos Cem Dias, reuniu-se o Congresso de Viena, em que Portugal estava representado pelo Duque de Palmela, D. Pedro de Souza e Holstein; por D. Antônio de Saldanha da Gama, Conde de Pôrto Seguro e por D. Joaquim Lôbo da Silveira, que, no Ato Final, obtiveram o reconhecimento das pretensões do Príncipe Regente de anular as cessões de territórios feitas à Espanha pelo Tratado de Badajoz.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Espanha estranhou que o assunto, de exclusiva alçada do Rei, fôsse tratado pelo Congresso de Viena, e aconselhou o Príncipe Regente a aguardar a decisão final do Rei Fernando VII. Foi justamente quando se tratava do casamento do próprio monarca e de seu irmão D. Carlos com as princesas D. Maria Isabel e D. Maria Francisca, filhas de D. João e de D. Carlota Joaquina. Apesar disso, Fernando VII não deu ao assunto da devolução de Olivença a esperada solução.

Mesmo assim, parecia que as negociações se dirigiam a bom termo, quando D. João, já Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, manda invadir as possessões espanholas do Prata, expulsando Artigas e incorporando a Banda Oriental ao Reino Unido, com o nome de Província Cisplatina.

A Espanha protestou, apresentando suas reclamações à Comissão das Cinco Potências da Santa Aliança, em Paris. A defesa de D. João VI, entregue ao Duque de Palmela e ao Marquês de Marialva, foi brilhante. Realmente, fazia muito que a Banda Oriental já não podia ser considerada possessão espanhola e as correrias de fronteira ameaçavam os interesses dos fazendeiros brasileiros.

Em 1819, na Santa Aliança, se redigia um projeto de tratado, onde Montevideu seria entregue ao Rei de Espanha, a que caberia policiar as fronteiras com o Brasil, pagando ainda 7.500.000.000 de francos pelas despesas militares, restituindo também Olivença a Portugal. Isso, porém, não se concretizou.

Numa avalanche de acontecimentos, sobreviriam as revoluções de Cádiz e a do Pôrto de 1820.

A questão da Guiana e o caso da Cisplatina tiveram, assim, profundas relações com a restituição de Olivença. O grande escritor Simão José da Luz Soriano escreveu: "A recuperação de Olivença era difícil de ser vantajosamente conseguida no Congresso de Viena ou na Côrte de Madrid pelos plenipotenciários portugueses, a não se dar para isso qualquer compensação que coonestasse semelhante ato. E como no Tratado de Paris, de 30 de maio, se impôs a Portugal a obrigação de restituir Caiena à França com razão entenderam os Condes de Funchal e de Palmela que, não podendo o Brasil eximir-se dessa restituição, muito judiciosamente deviam pedir, em compensação, a restituição da praça de Olivença a Portugal. Con-

denado, como foi, pela Côrte do Brasil o procedimento dos dois citados condes, as tratativas para a restituição daquela praça ficaram sem ter por si uma base sólida sôbre que assentassem, pois que à alegação dos serviços prestados à Espanha pelo exército português, durante a guerra da Península, faltava a de um prévio tratado ou convenção, que estipulasse a remuneração dêsses serviços e a das despesas feitas com semelhante guerra em favor da Espanha”.

E Olivença é, até hoje, espanhola. Tudo, entretanto, dentro de suas muralhas de pedra, lembra Portugal, em sua época mais gloriosa: o estilo manuelino da Igreja da Madalena e do rico palácio do Duque de Cadaval, hoje sede da Câmara Municipal; o artístico brasão real da Fonte Corna, com sua expressiva inscrição em louvor da Virgem Imaculada e as armas portuguesas de 1501, na fachada da Santa Casa de Misericórdia.

BASES HISTÓRICAS DO PANAMERICANISMO

por *Astrogildo Fernandes*

Professor da Faculdade de Filosofia da
P.U.C. do Rio Grande do Sul.

A vida política dos povos, através de milênios de civilização, registra nas páginas da História, acontecimentos cruciantes para o destino das nacionalidades. Marcados pelo timbre dos interesses políticos, assinalados por objetivos econômicos ou traduzindo simples ideais subalternos, reis e imperadores, presidentes e chefes de Estado, uniram-se, no decorrer do tempo e do espaço, visando, com seus pactos de planos comuns, alcançar determinados alvos. Coligações, confederações, tratados entre nações, estão apontados na documentação histórica. O simples enunciar de tais cometimentos justificam seu rememorar, dispensando-se exemplos mais concretos. O suceder dos anos no currículo do tempo, traz consigo, num arrebol de mutações, alternativas nos sistemas políticos, modificações nas estruturas governamentais e um conjunto de circunstâncias decorrentes de tal estado de coisas. Volvendo o olhar em torno do quadro da vida do homem, analisando-lhe ângulos determinados, examinando-lhe facetas de seu agir no cosmos do arcabouço político, vislumbrar-se-ão linhas demarcadoras de configuração específicas e contrastantes. Assim, enquanto nações e continentes aglutinaram seus mais acalentados ideais, ainda que momentâneos, visando resultados imediatos de ordem material, eis que a América oferece, em marcantes etapas de sua atuação histórica, um sedimentado espírito de entrelaçamento, despido de características com fins imediatistas. Espíritos superiores visaram projetar no cenário das nações do Novo Mundo, fortes pinceladas de ideais nobres, de um conagraçamento despido de aleivosias ou gisado por linhas de vantagens estritamente econômicas. É, para gáudio e justo orgulho do povo americano, ambiente inteiramente diverso o que se desenha no frontespício de sua vida histórica. É, sem dúvida, peculiaridade significativa a da História da América, ao assinalar, desde o dealbar de sua vida política devidamente organizada, que suas unidades nacionalísticas, seus governantes, suas populações, se volveram presurosos para uma continuidade de ações, num plano comum de mútua defesa, em um caminho ascendente no roteiro da união e paz continental.

De tais fatores decorrem as considerações fundamentais, determinantes da realidade do espírito de conagração das nações americanas, informado pela união, pela concórdia e profundo vínculo de continentalidade esteriotipada nos postulados do Panamericanismo. Da solidariedade e da comunhão de sentimentos em torno da paz, o povo americano, a despeito de seus contraste históricos-geográficos, das diversidades de origem étnica, manifestou, desde a aurora de sua historicidade, uma idéia superior e dominante: o ideal panamericanista. E tal apanágio da cultura e altivez do delineamento ideológico dos países da América surgiu em circunstâncias peculiares, sedimentando-se através dos anos, numa seqüência de demonstrações eloqüentes e afirmativas de sua realidade plena.

Desde a brancura gélida do Alaska até a Terra do Fogo; desde o marulhar das águas azuis do Atlântico até o píncaro dos Andes, reboam, em tom altissonante, as vozes do sublimado ideal do Panamericanismo, como elo de união dos povos da América. De canhada em canhada, de fronteira a fronteira, vibra na rutilante tela da civilização hodierna, como pujante manifestação de continentalidade, uma nota musical entoada na harpa das spirções comuns de paz e fraternidade da população mericana. Perpassar os períodos de sua formação, desde os primórdios dos seus postulados ideológicos até a configuração de um plano concreto dum Panamericanismo vivido através instituições e consagrado públicamente em oportunidades como as assembléias dos chanceleres americanos ou de seus chefes de Estado; pontilhar de observações e dados genéricos condizentes com o presente artigo, eis nosso objetivo. Fique, pois, registrado, algo de quanto se tem fixado nas páginas da História sobre tal assunto, todo repassado de grande significação, para acentuar sua verdadeira compreensão. O futuro, por certo, abrirá a cortina do tempo e deslumbrará a posteridade com os exemplos do Panamericanismo vivido até aqui.

Em perfeita consonância com o ideal panamericanista sempre estêve o Brasil. É verdadeiramente consolador o se Poder afirmar que, no remoto gesto dum brasileiro natural da cidade paulista de Santos, reside o fundamento ideológico do panamericanismo, tal como hoje se apresenta e pontifica no cenário de entidades e assembléias que objetivam seu ideal. Assim, no recuado 1750, quando na velha Europa o conflito de interesses das coroas ibéricas girava em torno da posse de territórios na América, a figura singular de Alexandre de Gusmão, na oportunidade Secretário do monarca luso D. João V, embora servindo um estadista de além fronteiras da sua terra natal, embora atuando em ambiente alheio, não esqueceu

sua formação étnica de bandeirante. A projeção de seu nome na época, seus méritos pessoais, seus gestos acolhidos pelo monarca português, fizeram com que sua interferência no preparo do conteúdo do Tratado de 1750, entre Portugal e Espanha, fôsse por êle minutado. E, no desempenho de tal tarefa, Alexandre de Gusmão estabeleceu, como verdadeiro precursor, as linhas mestras daquele pensamento que, mais tarde, com desenvoltura e maior repercussão, seria o Panamericanismo. Assim, quando em 13 de janeiro de 1750 assinava em Madrid o Tratado de 1750, ficou sobejamente concluído que o santista Gusmão, hàbilmente, conseguira salvaguardar interesses de posse territorial, quando, através do célebre Artigo XXI daquele Tratado, “fixaria os limites preferidos pelos ancestrais como ainda acolheria inovações, a que não se achavam acostumados os plenipotenciários do Velho Mundo”. (Virgílio Corrêa filho).

Assim, o citado Artigo XXI estipulava o seguinte, conforme seu texto original: “Sendo a guerra ocasião principal dos abusos e motivos de se alterarem as regras mais concertadas, querem Suas Majestades Fidelíssima e Católica, que se (e que Deus não permita) chegasse a romper entre as duas Coroas, se mantenham em paz os vassallos de ambos, estabelecidos em tôda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvesse tal guerra entre os Soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos com os seus aliados. E os motores e cabos de qualquer invasão, por leve que seja, serão castigados com pena de morte irremissíveis; e qualquer prêsa que fizerem, serão restituídos de boa fé e inteiramente. E assim mesmo, nenhuma das duas nações permitirá o cômodo de seus portos, e menos o trânsito pelos seus territórios da América Meridional, aos inimigos da outra, quando intentem aproveitar-se dêles para hostilizá-la; ainda que fôsse em tempo, que as duas Nações tivessem entre si guerra em outra região. A dita continuação de perpétua paz e boa vizinhança não terá só lugar nas terras e ilhas da América Meridional, senão também nos rios, portos e costas e no mar oceano, desde a altura da extremidade austral da ilha de Santo Antão, uma das do Cabo Verde para o Sul...”

O avançado da idéia de Alexandre de Gusmão esposadas no referido artigo ultrapassavam as linhas de compreensão de seus contemporâneos que interceptaram a trajetória brilhante daquele brasileiro. “Hostilizaram-lhe os propósitos. Infernaram-lhe a vida, extinta em meio de tragédias angustiantes.

Derruíram-lhe a obra monumental de tino político, anulada por fim, pelo convênio de El Prado, de 12 de fevereiro de 1761”, como nos ensina Virgílio Corrêa Filho. E continua o Secretário Geral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mostrando como a idéia de Alexandre de Gusmão, embora ofuscada na época, resplandeceu, mais tarde, quando diz: “Como árvores de forte vitalidade, todavia de raízes capazes de manter-lhe o vigor, que, cercadas embora por golpes demolidores, não tardem em reflorir, garbosas, assim o Tratado de 1750, embebido de altos ideais americanos, que a Europa daquela quadra não poderia compreender, sumiu das cogitações dos governantes, para, volvido um século, ressurgir com a mesma impressionante importância doutrora”.

Foi, assim, Alexandre de Gusmão, “o verdadeiro idealizador do panamericanismo hoje triunfante”, conforme escreveu Basílio de Magalhães. Avantajou-se, assim, o destacado paulista, projetando luminosa réstea de luz nos destinos políticos da América. Seu gesto em favor do Artigo XXI do Tratado de Madrid refletiu, como asseverou o Ministro Rodrigo Otávio: “a inspiração de um sentimento nitidamente americano, que, pela primeira vez, se insinuava na política internacional”.

As circunstâncias posteriores, multiplicando com redobrado entusiasmo o ideal panamericanista, vieram confirmar as perspectivas da unidade continental tão sàbiamente preconizadas por Alexandre de Gusmão.

Propugnador do espírito americanista, Tomás Jefferson figura no rol dos precursores do grande diadema da América: o Panamericanismo. Efetivamente, o grande vulto da História norte-americana evidenciou seu ponto de vista a respeito da união dos países do continente americano. Assim o demonstrou, quando no desempenho de funções diplomáticas de sua Pátria, na França, avistou-se com o brasileiro José Joaquim da Maia, contestando-lhe em histórica missiva. Assim, a entrevista provocada pelo estudante brasileiro José Joaquim da Maia, então voltado para uma campanha de rebeldia, no Brasil, visando um movimento libertário que seria, ao depois, a Inconfidência Mineira, teve acentuados matizes do colorido panamericanista. Foram, especialmente, as afirmações de então Embaixador dos Estados Unidos na França Tomás Jefferson — colhidas como indicativas de uma significativa etapa na marcha ascencional do idealismo panamericanista. Destarte, lê-se numa carta enviada por Jefferson a José Joaquim da Maia: “É vossa nação, cremos, a mais indicada para nos dar socorro, não sòmente porque foi ela que nos deu o

exemplo, mas porque a natureza nos fêz habitantes do mesmo continente e por isto mesmo nos tornou compatriotas”.

Quer pelas circunstâncias históricas decorrentes dos momentos peculiares de sua vida política, o Brasil, como os Estados Unidos, sentiu de perto e com muita vibração em prol da sua união continental. Em junho de 1822, partia de José Bonifácio de Andrade e Silva, segundo relata Heitor Lira em seu estudo “Ensaio Diplomático”, um ofício dirigido a Bernardino Rivadavia, então Ministro das Relações Exteriores das Províncias Unidas do Prata, onde o Patriarca da Independência do Brasil assim se expressou: “o Príncipe Regente não deseja nem podia adotar outro sistema, pois quaisquer que eles fossem, deveriam ser considerados os interesses de todos os governos da América, devendo todos serem derivados de um mesmo princípio que era a justa e firme repulsão contra as imperiosas pretensões da Europa”.

Entrementes, importa considerar a atuação destemida de Simon Bolívar e George Washington em favor da bandeira americanista, já abrigando verdadeira falange de adestos e entusiastas por sua causa.

Na imensa planura do campo de acendrado espírito de união e solidariedade dos países do continente americano, alguns deles ainda sem o esplendor dos raios independencistas, surgiu aquela mensagem do então Presidente dos Estados Unidos: James Monroe. E, assim, em 2 de dezembro de 1823, aquele estadista, dirigindo-se ao Congresso de seu país, em memorável mensagem a propósito das pretensões russas referentes à costa noroeste do território norte-americano, disse, incisivamente, ser “propícia a ocasião para afirmar como um princípio em que estão envolvidos os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os Continentes Americanos, pela livre e independente condição que assumiram, não se podiam considerar, dessa data em diante, como sujeitos a futura colonização por qualquer potência européia.” Surgiu, então, a hoje conhecida Doutrina de Monroe, tão sugestivamente sintetizada na frase: “A América para os americanos”.

Ante tal manifestação assinaladamente significativa na escalada para o pináculo do Panamericanismo, o Brasil toma, novamente, a dianteira, sendo o primeiro país a aderir à Doutrina de Monroe, “procurando, ao mesmo tempo, criar o instrumento capaz de aplicação prática, no sentido do verdadeiro panamericanismo, por meio de uma Liga Ofensiva e Defensiva”. (General E. F. de Souza Docca).

Nos primórdios dos entendimentos panamericanistas, voltados para o interesse direto e imediato de seus altos objetivos, realizou-se, em 1826, o Congresso do Panamá. Seus participantes, reunidos no Istmo de Panamá, voltaram suas vistas às idéias panamericanistas de Bolívar. Compareceram representantes da Colombia, México, Amér. Central e Perú. Quanto aos demais países do Continente, ocorreu o seguinte: Bolívia ainda não obtivera o reconhecimento de sua independência. a aquiescência do poder legislativo do Chile, concedida tardiamente, impediu a participação daquele país andino. A Argentina, por discórdias anteriores quanto à escolha da autoridade que presidiria os trabalhos, não enviou representante. Quanto à participação dos Estados Unidos, foi negativa e, segundo informa Hélio Lobo, foi devida a prerrogativas senatoriais que contrariaram a nomeação dos delegados estadunidenses. Quanto ao Brasil, foram nomeados representantes, mas não chegaram a se locomover até o local do Congresso.

Como se deduz, o Congresso do Panamá, sonhado por Bolívar, não atingiu suas finalidades últimas. Foi, contudo, um verdadeiro preâmbulo experimental para um futuro promissor em tais realizações de união e concórdia entre os vinte e um países do Continente Americano.

Outras tentativas no terreno do ainda incipiente Panamericanismo foram realizadas com as reuniões de representantes dos governos das repúblicas americanas, tendo por local Montevideo, Lima e outras capitais. A partir de 1889, desdobra-se uma série de conferências interamericanas, verdadeiros cenáculos onde se forjou a mentalidade de lídimos seguidores de um Alexandre de Gusmão, de um Bolívar, de um Monroe, de um Jefferson. Assim, de 20 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890, em Washington, foi promovida a Primeira Conferência Internacional Americana. De seus resultados destacamos a circunstância que determinou, de modo específico, a escolha do dia 14 de abril para a comemoração do Dia Panamericano. Durante aquela Conferência, em 1890, naquele dia — 14 de abril — foi aprovada a criação de uma União Internacional das Repúblicas Americanas. Tal decisão foi ratificada em 7 de maio de 1930, quando, perante o Conselho Diretor da União Panamericana, o Embaixador do Brasil, Dr. Silvino Gurgel do Amaral viu vitorioso seu ponto de vista para que aquele dia fôsse considerado, desde então, “o símbolo comemorativo e da união voluntária de tôdas elas em uma comunidade continental.” Outra vez mais o Brasil conseguiu situar-se em posição privilegiada na política de boa vizinhança

dos povos americanos. E o Dia Panamericano, então instituído, foi consagrado em nosso País, por decreto datado em 10 de fevereiro de 1931.

Uma segunda conferência panamericanista foi efetuada onze anos mais tarde, ou seja em 1901, tendo por local o México. Os princípios formulados na oportunidade anterior foram consolidados e confirmados.

Posteriormente, o cenário da Guanabara atraiu para o Rio de Janeiro a Conferência Interamericana de 1907. Seus trabalhos iniciaram-se em 21 de julho e foram encerrados em 26 de agosto daquele ano. Singularidades notáveis assinalaram o transcurso da reunião. De uma parte a circunstância inédita decorrente da visita feita ao local da Conferência pelo Secretário de Estado da União Americana, então desenvolvendo um roteiro de amizade pelas Américas. Outrossim, a Conferência do Rio de Janeiro (1907) foi extraordinária, além de outros motivos, devido à presença de nomes destacados nos círculos governamentais, políticos e intelectuais da época. Entre outros vultos de destaque figuravam Rio Branco, titular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e Joaquim Nabuco, Embaixador do Brasil em Washington. Na presidência dos trabalhos esteve Joaquim Nabuco. Dirigindo-se ao Secretário de Estado Norte-Americano, afirmou em certa passagem de seu discurso: "A reunião periódica dêste corpo composto exclusivamente de nações americanas, significa por certo que a América forma um sistema político diverso dos da Europa, uma constelação com órbita própria e distinta". Falando em nome do governo norte-americano, Elihu Root disse: "Não desejamos vitórias senão as da paz; território senão o nosso; soberania alguma, a não ser a soberania sobre nós mesmos." Rio Branco, ao final dos trabalhos assim se manifestou: "As Repúblicas limítrofes, a tôdas as nações só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos, para que, prosperando e engrandecendo-se sirvam de exemplo e estímulo a nossa atividade pacífica, como a nossa grande e gloriosa irmã do norte, promotora destas úteis conferências".

E o roteiro das conferências inter-americanas assinalou, depois, reuniões em 1910, na capital da Argentina; em Santiago do Chile, em 1923; no ano de 1936 novamente em Buenos Aires e na metrópole do Peru, em 1938. Intencionalmente dispensamos dados sobre realizações similares nas duas últimas décadas, para não nos precipitarmos em referências repassadas de aglutinadas citações cronológicas e, sobretudo, para não incorrermos em conceitos e juízos timbrados por influ-

ência da proximidade do tempo ou decorrentes de interpretações influenciadas por espírito personalístico. Recolhendo, porém, as lições de um pretérito pleno de promoções panamericanistas em favor da unidade continental, importa assinalar o Panamericanismo como “aspiração ou tendência dos povos do Novo Mundo para o estabelecimento entre si de laços de união, promoverem bons entendimentos e fraternal harmonia”.

Na atual conjuntura do mundo, quando um vertiginoso e inédito movimento de fascinantes atividades humanas desperta as atenções gerais para uma fase tecnicista de progresso em todos os setores, a vida americana é vista e sentida como esperança da humanidade. Perpassa no seio das nações americanas, por isto mesmo, um frêmito de ansiedades econômicas, políticas e sociais, tôdas voltadas para sua estabilidade e segurança mútua. E o espírito de união e o profundo vínculo de estreitas relações entre os países do continente asseguram, através do Panamericanismo, os destinos supremos de felicidade e harmonia para o Novo Mundo.

Na individualidade política das vinte e uma nações da América paire sempre viva a idéia do verdadeiro panamericanismo, eis uma sublimada lição a ser constantemente lembrada, para que os rumos dos habitantes do Continente tenham delineamento seguro na senda da paz, da tranqüilidade, do verdadeiro progresso e do bem comum.

A AMIZADE

Discurso pronunciado pelo Professor Francisco Casado Gomes, dando início à “Semana da Amizade”, organizada pelo Centro Acadêmico Santo Tomás de Aquino, em 25-5-1959.

Meus Amigos.

Regozijo-me por terem tido tão magnífica idéia: a de instituir em nossa Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul — *“a semana da amizade”*.

E, como estamos entre amigos, declaro-lhe que muito me alegro por me terem escolhido a mim para iniciar as vivências dessa benemérita semana.

Alegro-me: porque assim, me dão a prova de que, realmente, estão dispostos a ter e a ser amigos, já que sou — para quase todos um quase desconhecido, que alguém lembrou para falar-lhes sobre a amizade.

Alegro-me: porque me escolheram, penso eu, justamente por não ser professor dessa Faculdade de Filosofia, mas da “lá debaixo”, e assim iniciam, por meu intermédio, a conquista de novos amigos, convidando estranhos a virem gozar da intimidade acolhedora desta casa.

É bem verdade, não sou um estranho a esta Universidade, já que faço parte de seu corpo docente desde 1945, tendo lecionado na Faculdade de Serviço Social e ocupando, agora, cátedra na Faculdade de Direito.

Louvo a iniciativa que ora nos congrega porque faz com que iniciemos um contacto pessoal, porque começemos, juntos, a ter vivências de sociabilidade, a vivermos êsse sublime instinto, que decorre de nossas necessidades biológicas e psíquicas, como no-lo ensina a sã filosofia, que bem salienta ser o instinto da sociabilidade a prova de nossa contingência de criaturas, bem como de nossa grandeza, já que o temos, por haver sido criados à imagem e semelhança de Deus, que vive em eterna e intrínseca, em sublime e conatural união na Santíssima Trindade.

Necessitamos da sociabilidade para a conservação da espécie e para a nossa sobrevivência pessoal e para o nosso progresso; enfim, para podermos bem atender a vida física, intelectual e moral. E, para tanto, não basta a sociedade fami-

liar, pois nos são imprescindíveis as sociedades perfeitas, que são o Estado e a Igreja. Aliás, esta verdade, ensinada por Santo Tomás de Aquino, é-nos lembrada na magnífica encíclica leonina — “Divinum Illud”, de 29 de junho de 1881.

Essa iniludível necessidade nos foi imposta por determinação divina, e a História corrobora com a sagrada Teologia, já que — por mais que recuemos no tempo e deambulemos pelos espaços geográficos — sempre temos encontrado o homem vivendo em sociedades, em família, convivendo espontaneamente em sociabilidade; razão assistiu, portanto, a Aristóteles, ao definir o homem como: animal social.

E mais... para que teríamos sido dotados do dom da linguagem — se não fôra para nos intercomunicarmos? — e êste dom resulta da nossa própria natureza racional; e seria trágico, convenhamos, podermos ter idéias e sentimentos, mas não nos ser possível afirmá-los e expandi-los em amável sociabilidade.

Aliás, é rica a nossa literatura em comentar a angústia dos reclusos em solitárias masmorras — “de um semi-vivo corpo sepultura”, na expressão do suave Dirceu da Marília bela, que deplorava”. “Aqui, ó minha amada, nem consigo venha outro desgraçado sentir também” (Obras Somp. ed. R. Lapa 130).

E o grande e triste Bocage diz-nos:

*“Difere acaso da infernal tristeza
Não ver terra, nem céu, nem mar, nem gente,
Ser vivo, e não gozar da natureza?”*

(Obras Completas — Sá da Costa — 111)

E são muitos os poetas que comentam o amargo exílio, desde Camões a sofrer — “Sobolos rios que vão por Babilônias”, até Casimiro de Abreu que “Longe da pátria, sob um céu diverso”, chorou saudades do seu lar querido, e não esqueçamos o desejo ardente — expresso por Garrett e afirmado por Gonçalves Dias:

*“Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá”...*

(Poesias Americanas — 14).

E todos deploravam, na verdade, o cruel afastamento do convívio de amigos, o isolamento intelectual em que viviam, a falta, a necessidade absoluta do contato com os amigos, dos quais sentiam saudade, aquêles “delicioso pungir de acerbo

espinho", aquela "dor que tem prazeres", aquêlê "Mágico numen que transporta a alma do amigo ausente — ao solitário amigo" (Garrett — "Camões").

Êste anseio pelo contato intelectual é também sentido no terreno moral...

Aliás, foi a sociabilidade que propiciou o ambiente para o pecado original, que explica vivermos numa terra adversa ao homem, sue deve conquistá-la, mas não o pode fazer sozinho, isolado, já que, lembra-o S. Tomás (no *De Regimine Principum*), o homem não tem, instintivamente, a noção do útil e do nocivo, que só adquire ao aproveitar a dura experiência alheia, e sobrevive — apenas — com relativo conforto — quando distribui as tarefas e estabelece o intercâmbio de serviços.

Aquêlê que fugir à sociabilidade é, segundo Aristóteles, pior ou melhor que o homem. Pior — porque será como as aves de rapina. Melhor — se ao afastar-se dos homens fôr procurar o convívio com Deus, a exemplo dos anacoretas e cistercienses, que vivem na vida solitária a mais perfeita sociabilidade conosco pois vivem na penitência de nossos pecados. Esta é a razão de Petrarca ter elogiado a Vida Solitária, que tão encomiada foi por aquêlê notável autor anônimo do nosso "Boosco Deleitoso", e pelo santo anacoreta da Serra da Arrábida — Frei Agostinho da Cruz, que lá viveu como "pastor solitário com seu gado".

É de notar que o magnífico prosador, que foi Frei Heitor Pinto, ao tratar da vida solitária — na sua "Imagem da Vida Cristã", não esqueceu de estudar a amizade.

É de lembrar ainda: que para a instrução pessoal e para a nossa própria educação é imprescindível a sociabilidade, e aqui está um aspecto de nossa grandeza — sermos capazes de aperfeiçoarmo-nos, graças ao auxílio dos amigos, que amigos são sempre, e verdadeiros, os que nos instruem e aquêles que nos educam. Aliás — para encontrarmos o Caminho, a Verdade e a Vida é necessário o convívio da amizade, já que — ensina S. Paulo — "Fides ex auditu".

Mas, como nos seria possível viver em sociabilidade — se não amarmos o próximo?

A lei e os profetas ensinam, segundo S. Mateus (VII-12) que só façamos aos outros o que quisermos que êles nos façam, ou — em outras palavras — e também evangélicas: amarás ao próximo como a ti mesmo.

Amarás! — mas com que amor?

Com o verdadeiro amor, com aquêlê amor de que nos

fala S. Agostinho e que, longamente, é comentado por Fulton Sheen (no “Mistério do Amor”) “ama verdadeiramente o amigo — aquêlê que o ama em Deus, ou porque Deus nêle esteja”.

Pe. Manuel Bernardes ao comentar êste profundo pensamento que une os campos da Teologia com os da Sociologia, insiste: “a amizade não pode ser vínculo senão entre os bons” (Nova Floresta — vol. 1 — pág. 135), e aconselha-nos a ter prudência na escolha dos amigos, dizendo-nos: “Ninguém escolha amigo notavelmente mais honrado ou rico do que êle”, repetindo assim a lição do Eclesiastes, e acrescenta: “Também se requer semelhança entre outras coisas dos que querem ser amigos, v. gr., na idade, exercício, gênio, etc. E isto porque, como comentava S. Jerônimo, “a amizade ou supõe ou induz igualdade nos sujeitos” (...) e é de notar que a firmeza na amizade depende muito da semelhança dos costumes e, não podemos esquecer que a “Amizade precedida do comer e beber e passear juntos não merece o nome de tal, nem pode ter firmeza”.

Aliás, Manuel Bernardes, traduzindo o ensinamento de S. Gregório Nazianzeno, diz:

*“De amigos bons — a estimação se faça
Por prova de perigos, não da taça”.*

Em grande parte, subscreve êstes conceitos o velho e sempre novo Montaigne, que afirma: “para ser amizade é mister a união das almas, a perfeita identidade dos pontos de vista, haver uma harmonia integral, uma grande alegria em trocar impressões, uma união intelectual completa, que não pode aumentar ou diminuir, quer pelos auxílios e gentilezas recebidas... ou negadas...”

Marco Túlio Cícero, no seu “Diálogo da Amizade” afirma: “Aconselho a antepor a amizade a tôdas as conveniências da vida, porque nenhuma coisa há tão conforme à natureza, nem tão a propósito para os acontecimentos favoráveis ou adversos.

E o Orator dá razão a Bernardes, já que é de parecer que não pode haver amizade senão entre as pessoas de bem, e apóia Montaigne, já que pergunta: “que coisa tão doce como ter alguém com quem falar a respeito de tudo, e tão livremente como consigo mesmo?”.

Dante Alighieri, em “Il Convívio”, transcreve e comenta trechos da “Ética” de Aristóteles, que estudam a amizade, e ali valoriza um fato psico-social: “chama-se amigo aquêlê cuja amizade não está oculta à pessoa amada, e para quem a pessoa amada é também amigo, de forma que a benevolência exista de ambas as partes”.

É de notar que o comentário dantesco sôbre a amizade correlaciona-se intrinsecamente com o amor à sabedoria.

E Dante reforça o que vínhamos aceitando: “a virtude é causa eficiente da verdadeira amizade, assim como a verdade é causa eficiente da filosofia”. “O fim da amizade verdadeira é o bom amor, que procede pròpriamente da convivência, conforme a humanidade, isto é, conforme a razão”.

Ora, se a proximidade e a convivência podem e até devem levar à amizade, os amigos que nesta casa convivem diariamente podem e devem ser amigos entre si, e esta possibilidade será incrementada pela quase igualdade de interesses e pela pouca diferença entre as idades.

É nestas salas de aula, nestes corredores que pode haver o trato, nascer a familiaridade e estabelecer-se a boa amizade, mas sempre será prudente saber escolher os amigos.

Não o lembro por pensar que aqui possa haver pessoas menos dignas de nossa amizade, mas porque é necessário atender os preceitos de Bernardes e não esquecer os bons alvitres de Heitor Pinto.

Em primeiro lugar — é preciso não nos expormos ao perigo de que a convivência, a familiaridade, a intimidade gerem não só a amizade (que é possível e boa mesmo entre pessoas de sexos diferentes, ou de estados civis diversos), mas façam nascer o amor entre pessoas que se não podem amar.

Em segundo lugar: é necessário procurar a compatibilidade moral e temperamental entre as partes, tal como deve haver no próprio casamento, como sugere o arguto Francisco Manuel de Melo que nos aconselha na sua longa e agradável “Carta de guia de casados”, ao dizer que: “estarão em grandíssimo perigo os que se unem havendo entre êles grandes diferenças no ser, no saber e no ter”.

Para que não haja amargas decepções, acerquem-se apenas daqueles que tenham gênio simples e bom, dócil e sociável; que não sejam dados a chistes e cavilações; que não sejam maledicentes nem mui prontos a crer no que ouvem; que não sejam suspicazes nem melindrosos... mas dados às coisas sérias e graves, propensos à cortesia e à afabilidade.

Bem sei que êsses todos por aqui não andam nesta casa, mas poderão encontrá-los lá fora, onde também estão aquêles que não podem guardar segredos e se comprazem em contar novidades a respeito de outros de quem dizem ser amigos.

Não se fiem dos que pensam ser amigos, apenas porque a boa conversação ou a simples semelhança de costumes e idéias os une a outros, com agrado mútuo, pois essa amizade mal merece o nome, já que decorre mais da carne do que da razão, do espírito, e da virtude, donde deve provir a verdadeira amizade, que tem por fundamento o próprio Deus.

Devemos amar os amigos por suas virtudes e merecimentos, e porque êles também nos amam, e — principalmente — amá-los porque Deus assim o quer.

Na verdadeira e boa amizade “não entra cobiça nem interêsse, nem lembrança da própria utilidade: porque, se isto aqui entrasse, não amaríamos os amigos, mas as coisas que dêles pretendêssemos” — ensina Heitor Pinto.

Aqui ficou a minha terceira sugestão, a terceira norma para a seleção dos amigos: a virtude dêles pode e deve durar muito, e assim a nossa amizade, que dela nasce, será longa, e permanecerá também na adversidade, como o queria Salomão: “Em todo o tempo ama aquêle que é amigo”.

Bem vejo que é possível e provável que estejam a pensar: mas êste tipo de amizade, se é que existe, é muito raro...

Sim. Tão raro que a Sagrada Escritura afirma “O amigo leal é defesa forte, e quem o acha, encontra um tesouro”, e até insiste: “Bem-aventurado é aquêle que achou amigo verdadeiro”. E de acôrdo com a nossa Bíblia estiveram Sócrates, Salústio, Menandro, Plauto e Luciano...

....Quem tiver encontrado um amigo — trate de conservá-lo, e para tanto lembre apenas uma regra básica: só e sempre fazer e consentir, entre si e o amigo, o que fôr bom, honesto e justo, porque a verdadeira amizade deve ser santa.

Cícero chega a dizer que é excusa vergonha pecar a rôgo de alguém que pensáramos ser nosso amigo...

E, se por infelicidade, que ocorreu no exímio prosador espanhol que foi Juan Boscán, amigo do nosso Francisco de Sá de Miranda, que perdeu um outro e grande amigo o Doce Tasso Castelhana, como o chamava Camões, saibam, com grandeza d'alma devolvê-lo a Deus.

É de notar, e o menciono apenas como curiosidade de literatura comparada, o célebre soneto 37 de Petrarca, aquêle que diz:

“Anima bella, da quel nodo sciolta”,

que foi parafraseado por Camões, ao lamentar a morte prematura de Dinamene, de quem afirmou: “Alma minha gentil que te partiste”, também foi parafraseado por Boscán, não para a morte da mulher amada, mas a chorar do caro amigo

“Garcilaso, que al bien siempre aspiraste”,

E, se a inveja, a intriga, a mentira afastar de nós um amigo, saibamos agir com dignidade e fazer como Ricardo de Lemos, o poeta paranaense:

Não o injuriar. “Fôra vilania.

Dons ocultar, que há pouco eu nêle via...”

E tenham coragem de romper com velho amigo, se êle deixar de ser virtuoso, porque já não mais será digno de amizade.

Mas, meus amigos, esta palestra, ou melhor — êste monólogo está por demais longo, e entre amigos — o diálogo é imprescindível.

Falei porque me pediram que falasse, e o fiz pela amizade que quero ter com os senhores, e não por presumir que poderia bem “tratar da amizade, coisa tão alta, que parece que excede os limites do natural entendimento”.

(Heitor Pinto).

CENTENÁRIO DE ALEXANDER VON HUMBOLDT

(1769 — 1859)

“Alexander von Humboldt fêz mais para a América do que todos os conquistadores juntos”.

(Simón Bolívar)

(Padre Carlos Borromeu C.P.P.S., Rio de Janeiro)

Um dos elementos mais intelectuais da Alemanha no fim do século XVIII foi Alexander von Humboldt, um esteio da pesquisa exata no campo da ciência natural e geográfica.

Com a expulsão da Companhia de Jesus das terras sul-americanas a Europa, fora Portugal, ficou quase isolada da América do Sul. Missionários Jesuítas tinham levado muitas notícias a respeito dêste continente para as escolas da Europa, assim Padre Samuel Fritz com o seu mapa da Amazônia, Padre Antônio Sepp com a sua “Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos” (Norimberg, 1698) e outros.

O cientista francês La Condamine abriu de novo as portas do colosso sulamericano aos estudos e abrindo quase o caminho para Alexander von Humboldt e o seu companheiro francês A. Bonpland (1773-1858).

Humboldt é um dos elementos mais ativos no campo da pesquisa científica, querendo compreender a natureza na sua totalidade e o homem na sua natureza própria, formada pela terra, pelo clima, pelo ambiente, pela tradição e pela sua descendência.

O sulamericano tem de ser diferente do europeu pela natureza e pela história. Não é justificada a frase de “na Europa é tudo diferente, mais progressivo”. Essa frase revela a não compreensão da formação própria do continente sulamericano, do seu estado próprio da natureza tropical e equatorial. Para compreender o não-europeu precisa-se estudar a sua terra, a sua história, o seu ambiente, a sua língua falada e tantas outras circunstâncias que revelam a riqueza da natureza em geral.

Humboldt torna-se o autor da “geografia perennis” semelhante a Santo Tomás de Aquino, o autor da “Philosophia Perennis” ou a Otto Willmann, o autor da “Pedagogia Perennis”.

“Separei sempre as realidades das minhas opiniões particulares”. Eis a confissão do grande cientista, e assim chegando a formar conhecimentos de valor perene no setor da ciência natural e da geografia. Um cientista verdadeiro sa-

be dispensar a sua opinião diante da realidade comprovada em qualquer setor da pesquisa.

Humboldt é o iniciador da descrição física da terra, da Geometria, o criador dos observatórios, o observador do vulcanismo, da Geografia das plantas e organizador da Climatologia como ciência.

Pelas viagens ao redor do mundo abriu os horizontes da humanidade intelectual. Simão Bolívar, o lutador pela liberdade do jugo colonial confessa sobre Humboldt, que fez mais para a América do que todos os conquistadores em conjunto.

Em seus estudos procurava sempre a documentação histórica, assim abriu o caminho para o estudo das culturas antigas dos astecas, dos maias e dos incas, estudava o seu sistema do calendário, a sua sociologia, e seu método de construção de prédios e estradas, o seu sistema de comunicação e a sua queda cultural e social pela invasão dos conquistadores. Humboldt era um homem, bem econômico com a crítica sobre outros povos e nações. Seu ideal foi querer compreender o estado diferente da sua própria tradição e das circunstâncias da sua terra natal.

Todo o povo tem o seu modo próprio de viver e de enfrentar as dificuldades. O que Humboldt nunca tolerava foi a escravidão e ele encontra palavras de amargura sobre a escravidão que existia ainda naquele tempo nas terras americanas.

Todos os estudos e as pesquisas minuciosas não privaram o cientista da compreensão universal que ele chamava a harmonia. Na sua concepção científica havia ainda lugar para Deus. O maior milagre para Humboldt existia na organização da natureza e nas suas multiplicadas diferenças e especificações e todo finalmente circula para a harmonia, para a união. A última harmonia e a última união é chamada pela teologia, Deus, o autor, o harmonizador de toda a natureza, o legislador e o último conservador da natureza visível e invisível.

O estudo exato nos métodos de Alexander von Humboldt conduz o homem ao meditador da natureza visível, ao estudante do espírito que faz movimentar a natureza viva.

A meditação sobre a harmonia no ente humano conduz à conclusão exata da existência da alma e do corpo em uma síntese ideal e harmônica.

Uma vez que existe a harmonia na natureza viva e morta tem de ser concluída a realidade de uma finalidade de todo teatro da natureza com inclusão do homem: a felicidade,

a perfeição, a imortalidade, eis os postulados da vida eterna.

AUTO-REDENÇÃO OU UEBERMENSCHEN (HOMENS SUPERIORES)

A época de descoberta do Mundo Novo das Américas no século XVI e XVII descobriu a lenda do “selvagem inocente” e importava essa fantasia como realidade na concepção ocidental da época da Europa. Navegantes e comerciantes tinham levado uns indígenas sulamericanos para as festividades da Europa, assim em Dieppe, onde fizeram-se festas na moda da floresta virgem e das margens dos rios verdes da Amazônia.

Essas festas como diversão particular não teriam mais conseqüências, mas a intelectualidade francesa tomava parte nessas festas, assim Jean Jacques Rousseau que as aceitava como expressão real da vida nas florestas. O índio apareceu no seu modo mais natural, sem vestido ou só com uma cobertura resumida. Cansado pela diferença do clima europeu do próprio da sua terra, nos palcos de Dieppe e de Paris apareceu êste íncola brasileiro como o ídolo desejado, o homem primitivo seria o ideal e por conseqüência “Retour à la nature”. Eis o grito de uma sociedade superalimentada pelos prazeres da vida da côrte francesa. A questão do “pecado original” da Igreja já foi resolvida pelo selvagem inocente. Os idealistas e entusiastas pelo ídolo indígena calaram-se sôbre a questão de antropofagia, as orgias de almoços festivos com carne humana, uma prática que existiu ainda na época da visita de Alexander von Humboldt nas florestas sulamericanas. Já em 1557 Hans Staden, o soldado alemão a serviço de Portugal nas terras brasileiras tinha relatado sôbre êste modo tão cruel no seu livro “Duas viagens para o Brasil”, Marburg, Alemanha (1557). Antropofagia não é ideal, nem foi ideal na época de Rousseau, por causa disto calava-se sôbre êste acontecimento negativo na vida do “selvagem manso e inocente”. Antropofagia podia estragar o ideal de “Retour à la nature”.

É o merecimento de Alexander von Humboldt, de ter relatado exatamente sôbre a realidade do “selvagem inocente e manso a respeito da antropofagia. Humboldt abraçava como ideal “Ich habe die Tatsachen stets von meinen Vermutungem getrennt” — quer dizer: “Separei as realidades sempre das minhas concepções (individuais). E assim Humboldt apresenta uma idéia objetiva do mundo e do homem, inde-

pendente da sua concepção particular. Humboldt relata a realidade da antropofagia do índio sem querer justificar. Não se permitia o luxo de qualquer narrativa fantasiosa sem averiguar o caso in loco. Infelizmente a concepção filosófica sobre o homem selvagem já tinha sido propagada pelo Ocidente antes das reportagens de Humboldt.

Rousseau foi o revolucionário da concepção pedagógica do Ocidente na base dos preâmbulos fantasiados do “selvagem manso e inocente”.

Até em nossos dias é dominante a idéia de que o selvagem no seu mundo e no seu modo de viver seria mais feliz do que qualquer civilizado. Para um ou outro caso individual pode se aceitar essa idéia, mas quem mesmo viveu no ambiente indígena, nas florestas virgens e nas margens dos rios da Amazônia pode também chegar a uma outra conclusão. Deixem o selvagem no seu mundo, sem infiltrar coisa alguma ou idéia fora do seu modo habitual, quer dizer fazem do índio um museu vivo ou traduzido na prática pedagógica, deixem a criança sempre no seu estado infantil, sem instrução ou educação intelectual, talvez viverá mais feliz do que incomodado pelo patrimônio cultural.

Nas idéias erradas do selvagem manso foi construída a filosofia do século XVIII e XIX. Se o primitivo é inocente em si, por que precisamos da graça de Deus ou da Redenção? Por que Jesus Cristo, aquêle idealista de Nazaré? Chegamos assim ao homem de auto-redenção, a Nietzsche. Salvação há em todo o homem como super-homem.

Nas idéias de Nietzsche elevou-se o homem pelo desenvolvimento interno e externo sobre o animal. Os homens de hoje pela seleção devem se elevar sobre os homens de hoje, no mesmo grau como se eleveram antigamente sobre o animal. Queremos transformar-nos em homens superiores, homens na mais alta concepção da vida.

Todos nós somos testemunhas da consequência da filosofia nietzscheana, eis a metade do mundo esmagado pelas guerras dos Uebermenschen, homens superiores da nossa época. A base dessa filosofia funesta está na concepção do selvagem inocente.

Tanto mais é justificada a frase de Alexander von Humboldt “Ich habe die Tatsachen von meinen Vermutungen getrennt” — Separei as realidades das minhas concepções.

A superfantasia é um ponto nevrálgico da humanidade, enquanto a concepção objetiva, longe de fantasias individuais nos conduz ao caminho da “harmonia” na concepção de Hum-

boldt, onde há espaço para a terra, para o céu, para o animal e para o homem.

A filosofia de Humboldt, é mais sadia de tôdas as ideologias do últimos dois séculos.

ALEXANDER VON HUMBOLDT E AS MISSÕES

Um idealista da feição de Alexander von Humboldt chegou a ter contato com muitos missionários nas suas viagens através do continente americano. Humboldt não encontrou mais a época gloriosa das missões da Companhia de Jesus cuja atuação foi paralisada em 1758 no Brasil pelas leis pombalinas. As colônias espanholas tinham abraçado a mesma posição contra a Companhia de Jeus e contribuído para a destruição do maior patrimônio em favor do indígena americano.

Como geógrafo entusiasmado interessa-se principalmente nas produções do ambiente geográfico. Assim fez referências ao Padre Caulus, autor ou conservador de um mapa do Rio Caromi (V. 492).

Importante declara o mapa "Carta de las misiones de los Moxos de la Compania de Jesus del Peru, Ano 1709 (V. 530).

No Rio Ucayali trabalhava o Padre Sobreviela (5,531). Faz referências ao Padre Gili S. J., autor da "Storia del Orinoco, Roma (II, 178).

No Rio Orinoco existiam as seguintes missões da Companhia de Jesus: San Baltasar (II, 344), San Borja (II, 232), Santa Cruz (I, 281). Uruana (II, 196) e alguns postos missionários no baixo Orinoco (II, 337). Humboldt encontrou nas missões, antigamente florescentes, uns poucos missionários das diversas ordens, como carmelitas, franciscanos, mercedários. Ocupa-se com a destruição das missões (II, 291) e com a opressão pelas leis antimissionárias (II, 335).

Escrevendo sobre o Rio Negro, objeto permanente de briga entre portugueses e espanhóis, faz referências minuciosas a respeito das contrariedades políticas, pouco favoráveis à civilização do indígena. Maior ainda é a dificuldade de determinação dos nomes das aldeias por causa das diferentes línguas e por causa da incerteza política (II, 378).

Para o Geógrafo jesuíta Padre Samuel Fritz de Trautemau na Morávia encontra palavras de alto elogio: "Padre Fritz foi um homem de maior veracidade" (II, 382).

Deve-se a Humboldt o merecimento de ter explicado ao mundo civilizado a realidade da antropofagia, uma realidade tão contrária à concepção de Jean Jacques Rousseau com a

sua palavra de "Retour à la nature" e da sua lenda infantil do "selvagem manso e inocente".

Desde a opressão da Companhia de Jesus no campo das Missões ninguém tinha mais revelado essa mancha na vida indígena americana.

Grande influência sobre o indígena tinha a música. Humboldt observa em muitas aldeias a influência benévola exercida pela música em aulas dos missionários (II, 449). Um capítulo essencial é consagrado às festas do ambiente que são sempre em conjunto com a igreja.

Humboldt gozava muitas vezes da hospitalidade dos missionários e encontrou a maior compreensão e proteção para os seus estudos.

Humboldt não foi católico, criado no ambiente protestante da sua terra de Berlim, mas vivendo com os missionários nas margens dos rios verdes da Amazônia chegou a fazer amizade com estes heróis abnegados pela conquista espiritual das almas.

A maior tragédia do setor missionário foi a contradição política entre Portugal e a Espanha que sacrificava inútilmente muitas vidas de indígenas.

Incompreendida, como a Missão, foi também a expedição de Humboldt, ficando vítima da contrariedade espanhola-portuguêsa. Foi o Padre Zea que salvou a situação entre Humboldt e os portugueses no Rio Negro, que não queriam compreender que um alemão faz tanto sacrifício para medir terras que lhe não pertencem.

Foi mandado um soldado português a Belem do Pará, a 3218 km. dali, para pedir "instruções" que nunca vieram. Humboldt foi pôsto em liberdade. O Brasil perdeu talvez o melhor observador e escritor do Rio-Mar.

Em 1855 Humboldt foi feito cavaleiro da grande ordem brasileira em razão da arbitragem entre o Brasil e Venezuela no tocante a uma vasta parte do território do Amazonas.

Barão do Rio Branco em seus estudos "Questões de Limites" refere-se muitas vezes a Alexander von Humboldt, ao Padre Samuel Fritz, autor de um importante mapa do Amazonas e aos outros missionários da companhia de Jesus.

O PATRIMÔNIO INTELECTUAL DE ALEXANDER VON HUMBOLDT

Humboldt é um dos cientistas mais produtivos no setor da ciência natural.

Em uma expedição que durou cinco anos (1779-1804)

percorreu o Continente Americano, Venezuela, (região do Orinoco), Colômbia, Equador, Peru, Cuba e México. Escreveu uma obra de trinta volumes sobre essa expedição.

Na disciplina geográfica introduziu novos métodos cartográficos e formou a noção de isoterma.

Importantes para a geografia marítima são as suas observações do mar e a formação do termo Isoipsen (lugares com a mesma altura sobre o nível do mar). Nessa base reconheceu a importância de um canal no Panamá.

Como botânico recolheu nada menos de sessenta mil plantas no Continente Americano, nessa coleção há uns três mil e quinhentos exemplares, até então não conhecidos. Muitas plantas medicinais foram descobertas. O maior auxílio prestava na Botânica o cientista francês Bompland. Entre outros trabalhos fez um estudo sobre a borracha — a *Haevea* (brasiliensis) e a árvore *Chinchona*.

Na Zoologia observou mais minuciosamente a espécie dos macacos e o Peixe Elétrico — o Puracê dos Indígenas do Rio Mar. Pela anatomia desses animais procurou a conhecer a base da sua organização.

A Antropologia ocupava muito tempo, especialmente o estudo do homem americano, principalmente as culturas dos astecas, dos incas e dos maias. Altíssimo valor têm suas coleções antropológicas. Maior atenção lhe mereceu o sistema de calendário dos astecas.

Humboldt foi um dos primeiros cientistas europeus que documentava a sua compaixão com o “Dies irae” das nações indianas.

No setor da História das Américas pertence a Humboldt um dos primeiros lugares. Prova que foi o cartógrafo alemão Martin Waldmüller, a pedido de cosmógrafo Martin Ringmann que deu ao novo continente o nome de América e não Américo Vespucci.

Assim no Mapa Mundi de 1507. Este nome encontra-se no lugar do mapa que se chama hoje em dia o Brasil.

Quando Humboldt fechou os seus olhos para sempre aos 6 de maio de 1859 o mundo perdeu um dos maiores cientistas, pesquisadores e idealistas. A nossa homenagem ao grande do século XIX a cultura do seu patrimônio intelectual-científico.

OBRAS DE ALEXANDER VON HUMBOLDT EM VERSÃO PORTUGUESA

1 — Quadros da Natureza — Versão Portuguesa de As-

sis de Carvalho, 2 vols. Buenos Aires, 1884.

2 — Elogios Acadêmicos, de José Maria Latino Coelho (1825-1891) — Lisboa 1873-1876.

3 — Parecer favorável do Barão de Humboldt sôbre os tratados de limites feitos pelo Brasil com as repúblicas de Venezuela e Nova Granada. Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras., Tom. 77, Rio 1914, parte II., págs., 21-27.

4 — Os Lusíadas e o Cosmos ou Camões, considerado por Humboldt como admirável pintor da natureza, por José Silvestre Ribeiro, Lisboa 1855, Imprensa Nacional.

5 — Victor W. von Hagen: A América do Sul os chamava, Explorações dos Grandes Naturalistas, São Paulo 1956, Ed. Melhoramentos.

Ao lado dessas publicações existe grande número de artigos em revistas e jornais a respeito da obra de Humboldt e seus merecimentos.

Barão do Rio Branco faz muitas referências a Humboldt em seus estudos "Questões de Limites".

AS OBRAS PRINCIPAIS DE ALEXANDER VON HUMBOLDT (1769—1859)

1 — Kosmos-Modêlo de uma descrição física do Mundo-Entwurf einer physischen Weltbeschreibung, "5 vols., — Stuttgart e Tuebingen — 1845-1862. Edições de Bruxelles, Paris, Londres, Madrid e México-City.

2 — Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent, 30 vols.

3 — Viagem mineralógica geognóstica ao Ural, Altai e o Mar Cáspio, Ed. por Hauff, Nurenberg e Rose, 2 vols. 1837-42. — "Mineralogisch-geognostische Reise nach dem Ural, Altai und Kaspischen Meer. Ergbissi der Russischen Reise.

4 — Ansichten der Natur — Tableaux de la nature. — 2 vols. 1808, Paris 1851-52 e 1866.

5 — Observações de viagem no setor de Zoologia e de Anatomia comparada — Reisebeobachtungen aus der Zoologie und der vergleichenden Anatomie, 1845.

6 — Vue des Cordilleros... Paris 1813 1816.

7 — Essai politique sur l'île de Cuba, Paris 1825.

8 — Essai politique sur le reigne de la Nouvelle Espagne, Paris, 1825-1827, México, 1941.

9 — Ecris Politiques, Paris, México, 1943.

10 — Lettres de Humboldt a Varnhagen de Ense (1827-1858), Paris, 1860.

11 — Catálogo de uma coleção de obras de Humboldt, Berlin, 1912 — Katalog einer Sarmlung der Werk Humboldts.

CONCLUSÕES PRÁTICAS DA OBRA E DOS ESTUDOS
DE HUMBOLDT

Alexander von Humboldt nos deixou um Patrimônio riquíssimo de estudos, de pesquisas e de sugestões.

Para o setor de Antropologia defendeu o direito inabalável da liberdade humana. Só na liberdade incondicional o ente humano é capaz de desenvolver a sua missão. Antropofagia indígena que Humboldt ainda encontrava como cerimônia oficial da vida indígena foi vencida.

Se existe ainda em nossos dias, em alguns casos particulares, não mais como costume de tribos ou nações indígenas.

Com cuidado especial estudava as questões antropológicas do ente humano como um ente natural. Idealista da harmonia entre céu e terra, entre homem e animal que a natureza integral.

O homem só se pode compreender em conjunto com a sua tradição, da sua terra do clima e do ambiente próprio.

Continuamos as idéias de Humboldt: Uma vez que o homem é um ente composto de alma e de corpo, precisamos também considerar a alma humana, para melhor compreender o ente humano. Com a mesma minuciosidade, como Humboldt tratava qualquer planta, qualquer pedra ou qualquer índio, precisamos pesquisar no ambiente antropológico-sociológico. Assim chegaremos a compreender mais facilmente o ente humano de nossa época, ao lado do seu ambiente natural, também a sua existência sobrenatural.

“Separei sempre as realidades das minhas opiniões” — Eis o postulado no setor antropológico-sociológico. Conhecendo o ser humano na sua individualidade, na sua história, no seu próprio ambiente, a terra, na qual o homem reside, podemos melhor formar a diagnose do seu estado e aconselhar de maneira mais eficaz para a saúde não só física, além de tudo, da saúde psíquica-espiritual.

Alexander von Humboldt, o idealista das observações, nas pesquisas físicas torna-se o mestre também para os estudos psíquicos, de maneira objetiva, não em métodos freudianos para pansexualizar o homem, mas da maneira objetiva para compreendermos o nosso semelhante em dias de saúde e principalmente em dias da doença psíquica.

O homem moderno lamenta a sua solidão e sofre muito por êste complexo. Há caminhos para todos os abandonados. Descobrir êsses caminhos, eis os apostolados nos métodos de Alexander von Humboldt nas suas pesquisas físicas.

LÍNGUA E CULTURA

A. Staub

O termo "Cultura" é ambíguo em si. No nosso trabalho tomá-lo-emos como a base social ou sociológica de um indivíduo ou de uma comunidade. Cultura portanto vem a ser o conjunto de costumes e instituições, modos de proceder, relacionados com as condições geográficas e os desenvolvimentos históricos.

"Cultura" no conceito moderno dos antropólogos, é um sistema estruturado de proceder. (1).

Kluckholm e Kelly (2) definem-na como "todos aqueles planos historicamente criados, explícitos e implícitos, racionais e não racionais, criados para a vida, os quais existem num determinado tempo como guias potenciais da conduta humana".

Dizemos que tôdas aquelas pessoas que obedecem ao mesmo código de conduta são membros de uma mesma Cultura. O "ponto de vista" de uma determinada Cultura pode ser examinado no modo como os componentes da mesma falam sobre a realidade exterior. Costumes divergentes, atitudes contraditórias, geram, na mesma situação a diversidade de linguajar. Como a vida social e os costumes sociais não coincidem em tôdas as culturas, o "modo de dizer as cousas" e a opinião sobre as próprias cousas das quais se fala, tem que divergir.

A língua é um guia para a realidade social. É quase impossível o desenvolvimento de uma cultura sem uma língua porque é a língua aquela parte da cultura que nos torna aptos a participar da "experiência" social de outros. Uma cultura, em última análise, é um conjunto de cousas que criam a compreensão mútua, possibilidade em grande parte pela língua falada pelo grupo social.

Martin Zwart (3) exprime muito bem o alcance social do estudo de uma língua estrangeira quando diz que "precisamos uma idéia das línguas estrangeiras, a fim de nos tornarmos homens mais completos".

Podemos afirmar mais. A língua não é unicamente aquela chave secreta que nos abre os cofres de uma cultura mas vem a ser uma parte essencial da cultura porque, se afirmamos que esta é um conjunto de costumes e instituições, a língua é um dos costumes que mais caracteriza uma sociedade.

O estudante que fala ou estuda a língua de um grupo social que não seja o seu, entra em contato com um mundo novo, rico de surpresas, e cheio de informações que têm uma influência altamente humanizante.

O estudante de uma língua estrangeira obtém, através da mesma um conhecimento profundo do país onde esta língua é falada, de sua geografia, de sua história, de suas organizações sociais, de sua literatur, e em consequência uma visão mais clara da própria cultura e um patriotismo mais esclarecido. A língua sendo um sistema de símbolos vocálicos arbitrários pelos quais os membros de um grupo social se comunicam, só tem sentido porque se refere a objetos, conceitos, atividades típicas de uma determinada sociedade. Enfim, a compreensão da literatura de um povo depende da compreensão de contexto cultural expresso pelos símbolos lingüísticos. Podemos estabelecer a relação seguinte, aliás muito simples: como a compreensão da literatura de um povo pressupõe a compreensão da língua, assim uma língua não pode ser perfeitamente entendida fora de um contexto cultural.

Como uma comparação de duas análises estruturais é necessária no ensino das línguas, um paralelo entre duas culturas é imperioso. A necessidade do ensino do significado requer o estudo da cultura.

Uma língua é uma associação de sons e significados num sistema de símbolos. Há portanto duas comparações possíveis entre duas línguas. A primeira no âmbito dos sons e a segunda no âmbito do significado. Como podemos saber se dois termos, pertencentes a dois sistemas lingüísticos têm ou não têm o mesmo significado? O meio mais prático é sem dúvida aquele pelo qual verificamos se êstes termos usados pelos componentes de dois grupos lingüísticos se referem à mesma realidade objetiva. Numa palavra, vemo-nos obrigados a examinar o contexto cultural.

Uma pessoa que estuda a cultura de um outro povo através da língua materna, examina-a do lado de fora. Estudar a cultura de um povo através da língua pela qual esta cultura vem expressa, é examiná-la de dentro.

Devido à nossa própria tradição cultural, temos em geral o hábito de pensar que todos os povos pensam do nosso modo. Descobrimos que outros povos falam de suas "experiências" e do mundo em geral de modo que não coincide com os nossos. Na base desta divergência pode estar uma instituição social que nos é estranha.

Emílio Goggio, (4) muito bem informado desta realidade lança a idéia que “uma língua moderna não deve limitar o estudo à gramática, conversação, composição, história e literatura, como geralmente é o costume, mas deve incluir conferências sobre a arte, a música, a filosofia, as instituições sociais e educacionais, costumes, hábitos e tradições de um povo, a fim de que os estudantes se tornem aptos a compreender o seu caráter, a sua mentalidade, a sua cultura e civilização que diferem de muitos modos da nossa própria”.

Aquêle que fala uma língua estrangeira tem uma conduta diversa da nossa e esta conduta característica, na expressão de Theodore Anderson (5) “é absorvida pelas crianças através dos olhos, pelos ouvidos e pelos próprios poros. O treinamento dos órgãos auditivos e orais, dos gestos e expressões faciais, que constitui um processo complexo para os adultos, não passa para os moços de um verdadeiro brinquedo de criança”.

É aos professores de línguas que cabe a grande tarefa de comunicar a compreensão de uma outra Cultura. Para isso na opinião de Elton Hocking (6) “êles mesmos devem adquiri-la. O melhor meio para efetivar esta aquisição é visitar o país onde a língua é falada. Chegados lá, os professores não devem confinar-se à biblioteca mas entrar, o mais possível, em contato com o povo. Tal experiência facilitaria a comunicação direta e aquisição cultural através da relação humana”.

O material escolar deveria abrir os olhos dos alunos à grande variedade e às características notáveis entre as nações. Quadros, ilustrando as condições de vida, o cenário, os edifícios, a arte, as instituições, deveriam ser fornecidos às escolas. Pontos de interesse para os nossos alunos é, sem dúvida, o modo como vivem os estudantes estrangeiros, o que êles fazem, que tipo de escola frequentam, como são as casas em que moram, que feriados e dias santos celebram, quais os jogos preferidos e quais as canções mais populares.

Uma cultura estrangeira esclarece a própria. Uma língua estrangeira, que é um veículo cultural, encoraja o aluno a pensar de um modo internacional, oposto ao pensar local ou nacional, em geral eivado de egoísmo. O estudo de uma língua é o meio mais prático de haurir a cultura de um povo.

As línguas não encaram a realidade do mesmo modo. A realidade à qual nos referimos em inglês pelos termos “wood” e “forest” é dividida no português em “lenha”, “bosque”, “mata”, “madeira” etc...

De acôrdo com Ferdinand de Saussure (7) o termo fran-

cês "mouton" no inglês tem um alcance duplo, significando tão bem "mutton" como "sheep".

No Brasil falamos muito em "abraço". O "abraço" brasileiro vem intimamente ligado à saudação da qual constitui, por assim dizer uma parte integrante. Os americanos, alemães e povos nórdicos em geral, simplesmente ignoram os abraços fora das reuniões íntimas. Chegamos até a verificar que abraços dados por ocasião da saudação ou de encontros chegam até a escandalizá-los.

Os latino-americanos têm um conceito do tempo, os americanos e ingleses outro. Últimamente começou-se a falar em "hora americana", sinônimo de hora exata. Para o latino-americano, a expressão "duas horas" pode significar em primeiro lugar duas horas, depois, duas e meia e, enfim, nas recepções oficiais, três.

De manhã ao levantar o brasileiro "toma café" e o americano "eats his breakfast". Para o brasileiro, o termo café traz à mente café com leite, pão, manteiga e talvez uma ou outra cousa mais. Para o americano, o termo "breakfast" é desfile de iguarias que inicia com a tradicional "orange juice", e continua com o café, ovos fritos ou cozidos, torrada americana, "corn flakes", aveia, geléias e tudo aquilo que pode fortificar o corpo para a luta do dia.

Interessante é notar o conceito que o nosso habitante do campo tem do termo "perto". O nosso gaúcho está acostumado a atravessar as coxilhas do Rio Grande no lombo do cavalo. Semanas de viagem contribuíram para nêle modificar a noção de tempo e distância. Tôda viagem que não exigir semanas será, para êle, uma viagem curta. As expressões "fica logo aí", "fica pertinho" exprimem viagem de um dia e mesmo mais. Para o gaúcho, "perto" poderia ser traduzido por "longe" no linguajar do nosso homem da cidade.

Os gestos, que servem de complemento às línguas, não são usados do mesmo modo por todos os povos. Os ingleses são parcos no gesto e chegam a sustentar uma conversa de horas com as mãos no bôlso. Os espanhóis, com uma gesticulação abundante, parecem os eternos nervosos ao lado do inglês fleugmático.

No Brasil desaprovamos ou negamos sacudindo a cabeça horizontalmente. Os gregos atiram a cabeça levemente para trás quando exprimem negação.

Um parlamentar inglês, para obter silêncio do auditório, levantaria as mãos abertas na altura da cabeça. Se fizesse o mesmo gesto na Grécia, diz David Abercrombie, (8)

ofenderia gravemente o auditório porque naquele país o mesmo gesto é altamente ofensivo.

Charles C. Fries, (9) ao enfrentar um auditório de língua espanhola foi recebido com ruído sibilante contínuo. Nos Estados Unidos, ruído semelhante significaria desaprovação ou mesmo vaia surda dada ao orador. Só mais tarde Fries descobriu que êste é o método prático dos latino-americanos de exigir silêncio.

A técnica da comparação da Cultura dos povos tem um campo aberto para inúmeras atividades. Tôda e qualquer iniciativa neste sentido se poderá contribuir para a compreensão mútua e a harmonia entre os povos.

LE PLOBLEME DU MAL

dans "Les Destinées" de Vigny

Prof.^a Docelina Datria

Aujourd'hui il n'est plus de controverses sur la vocation philosophique de Vigny. Ce poète romantique, bien qu'un des plus authentiques de son école, mérite pourtant bien le titre de poète-philosophe, auquel il aspirait.

Il suffit de rappeler quelques — unes de ses innombrables définitions de la poésie. Il attribue au vrai poète une responsabilité de penseur. Il aime la poésie parce qu'elle est une volupté, mais "une volupté couvrant la pensée et la rendant lumineuse par l'éclat de son cristal préservateur, qui lui permettra de vivre et d'éclairer sans fin." (1).

Dans "la Maison du Berger" il va "rendre lumineuse" cette pensée qu'il vient d'exprimer en prose:

*"Comment se garderaient les profondes pensées
Sans rassembler leurs feux dans ton diamant pur
Qui conserve si bien leurs splendeurs condensées." (2)*

La poésie est d'autant plus noble qu'elle a une grande mission. C'est pourquoi il en invoque les lumières comme le croyant invoque la lumière de la foi:

*"Diamant sans rival, que tes feux illuminent
Les pas lents et tardifs de l'humaine Raison!" (2).*

Et il la salue:

*"Poésie! ô trésor! perle de la pensée!
O toi des vrais penseurs impérissable amour!" (3)*

Cette responsabilité de penseur que Vigny s'attribue à lui-même, sans l'amener à construire un système philosophique, le conduit pourtant à une attitude presque systématique dont peut se dégager sa philosophie. Elle est sans aucun doute, une philosophie subjective, fondée sur l'expérience personnelle, que le poète déguise en symboles et que le penseur généralise, l'étendant à tout le genre humain.

S'il n'est pas de philosophe qui ne se soit jamais projeté dans sa doctrine, il est tout naturel que Vigny ait laissé un

art de vivre "tout empreint du parfum des saintes solitudes". (4).

Cela s'accroît du fait qu'il était un penseur très sûr de ses idées, "car, dit-il, je ne les emprunterai à personne, préférant de beaucoup mes propres idées sur toute chose à celles des autres, quelque bonnes qu'elles puissent être" (5). Ce qu'il appelle "mes propres idées" — il faut bien l'entendre — ce sont naturellement toutes celles qu'il a acceptées librement comme véritables et dignes d'être assimilées, qu'elles lui soient venues à travers Platon, De Maistre, Comte ou Schopenhauer.

Charles Renouvier a dit sur son lit de mort:

"La vie ne peut avoir d'intérêt pour un penseur qu'à la condition de chercher à résoudre le problème du mal." (6).

Cette affirmation suffirait d'elle même à nous faire admettre que Vigny est vraiment un penseur.

En effet, le recueil des "Destinées" ne mérite le nom de "poèmes de la condition humaine" que dans la mesure où Vigny s'y occupe du problème du mal.

Il n'est pas nécessaire d'être profondément pessimiste pour affirmer comme Schopenhauer:

"C'est la considération des choses de la mort et la connaissance des misères de la vie qui impriment l'élan le plus fort à la pensée philosophique. Si notre vie était infinie et sans douleur... les choses s'expliqueraient d'elles-mêmes". (7).

Leibniz, le philosophe de l'optimisme radical, tout sûr d'habiter "le meilleur des mondes possibles" construit sa "Théodicée" à partir de l'éternelle question: "D'où vient le mal?"

Ce n'est donc pas par hasard que Platon, remontant à la source de la philosophie, trouve à la racine le problème du mal: "La philosophie naît de l'épouvante et de la connaissance anticipée de la mort". (8).

Vigny a écrit dans le Journal d'un Poète: "Que pas un mot ne sorte de ma plume qui n'aboutisse à un rayon de cette rue dont le centre est la question posée". (9).

Ce propos d'objectivité et de cohérence auquel il est resté fidèle autant qu'il est possible à un poète romantique, mérite d'être imité dans une étude sur le problème du mal dans "les Destinées".

L'ETHIQUE DU DOUTE

“Le Mont des Oliviers” est peut-être le poème où Vigny pénètre le plus profondément le problème du mal. Il y rapporte l’angoisse de l’homme qui se sent incapable de concilier la croyance à un Dieu à la fois bon et tout-puissant, avec l’affreuse évidence du mal.

Pour le moment, il ne s’agit pas de savoir si cet homme souffrant au Jardin des Oliviers a raison quand il affirme avoir “caché le Dieu sous la face du sage”, ou s’il se trompe quand il estime être le Fils de Dieu.

Ce qui compte, c’est qu’il est un homme. Un homme qui connaît le mal et un homme qui croit à l’existence de Dieu. C’est pourquoi il vient lui demander une solution à l’énigme du mal.

Après une foule de questions qui relèvent des philosophies les plus contradictoires, cet homme désamparé met un ordre dans sa pensée et lui donne une direction :

*“Tout sera révélé dès que l’homme saura
De quels lieux il arrive et dans quels il ira”. (10).*

Vigny pose ainsi le problème du mal sur les bases d’une philosophie spiritualiste, pour laquelle le Bien et le Mal sont considérés en fonction de la destinée de l’homme sur terre.

Le métaphysicien va rattacher toute la question à ces deux notions : “de quels lieux il arrive” — l’origine de l’homme “et dans quels il ira” — la fin pour laquelle il a été créé.

Pourquoi donc une telle pensée centrée autour du même axe de la morale chrétienne, ne s’en détachant même jamais dans certains aspects, va-t-elle s’en écarter au point d’aboutir à des solutions tout à fait opposées, de manière à constituer l’éthique de Vigny ?

C’est qu’il a manqué au philosophe des Destinées la prémisses majeure de l’éthique chrétienne et de toute morale religieuse :

“la certitude heureuse et l’espoir confiant”. (11).

Vigny n’a pas la foi. Il est difficile et gênant pour la raison humaine d’accepter une chose comme véritable simplement à cause de l’autorité de celui qui l’a révélée.

Vigny n’accepterait que l’autorité de l’évidence, une vérité expérimentée, un “reportage” de la vie d’outre-tombe,

fait par celui qui l'eût connue:

*“Sur son tombeau désert faisons monter Lazare.
Du grand secret des morts qu'il ne soit plus avare,
Et de ce qu'il a vu donnons-lui souvenir
Qu'il parle...”* (12).

Lazare ressuscité — bien que ce miracle n'ait pas été dû à lui-même, mais au pouvoir divin — Lazare peut seul mériter confiance. Lui seul pourra dévoiler les mystères de la Création:

*“Ce qui dure et ce qui doit finir,
Ce qu'a mis le Seigneur au coeur de la Nature”.* (13).

Lui seul pourra défaire les erreurs de la raison humaine, dont chacun est pourtant si fier, et découvrir la malice et l'ignorance:

*Ce qu'a de vrai la fable et de clair le mystère,
D'ignorant le savoir et de faux la raison.”* (14).

Lui seul, enfin, sera capable de réaliser le grand dessein de ce médiateur révolutionnaire:

“mettre en poudre” (15) le Doute et le Mal.

Mais il est déjà temps de démasquer ce Christ si différent de celui qui a déclaré: “Mon royaume n'est pas de ce monde”.

Ce sauveur si préoccupé de bonheur terrestre n'est pas le Fils de Dieu. Mais il est, et sans aucun doute, le fils du XVIIIème siècle rationaliste, le contemporain de Strauss et de Renan.

Une terre ainsi habitée par “la certitude heureuse et l'espoir confiant”, ces deux anges “qui dans le paradis marchent en souriant”, serait déjà le ciel, elle dispenserait bien du paradis céleste, comme les rationalistes eux-mêmes s'en passaient volontiers.

Ainsi, de même que le messenger d'une telle rédemption est obligé d'accepter sa défaite, l'homme désireux d'une telle foi est obligé d'avouer sa déception: “On a le désir de la foi”. (16).

Et rien que cela.

De même que “la torche de Judas” éclaire de sa lueur traîtresse le visage d'un Christ qui ne resurgira point, Vigny

n'aura désormais pour éclairer son âme, que la lueur incertaine et brûlante du Doute.

Sous l'éclairage du doute, le poète incompris, l'amant déçu, l'orphelin inconsolé, regardera toute réalité: l'univers, l'homme, la société — et il s'arrête naturellement sur la plus incompréhensible des réalités: le Mal.

Et c'est dans les perspectives imprévisibles du doute que peut-être étudié le problème du mal dans les Destinées de Vigny.

Pour justifier l'éternelle angoisse du mal; Sertillanges insiste sur la gravité du problème: "Le problème du mal met en cause la destinée de chacun, l'avenir du genre humain, la signification de la nature générale et, ce qui est plus grave encore, la sainteté de Dieu". (17).

Tout cela existe dans la philosophie de Vigny. Il ne doute pas de l'existence de Dieu, ni même de sa toute-puissance, mais il doute de la sainteté de Dieu.

C'est pour cela que la philosophie des Destinées se constitue en une éthique du doute, et c'est justement l'antinomie Dieu et Mal qui donne à ce recueil de poèmes un pathétique émouvant, une profonde résonance humaine.

Car, chaque fois que l'homme se sent prisonnier, empêché de saisir son bonheur, il est tenté d'adresser au Créateur la question du poète des Destinées:

"Mais qui donc tient la chaîne? O Dieu juste, est-ce vous?" (18).

Il est certain que Vigny, à la fin de sa vie, s'est décidé pour un athéisme pratique; il a fini par admettre l'existence de Dieu comme une simple hypothèse, et pour le condamner irrémédiablement: "La Divinité... si elle existe, elle est coupable envers nous." (19).

Une telle conclusion se préparait dès longtemps. Elle n'est que la réponse à une voix prisonnière qui murmurait déjà en 1821:

"Il est un Dieu? J'ai pourtant bien souffert!" (20).

Mais la poésie de Vigny ne recouvre pas la pensée d'un athée. Malgré certains accents communs à l'existentialisme athée, il ne voit pas le mal comme un entrecroc de forces aveugles ni comme une expression de l'absurde général appelé Création. S'il était un matérialiste, il aurait honte de reconnaître le mal comme un mystère:

“O mystère, ô tourment de l'âme forte et grave!” (21).

Il apparaît donc clairement que le problème du mal, tel que Vigny le présente dans les Destinées, reste intimement lié à l'existence de Dieu. C'est après avoir reconnu comme sûre cette donnée philosophique de l'Etre absolu, principe créateur de toute réalité, que Vigny parcourt le vaste empire du Mal: le mal dans l'Univers, le mal dans l'Homme et le mal dans la Société.

LE MAL DANS L'UNIVERS

Le recueil des Destinées réduit le problème du mal dans l'Univers à peu près au seul domaine de la nature, c'est-à-dire, le mal hors du domaine de la sensation. Vigny ne parle pas de ce que Lucrèce appelle “la race effrayante des bêtes féroces hostiles au genre humain” (22). Souf quelques autres symboles pris au passage, le seul animal dont s'occupe Vigny c'est le loup, et celui-ci est complètement transposé sur le plan humain.

Il est inutile de souligner les innombrables points où la pensée de Vigny se nourrit de celle de Platon, comme il est inutile de rappeler combien le philosophe du Portique a influencé le poète de la “stoïque fierté”. Mais, lorsqu'il s'agit de regarder l'univers, Vigny n'accepte ni l'optique de l'un ni celle de l'autre de ces illustres ancêtres.

Le platonisme, ce “parfum qui ne peut être respiré que par les têtes les plus hautes et déjà nourries et embaumées le leurs fortes pensées” (23), Vigny ne va pas l'aspirer entièrement. Il va le rejeter en ce qui concerne l'univers. Le philosophe de l'optimisme cosmique termine un de ses dialogues en constatant que le monde est “très grand et très beau et très bon et très accompli”.

Bien au contraire, le Jésus de Vigny parlera de “ce monde incomplet”, “cette indigente terre”.

Mais cela se rapporte à la souffrance humaine, peut-on dire, et non explicitement à l'univers.

Bien sûr. Cependant, lorsque les “filles du Destin” remontèrent au ciel.

*“La Terre frissonna dans son orbite immense,
Comme un cheval frémit de son frein”. (24).*

Donc, la terre aussi, avec tout ce qui est à elle, participe de cet esclavage qu'est la Création. Elle se ressent du malheur de l'homme.

Vigny ne voit pas non plus l'univers avec les yeux des stoïciens, c'est-à-dire, comparable à une pièce de théâtre, le mal n'en étant qu'un passage grotesque parce que détaché de l'ensemble harmonieux, dont il est une partie indispensable. La notion qu'a Vigny de l'univers est bien différente. Il est proche de Lucrèce. Bien que tous les deux aboutissent à des conclusions opposées, Lucrèce et Vigny manifestent le même dégoût de l'univers.

“La Nature n'est point pour nous l'oeuvre des dieux, tant elle montre de défauts”. (25).

Vigny dira, au contraire, que la nature est l'oeuvre de Dieu, mais c'est parce que ce Dieu est cruel. La nature est plus que l'oeuvre de Dieu, elle est le visage même de l'inhumain.

Donc, c'est la même haïssable nature, celle de Lucrèce ou celle de Vigny, pourtant, cette notion n'est que la synthèse de la pensée de Vigny à l'égard de la nature.

Puisqu'il faut étudier objectivement le problème dans le recueil des Destinées, il est nécessaire de savoir si la nature s'y présente toujours à l'homme comme une ennemie irréconciliable. A cette question, le premier mouvement de “la Maison du Berger” donne tout de suite la réponse négative. La nature n'est pas toujours un instrument du mal.

Le poète y fait une invitation à Eva:

*“Pars courageusement, laisse toutes les villes;
Du haut de nos pensers vois les cités serviles
Comme les rocs fatals de l'esclavage humain”.* (26).

Voilà des vers que J.J. Rousseau aurait pu signer, s'il avait été poète.

Pourquoi cette invitation?

*“Les grands bois et les champs sont des vastes asiles
Libres comme la mer autour des sombres îles”.* (27).

Donc, la nature permet à l'homme de jouir de la liberté, un de ses plus grands biens.

La nature y apparaît, comme dans les contes de fées, toute prête à entourer de mille sollicitudes le bonheur des amants:

*“La forêt a voilé ses colonnes profondes,
La montagne se cache, et sur les pâles ondes,*

Le saule a suspendu ses chastes reposoirs”.
... Le crépuscule ami s'endort dans la vallée,
Sur l'herbe d'émeraude et sur l'or du gazon,
Sur les timides joncs de la source isolée
Et sous le bois... qui tremble à l'horizon,
Se balance en fuyant dans les grappes sauvages
Jette son manteau gris sur le bord des rivages,
Et des fleurs de la nuit entrouve la prison.” (28)

La nature ne se met pas seulement à embellir, mais à protéger l'amoureuse retraite contre les regards indiscrets:

“Il est sur la montagne une épaisse bruyère
Où les pas du chasseur ont peine à se plonger
Qui plus haut que nos fronts lève sa tête altière
Et garde dans la nuit le pâtre et l'étranger”. (29).

Celui qui connaît déjà les sentiments de Vigny envers Dieu, ne peut s'empêcher de voir ici, dans cette alliance du poète avec la nature, la joie du partisan qui a gagné à sa cause un ancien adversaire. Cette nature a trahi le Créateur. Elle est passée du côté de l'homme.

“La Nature t'attend dans un silence austère,” dit l'amant à Eva. Mais c'est quand même un silence de complicité: elle va abriter une pécheresse, marquée par “la lettre sociale”, une femme qui abandonne la société, parce qu'elle veut aimer sans contraintes:

“Viens y cacher l'amour et ta divine faute”. (30).

Aussi le poète remercie-t-il l'aimable complice, en rappelant toutes ses obligeances. Fugace échange de faveurs ne durant pas plus que les amitiés nées d'une trahison! Le premier rayon du soleil éclairant une nature éclatante de vie, réveillera la haine du poète souffrant. Il ne peut aimer de cette nature que le moment le plus triste, le plus faible — “le crépuscule ami” — parce que celui-ci porte, comme la vie humaine, une menace certaine de mort.

Mais Vigny n'a pas seulement des sentiments extrêmes envers la nature. “La Sauvage” et “Wanda” en sont des exemples. Dans ces deux poèmes, la nature est enviasagée sous un autre point de vue.

A la différence d'Eva, la Sauvage ne trouve pas une nature protectrice. “Malgré sa volonté, sa jeunesse et sa force”, elle aura de la peine à traverser “ses bois ténébreux”.

La nature est, pourtant, dépourvue de tout sentiment.

Ici, comme dans le poème de "Wanda", la nature reprend sa place, bien que ce soit pour la quitter aussitôt, dans le règne des êtres incapables d'affection. Elle peut être un instrument du mal. Elle peut même ajouter beaucoup à la torture imméritée de Serge:

*"Le froid gonfle ses pieds dans des chemins mauvais,
La neige tombe en flots sur sa tête rasée;
Il brise les glaçons sur le bord des marais". (31).*

La soeur de Wanda trouve dans ce monde physique une telle expression du mal, de la souffrance, qu'elle assimile à l'enfer ces "glaces éternelles", puisqu'elle rêve d'un ciel chaud, pour elle et pour son compagnon.

*"L'ange de mort viendra nous prendre sur ses ailes
Pour nous porte rensemble aux chaleurs du ciel bleu". (32).*

Malgré tout cela, ni l'ignorance de l'Indienne, ni la souffrance de la princesse, n'attribuent à la forêt ni à la neige une méchanceté quelconque. Le malheur ne trouble pas leur raison pour qu'elles haïssent une pauvre ennemie irresponsable qui les meurtrit sans le savoir et sans être jamais capable de s'en douter.

Dans ces deux poèmes, le problème du mal est donc traité objectivement jusqu'ici. Ce n'est qu'un témoignage de l'existence du mal physique, exempt de toute responsabilité en soi.

Dans "la Sauvage" encore, Vigny considère la nature, par rapport au mal, sous un autre point de vue. Il lui attribue le mal de souffrance.

Mais il ne faut pas songer au mal ontologique. Il ne s'agit que d'une transposition poétique: cette nature-là souffre des maux humains. Elle connaît le deuil, l'abandon, l'angoisse des attentes:

"Pourquoi dans l'abandon soupirent vos cyprès?" (33)

C'est une nature qui paraît se douter vaguement d'une finalité immanente:

*"Pour qui sont épaissis ces joncs luisants et frais?
Quels pas attendrez-vous pour fouler vos prairies?"
(34).*

Mais il faut être possédé par l'obsession philosophique

pour affirmer que ces questions si chargées d'inspiration romantique sont des allusions à la finalité immanente.

Ce qui compte pour le problème du mal, c'est qu'une telle nature n'est en aucune façon une adversaire de l'homme; elle est un être pitoyable, effrayé, menacé par l'orage:

"Une peur inconnue accable la Nature." (35).

Voilà! dit le passionné de philosophie, cette peur qui sera tout de suite expliquée, n'est autre chose qu'une référence au mal ontologique:

*"Le combat se prépare, et l'immense ravage
Entre la nuit ardente et la forêt sauvage"*. (36).

C'est vrai. Mais rien que cela dans un recueil de presque deux mille vers. Ingrate recherche de celui qui s'obstine à étudier d'un point de vue philosophique cette partie de l'oeuvre de Vigny.

A vrai dire, cette allusion va être anéantie par une question du Christ:

"Comment tout s'y détruit et tout s'y renouvelle?" (37).

Il n'est pas nécessaire d'être Dieu, soit dit en passant, pour se poser une telle question. Elle entoure de mystère ce qui appartient passivement au domaine de la science, comme si l'humanité avait besoin d'une révélation pour connaître les lois de la biologie. Mais en tout cas, la question touche au problème du mal, parce qu'elle admet également la destruction et la renaissance continuelle des êtres organiques. Bref, pour le malheur de ceux qui attribuent une sensibilité aux plantes, Vigny ne voit pas dans la nature ce qu'ils appellent "le scandale du mal". Et pourtant, ce serait une autre façon de plaindre "ce globe incomplet", que de le présenter sous l'optique pessimiste des évolutionnistes. L'évolutionnisme faisait d'ailleurs école en ce temps-là.

Mais Vigny choisira un argument plus poétique pour instruire son procès de Dieu. Il ne lui faut que manier avec art le pinceau du romantisme.

Lamartine a déjà eu un entretien métaphysique avec la Nature. Hugo profite de l'inspiration, sans réussir pourtant à sortir du problème individuel. Vigny n'aura qu'à reprendre la conversation et la faire dériver vers son sujet. Cela est bien facile: chacun remplit le silence avec les mots de ses

propres pensées, que ce soit le silence inconscient de la nature ou le silence divin du Christ aux Oliviers.

Aussi dit Baudelaire :

*“L’un t’éclaire avec son ardeur,
L’autre en toi met son deuil, Nature!
Ce qui dit à l’un “Sépulture”,
Dit à l’autre: “Vie et Splendeur”!*

Vigny présente une nature à thèse. Elle doit faire contraste avec la brièveté et la souffrance de l’homme. Elle ne doit connaître ni lutte ni travail. Le poète ne doit pas se plier aux données scientifiques. Il peut même les transformer, les assujettir à son art. Il semble que Vigny pense de même quand il parle de la nature.

La science affirme que le végétal soutient une lutte incessante contre l’inertie de la matière. Il doit vaincre surtout la pesanteur. La verdure du feuillage, la grâce de la fleur, la richesse du fruit, tout est le résultat d’un travail silencieux, de cette humilité féconde des racines. Il est facile d’aimer les arbres pour l’accueil ombrageux de leur feuillage, pour leurs parfums, pour leurs fruits. Mai qui est-ce qui se souvient de leurs racines?

La beauté d’un arbre c’est la beauté de la tâche bien faite. Le poète des symboles ne le voit pas, pourtant, lui, toujours sensible à la grandeur de l’effort méconnu.

Il ne voit pas non plus l’irréremédiable fixité du végétal, condamné à vivre et à mourir là où il est né. Beaucoup plus que le loup, un arbre est une victime sans défense, ne pouvant même pas saisir “la gorge pantelante” de l’un de ses ennemis. Cette immobilité où la science voit une limitation du végétal, un signe de son infériorité par rapport à la bête même, le poète la transforme en un triomphe de la nature sur l’homme.

*“Je suis l’impassible théâtre
Que ne peut remuer le pied de ses acteurs.” (38).*

L’absence de sensibilité qui, épargnant au végétal toute souffrance, lui enlève aussi toute possibilité de bonheur, Vigny la transforme en indifférence voulue.

*“Je n’entends ni vos cris ni vos soupirs, à peine
Je sens passer sur moi la comédie humaine
Qui cherche en vain au ciel ses muets spectateurs.”
(39).*

Il est donc facile de voir que la nature présentée par l'auteur de la "Maison du Berger" est une nature à thèse.

Il part, comme Lamartine, de la même incompatibilité entre la brièveté de l'homme et l'éternité de la nature. Mais il ne prend pas le dessus de son insolente adversaire, car il ne trouve pas d'arguments pour la faire taire. Lamartine, par exemple, y réussit parfaitement. Il commence par démontrer que l'homme n'est éphémère qu'individuellement. La défaite de l'individu est vengée par l'éternité de la race humaine.

*"Une existence évanouie
Ne fait pas baisser d'une vie
Le flot de l'être toujours plein."* (40).

Par la suite, il oppose à la durée de la matière la supériorité essentielle de l'homme :

*"Mais vous ne pouvez, ô Nature,
Effacer une créature.
Je meurs! Qu'importe! j'ai vécu!"* (41).

Il reprend la notion pascalienne de la dignité de l'homme: L'instant humain est supérieur à l'éternel inconscient:

*"Dieu m'a vu! le regard de vie
S'est abaissé sur mon néant;
Votre existence rajeunie
A des siècles; j'eus mon instant
Mais dans la minute qui passe
L'infini de temps et d'espace
Dans mon regard s'est répété."* (42).

C'est alors que la nature, convaincue plutôt que vaincue, entre dans le concert universel qui chante l'excellence de l'homme, "le seul fils parmi les esclaves" (x) Et elle lui dit "Passe; ton sort est sublime, il t'a vu!" (43).

Quelle est donc la pensée de Lamartine par rapport au problème du mal dans la nature? D'après cette poésie, c'est absolument la même que celle de Pascal la constatation du mal physique dont l'homme est une victime consciente. Cette conscience même de sa défaite lui assure la victoire sur la matière. Celle-ci ne peut atteindre l'homme que dans ce qui est matière en lui. Le mal physique ne s'oppose pas à ce que l'homme atteigne sa finalité immanente; au contraire, il est l'aiguillon qui lui permet de se proclamer vainqueur: "Dieu m'a vu!"

Or, une telle vision de l'homme créé à l'image de Dieu, n'est possible qu'à un homme qui possède la foi. Et le poète des Destinées se déclare "l'homme qui a passé par le doute". Il dirait mieux, d'après ses oeuvres, "l'homme qui est resté dans le doute".

Alors, comment va-t-il répondre à cette "glorieuse insolente" qui oppose à son deuil humain l'interminable fête d'une vie toujours renouvelée? Il ne peut pas lui dire comme le poète des Harmonies: "Dieu m'a vu". Il n'y croit pas, pas même en apparence. Et il sait... Lamennais lui en a donné le triste exemple: "que l'on ne fait croire à une idée qu'en y ayant foi soi-même, du moins en *apparence* et avec persévérance". (44).

Le Dieu de Vigny n'a peut-être même pas regardé sur le Mont des Oliviers, ce pauvre malheureux qui se croyait son fils. Comment dire alors à la pompeuse nature: "Dieu m'a vu"? Elle pourrait bien lui répondre: Mais s'il t'a vu, pourquoi ne t'a-t-il pas épargné de souffrir? Pourquoi es-tu misérable, alors que moi je suis radieuse? Pourquoi dois-tu pleurer la mort de ceux que tu aimes? Moi, je vois faner mes herbes, mais je n'en désespère pas. Je sais qu'elles renaîtront pour la fête du printemps".

Et le poète orphelin devrait se taire. Le doute l'empêche de croire à la Résurrection et il ne peut pas l'espérer pour ses morts ni opposer à l'éphémère renaissance des herbes, cette autre renaissance, pour une fête éternelle.

Ainsi la nature ne connaît que la victoire. Elle confirme tout entière la révolte de Vigny. Elle est la matérialisation même de Dieu. Le scandale de bonheur et d'éternité que Dieu étale aux yeux de l'Homme souffrant et condamné à mort, l'impassible indifférence du Créateur, tout cela est caché derrière cette nature joyeuse où les mystiques ne cessent de voir un cadeau amoureux du Bon Dieu. Qu'ils se laissent duper! Devant l'homme révolté, la nature quitte son masque:

*"On me dit une mère, et je suis une tombe
Mon hiver prend vos morts comme son hécatombe,
Mon printemps ne sent pas vos adorations".* (45).

Il la voit pareille à ces dieux qui s'apaisaient avec le sang des innocents:

*"Et dans mon coeur alors je la hais, et je vois
Notre sang dans son onde et nos morts sous son herbe
Nourrissant de leurs sucs la racine des bois."* (46).

Et ce n'est pas qu'elle nuise à l'Homme sans le savoir. Elle est un agent conscient du mal. Vigny lui attribue une méchanceté que l'éthique serait obligée d'appeler "mal moral". C'est une nature chargée de superbe:

*"Je roule avec dédain, sans voir et sans entendre
A côté des fourmis, les populations". (47).*

Aussi mérite-t-elle parfaitement le nom de "déesse" que Vigny lui jette à la face, au moment le plus haut de sa révolte:

*'Vivez, froide nature, et revivez sans cesse
Sous nos pieds, sur nos fronts, puisque c'est votre loi,
Vivez et dédaignez, si vous êtes déesse,
L'Homme, humble passager qui dut vous être un
roi.' (48).*

Dans cette hiérarchie enfantée par le doute, l'Homme se sent ainsi rabaissé, rejeté ou degré de plus bas. Mais il ne peut pas accepter un tel rabaissement. Il refuse l'absurde. Alors il cherche en lui quelque chose qui l'aide à remonter cette échelle de valeurs. Et il trouve dans l'homme une grandeur évidente, qui n'a pas besoin de la foi pour être démontrée: la souffrance. La souffrance a une telle noblesse en elle-même, qu'il n'est pas nécessaire d'en saisir la raison d'être, pour faire hommage à sa grandeur. C'est pourquoi Vigny n'a pas besoin de vaincre son doute au sujet de la récompense éternelle, pour crier à la Nature:

*"Plus que tout votre règne et que vos splendeurs
vaines,
J'aime la majesté des souffrances humaines,
Vous ne revrez pas un cri d'amour de moi". (49).*

Mais ce courage d'affronter la nature, l'Homme ne l'a pas trouvé tout seul.

"Tourmenté de s'aimer, tourmenté de se voir",

il trouve enfin un être qui est son miroir et qu'il peut donc aimer sans renoncer à son égolatrie: c'est la femme.

Celle à qui "convient d'ouïr les grandes plaintes" a entendu la voix du poète, non pas comme un cri puéril du mal du siècle, mais comme un émouvant appel.

*"Ne me laisse jamais seul avec la nature
Que je la connais trop pour ne pas avoir peur". (50).*

Et elle l'a secouru.

L'Eva biblique avait corrompu la nature, en faisant entrer le mal dans un monde parfait, créé par Dieu. L'Eve du poète, au contraire, vient relever l'Homme, victime d'un monde hostile qui est l'expression de la cruauté de Dieu. Mais elle possède tant de qualités, elle est chargée d'une si belle mission, qu'elle adoucit beaucoup l'inhumanité de ce même Dieu qui l'a créée.

La nature devient alors une nature "corrigée par l'Amour". Ce n'est pas qu'elle cesse d'être scandaleusement joyeuse et immortelle. C'est que l'Homme se retournant vers l'amour de la femme, ne cherche plus une nature aimable, il ne souffre plus de cette indifférence :

*"Vous ne recevrez pas un cri d'amour de moi
Et je dis à mes yeux qui lui trouvaient des charmes
Ailleurs tous vos regards, ailleurs toutes vos larmes
Aimez ce que jamais on ne verra deux fois". (51).*

"Maintenant, — explique Bonnefoy — contre la nature, il exalte la grandeur particulière de l'Homme, non pas à la manière de Pascal, mais d'une façon plus profonde. L'Homme n'existe que par cette menace continuelle de mort qui s'appelle le temps, mais chaque instant de ce temps est unique, et, en sa force, éternel. La mort fonde son prix inestimable, que Dieu lui-même ne pourrait racheter". (52).

La femme, souffrante et mortelle autant que l'homme, peut seule être aimée sans réserve... sans envie. Elle est le miroir embellissant de la contingence humaine.

*"Oh! qui verra deux fois ta grâce et ta tendresse,
Ange doux et plaintif qui parle en soupirant?
Qui naîtra comme toi portant une caresse
Dans chaque éclair tombé de ton regard mourant,
Dans les balancements de ta tête penchée,
Dans ta taille dolente et mollement couchée
Et dans ton pur sourire amoureux et souffrant?" (53).*

Devant "la majesté des souffrances humaines, la Nature perd sa place de "déesse" et rentre dans sa condition de servante de l'homme. Elle n'a plus de valeur pour l'Homme que dans la mesure où elle embellit l'objet de son amour :

*"Viens donc! le ciel pour moi n'est plus qu'une auréole
Qui t'entoure d'azur, t'éclaire et te défend
La montagne est ton temple et le bois sa coupole,*

*L'oiseau n'est sur la fleur balancé par la vent,
Et la fleur ne parfume et l'oiseau ne soupire
Que pour mieux enchanter l'air que ton sein respire;
La terre est le tapis de tes beaux pieds d'enfant."* (54)

C'est ainsi que Vigny arrive à découvrir dans la nature un aspect de sa finalité immanente. Mais il y arrive, après une lutte cruelle, "par le chemin le plus pénible" comme dirait La Bruyère.

Eva l'encourage à regarder, et lui permet d'aimer le monde à travers l'image qu'elle lui en offre:

*"Eva, j'aimerai tout dans les choses créées,
Je les contemplerai dans ton regard rêveur
Qui partout répandra ses flammes colorées,
Son repos gracieux, sa magique saveur".* (55).

Alors la femme apparaît comme une solution au problème du mal dans l'univers; non pas comme une abolition du mal, mais comme un aménagement dans le malheur.

La "compagne délicate" de la Maison du Berger c'est, comme la princesse héroïque, la consolatrice donnée par Dieu à l'Homme, dont elle partage volontiers l'irréremédiable exil:

*"Nous marcherons ainsi ne laissant que notre ombre
Sur cette terre ingrate où les morts ont passé
Nous nous parlerons d'eux à l'heure où tout est som-
[bre,
Où tu te plais à suivre un chemin effacé,
A rêver, appuyée aux branches incertaines,
Pleurant, comme Diane au bord de ses fontaines,
Ton amour taciturne et toujours menacé".* (56).

LE MAL DANS L'HOMME

Lorsqu'il s'agit du mal dans l'homme, Vigny approfondit beaucoup plus la question, en lui donnant une portée philosophique qu'il n'a pas vraiment donnée au problème du mal dans l'univers.

La double question de l'homme — "De quels lieux il arrive et dans quels il ira" — Vigny cherche à la résoudre par une "découverte intérieure". Il vainc la première étape: le problème de l'origine de l'homme. Dans la Maison de Berger, Vigny affirme que l'homme et la femme sont des créatures de Dieu:

*“Sais-tu que pour punir l’homme, sa créature,
Mais si Dieu près de lui t’a voulu mettre, ô femme!
Compagne délicate! Eva! Sais-tu pourquoi?
C’est pour qu’il se regarde au miroir d’une autre
[âme”.* (57).

Le genre humain descend, donc, de ce couple primitif doué d’un corps et d’une âme.

Cependant Vigny considère en l’homme non pas l’enoblement de la matière par l’infusion de l’esprit, mais, tout au contraire, le rabaissement de l’esprit qui est enfermé dans la matière. Prenant le contrepied des humanistes chrétiens qui exaltent le corps humain comme le temple de l’esprit, le poète des Destinées plaint l’âme condamnée à la prison humiliante du corps.

Approuvant toutes les religions qui voient dans la création de l’homme la plus expressive manifestation de l’amour de Dieu, appelant sa créature à participer éternellement au bonheur divin, Vigny voit dans la création de l’homme un crime de la jalousie divine. Il ne se borne pas à l’ironie discrète du poète brésilien frappé du mal du siècle;

*“Quel hideux crime, le crime d’être né!
Ce fut mon crime!”* (58).

Byron surtout lui a donné assez de courage pour dévoiler son blasphème. Il n’y a qu’un seul coupable: Dieu. Celui-ci ne pouvait pas souffrir la présence indifférente de la matière. Elle avait du moins l’apparence calme du bonheur, et elle ne rendait aucun hommage à son maître. Alors le Dieu jaloux se décida à animer cette matière irresponsable pour qu’elle fût consciente de sa contingence. Elle saurait désormais ce que c’est que le mal.

*“Mais toujours insensible aux maux de l’existence,
Ignorant le trépas, ignorant la naissance,
La matière muette égarait loin de vous
Le noir et froid chaos dont nous étions jaloux”.* (59).

Et l’auteur des Poèmes intervient avec sa conclusion:

*“Le maître a vu passer son esclave oubliée
Et pour qu’elle gémit, à l’âme il l’a liée”.* (60).

Cette conception de Vigny sur l’origine de l’homme contient la notion qu’il se fait de l’origine du mal. Bonnefoy

l'explique: "le mal va découler de l'acte même de la création". (61).

Pourquoi Vigny s'est-il donné à lui-même une si étrange interprétation de la condition humaine? D'autres ont vu dans l'incarnation un châtement mais pas une injustice. Pourquoi cet esclavage de l'esprit n'a-t-il pas d'autre cause pour Vigny que la cruauté de Dieu? Est-ce un désir d'ériger en philosophie le désespoir de Léopardi et l'impiété de Byron?

Il est certain que la poésie de Vigny garde beaucoup de la tristesse de l'un et de la révolte de l'autre et ceci tend à montrer que ces trois poètes, sous des cieux différents ont pourtant respiré le même air contaminé par le mal du siècle.

Mais, sans remonter aux causes multiples de l'évolution philosophique de Vigny, la vraie raison qui le fait penser ainsi, c'est qu'il n'a pas résolu la deuxième partie de l'énigme de l'homme: "dans quels (lieux) il ira". Donc la vie de l'homme n'est qu'un scandale de malheur: "O sujet d'épouvante à troubler le plus brave!" (62). Angoisse légitime du philosophe dont l'espoir est limité par les horizons de la terre.

"Si nous séparons ce monde de l'autre, dit Eymieux, il devient absolument inintelligible. L'enfant dans le sein de sa mère, s'il avait l'usage de la raison, s'il était déjà une manière de savant, connaissant tout de son petit monde à lui, mais rien de plus, ignorant qu'il doit naître un jour, ce pauvre enfant ne comprendrait rien au hasard qui l'a mis là, ni aux choses mystérieuses qui le bousculent, à ces poumons qui n'ont point d'air, à ses yeux qui n'ont point de lumière, à ses membres recroquevillés et n'ayant encore aucun emploi. Il trouverait sa vie absurde et il aurait raison. Elle n'a de sens que par le terme où elle doit aboutir".

Or, c'est justement ce terme, l'aboutissement de la vie humaine, qui est l'objet le plus crucial du doute de Vigny. Quoiqu'il ait été appelé "le frère des anges" (63), il ne voit pas l'homme comme "la chrysalide d'un ange". Aussi lance-t-il vers le ciel mille questions:

*"Pourquoi l'âme est liée dans sa faible prison,
Et pourquoi nul sentier entre deux larges voies,
Entre l'ennui du calme et les paisibles joies
Et la rage sans fin des vagues passions,
Entre la léthargie et les convulsions,
Et pourquoi pend la mort comme une sombre épée
Et pourquoi les Esprits du mal sont triomphants
Des maux immérités, de la mort des enfants?"* (64).
Mais le ciel reste noir et Dieu ne répond pas". (65).

Alors, se retournant vers l'homme, son semblable, le poète n'y trouve qu'une victime — la victime inutile du mal.

Comme ce Christ qui ne comprend pas la volonté du Père, Vigny ne découvre pas "une intention paternelle dans les douleurs". (66). Il n'aurait remercié l'auteur de la souffrance. Ce que le philosophe ne trouve pas dans ses raisonnements froids, se révèle pourtant au cœur ardent de Baudelaire, ce désespéré qui dans son "impatience de Dieu s'est résolu de l'atteindre par le biais du sacrilège". Quand il cesse de blasphémer, il commence à prier:

*"Soyez béni, mon Dieu, qui donnez la souffrance
Comme un divin remède à nos impuretés
Et comme la meilleure et la plus pure essence
Qui prépare les ports aux saintes voluptés!"* (67).

Il est impossible à Vigny de concilier la pitié pour la souffrance humaine et le respect pour la sagesse divine. Là où Voltaire avait réussi. Vigny s'avoue incapable. Et pourquoi?

Longtemps avant de songer au recueil des Destinées, l'auteur d'Eloa était déjà tombé comme son ange, victime de la pitié, dans le piège de Satan. Le vent qui hurle parmi les oliviers du mont sinistre lui apporte de nouveau le cri de son ancienne révolte déjà présente dans les "Poèmes antiques et modernes". Si le poète-philosophe avait pu reconnaître dans le Christ le dieu caché "sous la face du sage", il n'aurait pas cherché en vain ce Dieu personnel, humain, semblable à lui; il n'aurait pu "jeter la souffrance comme un reproche à la face de Dieu".

Au lieu d'appeler Dieu à se justifier de l'existence du mal, il dirait peut-être comme Claudel:

*"Dieu n'est pas venu supprimer la souffrance
Il n'est pas venu l'expliquer
Il est venu la remplir de sa présence"*

et ce serait à cause de cette présence divine qu'il serait fier de dire:

"J'aime la majesté des souffrances humaines". (68).

Mais Vigny, refusant l'Incarnation du Verbe, n'a pas eu la vision de cette échelle tendue entre le ciel et la terre — la souffrance — par laquelle Dieu descend jusqu'à sa créature et par laquelle la créature s'approche de son Créateur.

Le Dieu dont parle Satan n'est point celui-là. C'est "l'Autre", "le Dieu jaloux", l'Heureux, (69) celui qui est incapable de souffrir. Entre ce Dieu et l'Homme, le mal physique se dresse non pas comme une échelle qui rapproche, mais comme une muraille qui sépare pour toujours.

Satan vient de lancer son cri de révolte: le divorce entre l'homme et Dieu. Désormais, explique Bonnefoy, Satan devient le Maître:

"C'est par le mal qu'il subit que l'homme se distingue le plus réellement de Dieu; il faut qu'il apprenne le sens de la grandeur de ce mal, et cela pourra peut-être le consoler". (70).

Comme dans la doctrine catholique, les chrétiens s'unissent par la Grâce et forment le corps mystique du Christ, ainsi dans la pensée de Vigny, les hommes se rassemblent tous par la souffrance et s'unissent dans leur révolte personnelle, réalisant l'incarnation de la révolte de Satan.

Et c'est par l'adhésion à cette révolte que Vigny se fait le poète des souffrances humaines.

Satan lui a appris que Dieu seul est le responsable de toute espèce de mal: du mal physique, parce qu'il a créé la condition humaine en faisant de l'homme une victime de la souffrance, et du mal moral, parce que l'homme ne pêche que par la faiblesse de son corps.

Cette accusation apparaît très explicite dans le Journal. Vers 1835, Vigny songe à un poème où un jeune homme se suicide pour punir l'auteur du mal. Sa haine lui fera oublier même la mature philosophique du mal — une privation: au lieu de dire, comme va faire le Christ, que Dieu a *permis* le mal, il dit que Dieu l'a *créé*:

"Et pourquoi avez-vous créé le mal de l'âme, le péché, et le mal du corps, la souffrance?". (71).

Le poète qui "a tressailli de joie en voyant nos grandeurs" (72) ne saurait attribuer à l'homme aucun germe de corruption. L'égoïsme, qui est à la racine du mal moral, n'est pas naturel à l'homme, il lui a été infligé par Dieu comme une punition. Voici comment il interprète le premier péché:

*"Sais-tu que pour punir l'homme, sa créature,
D'avoir porté la main sur l'arbre du savoir,
Dieu permit qu'avant tout, de l'Amour de soi-même
En tout temps, à tout âge, il fût son bien suprême
Tourmenté de s'aimer, tourmenté de se voir?"* (73).

L'égoïsme n'est donc pas la cause du péché, mais la sanction. Vigny présente comme une simple curiosité intellec-

tuelle ce premier acte d'insoumission de l'homme à son Créateur. Ainsi il s'en faut de peu qu'il n'affirme que le péché originel fut non pas un péché de l'homme, mais un péché de Dieu. "Le Créateur a voulu que la créature vécût dans l'ignorance". Le poète n'est pas du tout sensible à l'acte de désobéissance que représente ce geste de l'homme; par contre il insiste sur la nature intellectuelle de cette première faute:

"Avoir porté la main sur l'arbre du savoir".

Cette liberté mystérieuse et pécheresse qui, dans le système de certains philosophes remplace le péché originel, Vigny ne l'accepte pas. Il est aux antipodes de Schelling, son contemporain, qui affirme: "C'est seulement par l'homme et pour l'homme que le mal existe. Ce qui par la volonté humaine est le péché, est dans l'Absolu la condition de la révélation divine. C'est avec le bien que l'homme fait le mal; c'est avec le mal que Dieu fait le bien. (74).

Le raté de la Flûte est un exemple de ce que Bennefoy appelle la "théorie très habituelle à tous ceux qui veulent s'effacer eux-mêmes, pour laisser l'entière responsabilité de leur être à Dieu qui l'a crée. (75).

*"Du corps et non de l'âme accusons l'indigence
Des organes mauvais servent l'intelligence
Et touchent, en tordant et tourmentant leur noeud;
Ce qu'ils peuvent atteindre et non ce qu'elle veut".
AGF).*

Cette notion qu'il a de la déviation imposée par le corps à la poussée de l'âme, va jusqu'à lui faire enlever à l'homme tout mérite et toute faute:

*"Pour moi qui ne sais rien et vais du doute au rêve
Je crois qu'après la mort, quand l'union s'achève,
L'âme retrouve alors la vue et la clarté,
Et que jugeant son oeuvre avec sérénité,
Comprenant sans obstacle et s'expliquant sans peine,
Se mesure au vrai poids, connaît visiblement
Que son souffle était faux par le faux instrument
N'était ni glorieux ni vil, n'étant pas libre;
Que le corps seulement empêchait l'équilibre". (77).*

Dans le poème des "Destinées", la négation de la liberté humaine sort du plan individuel pour atteindre une ampleur cosmique, touchant l'humanité entière "depuis le premier jour de la création".

Mais dans ce poème d'inspiration fataliste, l'homme n'est plus comme dans la Flûte, l'esclave de son corps. Il est l'esclave des Destinées;

*"Ces froides déités liaient le joug de plomb
Sur le crâne et les yeux des Hommes leurs esclaves,
Tous errants, sans étoile, en un désert sans fond".
(78).*

L'avènement du Christ apporte à l'Humanité une espérance de libération:

"Un soupir de bonheur sortit du coeur humain". (79)

Mais ce n'est qu'un leurre. L'esclavage continuera sous un autre nom. Les Destinées passent au service d'une tyrannie nouvelle.

"Retournez en mon nom, âmes, je suis la Grâce, tyrannie encore plus raffinée, donnant à l'Homme l'impression d'être libre:

*"Il sera plus heureux, se croyant maître et libre
En luttant contre vous dans un combat mauvais
Où moi seul d'en haut je tiendrai l'équilibre
De moi naîtra son souffle et sa force à jamais.
Son mérite est le mien, sa loi perpétuelle:
Faire ce que je veux, pour venir où je sais?" (80).*

Avec cette apparition de la Grâce, le problème de la liberté humaine prend une allure transcendente, annaçant la question du salut, la seule question pour laquelle Dieu a donné la garantie de la grâce suffisante.

Les symboles "nos caps, nos rocs, nos cimes", semblent se rattacher au problème du salut, comme signifiant l'espoir dans la vie éternelle, la communion avec Dieu, etc... Et alors, le "doigt rude et fatal" qui "se pose devant nous", serait l'assaut du doute, sur les prédestinations, devenu spectre dans l'hérésie janséniste; et les "noirs abîmes" seraient le désespoir du salut.

Cependant, après avoir mis en question la justice divine, "Mais qui donc tient la chaîne? oh Dieu juste, est-ce vous?" le poète arrive à composer une émouvante prière qui fait songer à la miséricorde de cet "arbitre libre et fier des actes de la vie". Et voilà que cette prière explique le sujet du poème. Il n'y est pas question de l'au-delà. Le grand problème de la destinée humaine, suggérée par la Grâce, ne reste qu'énoncé:

*"Son bras ouvrira l'eau, qu'elle soit haute ou basse,
Voulant trouver sa place et devenir". (81).*

La prière de l'Homme ne sera pas pour demander la connaissance de sa destinée. Sa prière ne portera que sur des problèmes terrestres:

*“Si notre coeur s'entrouve aux parfums des vertus,
S'il s'embrase à l'amour, s'il s'élève au génie,
Que l'ombre du Destin, Seigneur, n'oppose plus
A nos belles ardeurs une immuable entrave,
A nos efforte sans fin des coups inattendus”.* (82).

Dans un siècle instruit par Voltaire, la vertu comme l'amour et la gloire, enrichissent l'Homme, le haussent, le sauvent de la médiocrité; mais la hauteur que lui confèrent ces ascensions n'est pas telle que l'Homme puisse mesurer la terre en fonction de l'éternité. Et le poète des symboles les a très bien représentés (“nos caps” “nos rocs”, nos cimes). Ceux-ci projettent la terre au-dessus de ses platitudes; mais ils restent terre quand même.

Le moment psychologique où Vigny compose ce poème après sa longue et décevante campagne académique et au lendemain de la défaite électorale, rétrécit encore plus la portée métaphysique de cette allégorie qui embrasse l'univers.

Cependant, composé plus de cinq ans après celui de la “Flûte”, le poème des “Destinées” constitue une nouvelle reprise du thème de l'homme-victime, pensée maîtresse de la philosophie de Vigny.

Ces deux espèces d'esclavage, celui du corps et celui de la fatalité, qui sont traités ici de plus près et qui figurent aussi dans l'interrogatoire du Christ au Créateur, étaient déjà annoncés dans la “Maison du Berger”.

Comme par un effort de précision dans le portrait de cette victime qui est l'Homme, entouré par les forces du mal, ainsi que le Loup par le “sinistre croissant” des fusils mortels, Vigny ramasse dans quelques vers les multiples aspects de la souffrance humaine.

C'est d'abord le mal de l'Homme abandonné dans un monde hostile:

*“Si ton coeur gémissant du poids de notre vie,
Se traîne et se débat comme un aigle blessé,
Portant comme le mien, sur son aile asservie,
Tout un monde fatal, écrasant et glacé”.* (83).

C'est le coeur sans guérison, l'abandon de l'être aimé qui donnait un sens à cette vie:

“S'il ne bat qu'en saignant par sa plaie immortelle,

*S'il ne voit plus l'amour, son étoile fidèle,
Eclairer pour lui seul l'horizon effacé". (84).*

Et c'est toujours la révolte de l'"âme enchaînée", "lasse de son boulet" et de son "pain amer".

Mais, s'il n'y a dans ce poème qu'une allusion très brève à l'homme "cherchant dans les flots une route inconnue", il est indiscutable pourtant que le plus grand mal auquel Vigny est sensible, est celui dont l'homme seul connaît la morsure; le Doute.

Le Doute est le responsable du moins pour une part de la misère humaine. Voici la plainte du Christ qui ne veut pas mourir encore:

*"Mais je vais la quitter, cette indigente terre,
N'ayant que soulevé ce manteau de misère
Qui l'entoure à grands plis, drap lugubre et fatal,
Que d'un bout tient le Doute et de l'autre le Mal".
(85).*

Vigny accorde tellement d'importance au Doute, qu'il insiste à le nommer explicitement, à côté du Mal général, dans le réquisitoire de l'Homme contre le Créateur:

*"Mal et Doute!
Vous les aviez prévus, laissez-moi vous absoudre
De les avoir permis. — C'est l'accusation
Qui pèse de partout sur la création!" (86).*

Le mobile le plus grand de cette révolte doit bien être le Doute, car ce que demande le Christ est beaucoup plus l'explication, que l'abolition du mal. Si le Christ commence en exaltant la fraternité, il passe tout de suite à louer ces deux anges qui pourraient seuls se substituer à la présence du Sauveur:

"la certitude heureuse et l'espoir confiant". (87).

Et, comme réplique à la terre qui avait frémi d'espérance à l'arrivée du Christ, le poète du "Mont des Oliviers" peint une terre effrayée par le doute: "La Terre sans clartés, sans astre et sans aurore.

*Et sans clartés de l'âme ainsi qu'elle est encore
Frémissait."*

Cette part prépondérante que fait Vigny au doute, dans le problème du mal, fait ressortir une caractéristique de sa philosophie: la prédilection pour le spirituel

Le doute est le mal suprême, parce que la vérité est le bien suprême de l'être doué de raison.

La conviction selon laquelle l'homme est supérieur, par l'esprit, à toute créature, arrive parfois à réconcilier Vigny avec le Créateur, en tant qu'auteur de l'intelligence humaine. Et, si le poète sans foi n'a pas reconnu dans l'homme le pèlerin de l'éternité, le philosophe idéaliste découvre, pourtant, le citoyen du monde de l'esprit, dont le centre est Dieu même.

A l'instant où la voix de l'intelligence n'est pas étouffée par le gémissement du corps, l'aigle déploie "son aile asservie" et repart vers les hauteurs pour lesquelles il était né:

*"La volonté transporte à des hauteurs sublimes
Notre front éclairé par un rayon du ciel". (88).*

Ainsi, dans un moment d'illumination, Vigny entrevoit le séjour de l'être intelligent. Et il définit le Bien en soi, cet infini qui est pour Platon "ce que tout être désire", par ce qu'il "contient tout", y compris le bien de l'homme:

*"Le Seigneur contient tout dans ses deux bras im-
[menses,
Son Verbe est le séjour de nos intelligences
Comme ici-bas l'espace est celui de nos corps". (89).*

Cependant, ainsi que le commun des hommes, Vigny ne reste pas longtemps sur ces hauteurs:

"Celui qui a mordu la terre, en garde la saveur entre ses dents". Cette expérience de Claudel est l'expérience de l'homme.

C'est justement chez l'homme, "capable d'apercevoir le Bien en soi, que le mal atteint son apogée, touche au paroxysme!" (90).

Si, par une moitié de son être, l'homme est poussé par cette soif d'infini, à arrêter le temps, à transcender la mort, par l'autre moitié de son être il penche sur la terre et tend à s'enfermer dans la prison des sens, à n'accepter pour vrai que "le moment qui passe". (91).

Le mal autour de lui, le mal dans lui, tout cela est si décourageant, que parfois l'espoir l'abandonne.

Ainsi Péguy, dans l'intimité enfantine de ses entretiens avec Dieu, l'a entendu qui s'étonnait de l'espérance humaine:

*La foi que j'aime le mieux, dit Dieu, c'est l'espérance.
La foi, ça ne m'étonne pas.
La charité, dit Dieu, ça ne m'étonne pas.*

*Mais l'espérance, dit Dieu, voilà ce qui m' m'étonne
Moi-même.*

Cà c'est étonnant

*Que ces pauvres enfants voient comme ça se passe
et qu'ils croient que demain ça ira mieux.*

*Cà c'est étonnant et c'est la plus grande merveille
de notre grâce". (92).*

Il y a bien des raisons pour que l'espérance soit une vertu héroïque, capable d'étonner l'Omniscient: "La vie a mille besoins: le corps veut la santé, l'imagination appelle le beau, le cœur réclame l'amour, l'orgueil demande la considération, l'âme soupire après la paix, la conscience pleure après la sainteté, tout notre être a soif de bonheur et de perfection; et, incomplets, chancelants, mutilés, nous ne pouvons feindre l'insensibilité philosophique, nous tendons les bras à la vie et nous lui disons à mi-voix: pourquoi as-tu trompé mon attente? (93).

Si Amiel, au milieu de son désenchantement, réussit à 'diviniser ses expériences', Vigny en arrive à cette amère conclusion enregistrée dans le Journal: "La vérité sur la vie, c'est le désespoir".

Il n'a réussi à "feindre l'insensibilité philosophique" que pour peu de temps. La leçon du Loup," qui meurt sans daigner savoir comment il a péri", toute sa "stoïque fierté", ne sert qu'à construire "la parade immédiate à la douleur".

Le silence de l'homme ne veut pas dire qu'il renonce à son énigme. C'est par ce côté-là qu'il souffre le plus: "Ce qui fait le malheur de la créature, c'est d'être condamnée à penser". (94).

La plus grande humiliation du philosophe, ce n'est pas d'appartenir à "ce troupeau faible et morne", ces hommes d'un moment, ces condamnés à mort" (95), c'est surtout de ne pas se libérer du doute:

"L'Homme sera toujours un nageur incertain

Dans les ondes du temps qui se mesure et passe". (96)

Si aucune religion n'a effacé de la terre le doute, encore moins le ferait le Christianisme. Ce serait détruire le mérite de la foi et lui enlever même toute raison d'être. "Dieu nous a permis la liberté de le nier, pour que nous ayons le mérite de l'atteindre". (97).

L'intelligence, tendue vers la clarté de l'évidence, "doit se contenter souvent des lueurs crépusculaires de la connaissance immédiate" (98). Devant cet anathème qui demeure sur l'intelligence humaine, le poète s'exclame:

“O dans quel désespoir nous sommes encor tous!” (99).

Or le désespoir est l'état de celui qui a tout perdu ou qui n'a jamais rien possédé. “Est-ce donc n'avoir rien que de n'avoir pas tout”? (100).

A cette question, les premiers poèmes des Destinées, “La Mort du Loup” et “Le Mont des Oliviers” semblent donner une réponse affirmative que bien des années plus tard le poème des “Destinées” va répéter dans “une satire noble” du Christianisme.

Mais tous les autres poèmes révèlent que l'âme du poète, “à force de rester studieuse et pensive”, est parvenue à mieux subir la douleur, à la “rendre inoffensive comme un serpent familier” (101). La révolte initiale a; pour ainsi dire, usé sa violence, il n'en reste qu'une flamme où le poète découvre une sagesse, un art de vivre. C'est là qu'il trouve non pas une solution au problème du mal, mais une façon de mieux le subir.

Cet art de vivre “tout empreint du parfum des saintes solitudes”, ne laisse pas pourtant d'être un combat. Et ce combat est encore commandé par Satan. Il avait inspiré ces mots à un de ses adeptes:

*“Dieu peut m'anéantir, il ne peut me soumettre.
Il est mon ennemi; mais il n'est plus mon maître.
Mon orgueil obstiné contre lui se débat
Et j'ai changé du moins l'esclavage en combat”.* (102)

Vigny avait toujours oscillé entre Dieu et Satan. Il finit par démontrer sa préférence pour ce dernier:

“Satan est celui qui, après avoir reproché à Dieu la misère de la condition humaine, apprend aux hommes à ressentir cette misère comme une grandeur.” (103).

La grandeur pascalienne ne suffit pas. A vrai dire, cette grandeur de l'homme finit par être la grandeur de Dieu.

Satan, au contraire, parle d'une grandeur sans Dieu, une grandeur de l'Homme seul. L'Etre “tourmenté de s'aimer, tourmenté de se voir” n'y résiste pas.

“C'est donc vrai que l'Homme est monté par lui-même” conclut le philosophe converti à l'anthropocentrisme. Après avoir engagé le poète dans ses rangs, Satan lui donne ses armes pour qu'il entre dans la lutte. Il n'en faut que deux: le dédain et l'amour. Engagé dans ce combat, Vigny passe de la morale du doute, à ces deux éthiques apparemment contradictoires, mais en réalité, complémentaires: l'éthique du dédain et l'éthique de l'amour. Dédain pour celui qui a créé la misérable condition humaine; amour pour celui qui la subit.

Ce dédain est une lutte silencieuse, car ce silence est un refus d'adorer, la première victoire de Satan :

*“A voir ce que l'on fut sur terre et ce qu'on laisse,
Seul le silence est grand, tout le reste est faiblesse.
Gémir, prier, pleurer est également lâche”.* (104).

Le refus d'adorer devient total, définitif, après que l'Homme a vainement interrogé le ciel :

*“S'il est vrai qu'au Jardin sacré des Ecritures,
Le Fils de l'Homme ait dit ce qu'on voit rapporté
Muet, aveugle et sourd au cri des créatures,
Si le Ciel nous laissa comme un monde avorté,
Le juste opposera le dédain à l'absence,
Et ne répondra plus que par un froid silence
Au silence éternel de la Divinité”.* (105).

Pourquoi Vigny commence-t-il cette strophe par une conditionnelle. “S'il est vrai... ? Est-ce une indécision encobre ? Non pas. Le lecteur assidu de la Bible, malgré sa préférence pour l'Ancien Testament, devait pourtant connaître les Evangiles. La conditionnelle ne sert qu'à l'excuser de son émouvante calomnie poétique. Sa conclusion est formulée. Sa décision est prise : elle découle de l'interprétation personnelle qu'il donne à l'intention du Christ aux Oliviers :

“Jésus notre Seigneur, fils de l'homme a pris sur lui, mais en vain, de demander la lumière et la certitude à Dieu. Si Dieu l'a refusée à celui qui nous représente par ses souffrances et sa croix, notre désir est de nous résigner au doute, mais de nous entraider, de nous tendre la main mutuellement dans notre prison et notre exil. Que les hommes se rapprochent donc ; qu'ils laissent à jamais le soin inutile des philosophes, et renoncent à pénétrer un ciel toujours voilé.” (106).

De ces deux paroles amères : “Pourquoi ?, Hélas”, les dernières prononcées par Stello, Vigny las de chercher une réponse à la première, espère du moins adoucir la seconde. Ce n'est donc pas qu'il s'adonne à la pitié, par besoin d'alléger son cœur du dédain — qui est une espèce de rancune. Cette attitude est une conséquence logique des conclusions auxquelles il est arrivé sur les rapports entre Dieu et le mal. La plus haute expression du mal est la misérable condition. L'Homme qui est un être spirituel, est l'esclave de ce corps imparfait que Dieu lui a imposé.

Vigny ne croit pas que Dieu ait donné à chaque homme une âme convenable, en accord avec les conditions du corps

où elle doit agir de façon à atteindre la perfection de l'être humain.

La Rochefoucaud, de même que La Bruyère, affirme "La force et la faiblesse de notre esprit sont mal nommées: elles ne sont en effet que la bonne ou la mauvaise disposition des organes du corps". (107).

Dans "La Flûte" Vigny répète cette pensée:

*"Des organes mauvais servent l'intelligence
Et touchent, en tordant et tourmentant leur noeud,
Ce qu'ils peuvent atteindre et non ce qu'elle veut.
En traducteurs grossiers de quelque auteur céleste
Ils parlent... Elle chante et désire le reste".* (108).

La seule conclusion est celle-ci:

"Du corps et non de l'âme accusons l'indigence". (109)

Et la volonté est ainsi complètement innocentée de tout.

"Le mal ne vient pas de la puissance spirituelle originelle, mais de la déviation de la pensée que le corps lui impose". (110). D'après cela, Dieu n'est pas également coupable envers tous les hommes. Sa cruauté n'est pas la même pour tous. Il y a ceux qui, asservis à un corps beaucoup plus faible et malade sont plus misérables, victimes d'une plus grande injustice et méritent pour cela plus de pitié que les autres. Ce sont les faibles, les "aveuglés d'esprit". Vigny accueille chacun d'eux avec le plus généreux élan de son coeur. Il lui fait d'abord la charité de prêter oreille à cet "humble acteur d'un public ingrat et passager".

*"Je gémis, disait-il, d'avoir une pauvre âme
Faible autant que serait l'âme de quelque femme,
Qui ne peut accomplir ce qu'elle a commencé
Et s'abat au départ sur tout chemin tracé.
L'idée à l'horizon est à peine entrevue,
Que sa lumière écrase et fait ployer ma vue.
...Et le rayon me trouble et la voix m'étourdit,
Et je demeure aveugle et je me sens maudit".* (111).

A ce mot de malédiction, le défenseur de l'homme est obligé de parler. Il ne faut pas créer pour ce malheureux une souffrance de plus:

*"C'est assez de souffrir sans se juger coupable
Pour avoir entrepris et pour être incapable".* (112).

La réversibilité des peines n'es qu'un sophisme d'un "esprit falsificateur" comme Joseph de Maistre.

Après l'avoir exempté de toute faute, Vigny lui fait sentir la grandeur de l'effort résigné et persévérant:

*"J'aime autant que le fort le faible courageux
Qui lance un bras débile en des flots orageux.
... Ce Sisyphe éternel est beau, seul, tout meurtri,
Brûlé, précipité, sans jeter un seul cri,
Et n'avouant jamais qu'il saigne et qu'il succombe
A toujours ramasser son rocher qui retombe".* (113).

Et pour que le raté ne se décourage pas, Vigny lui parle des limitations de "la pauvre créature":

"Tout Homme a vu le mur qui borne son esprit". (114).

Les "glorieux esprits" ne le sont à vrai dire, qu'en apparence: "On n'est jamais en haut. Les forts, devant leurs pas, Trouvent un nouveau mont inaperçu d'en bas". (115).

Mais Vigny sait que tout celà ne suffit pas à donner la paix à son raté. "Il n'y a pas de paix sans espérance". (116).

Alors Vigny lui parle d'une libération: il est un avenir où "l'âme retrouve la vue et la clarté". Elle n'est inférieure à aucune autre:

*"Comme ses soeurs du ciel elle est puissante et reine,
Et, calme, elle reprend, dans l'idéal bonheur
La Sainte égalité des esprits du Seigneur".* (117).

Et comme le croyant est capable d'aimer son corps, malgré ses limitations, car c'est au moyen de ce corps que l'âme va se procurer le bonheur, le raté "contempla sa Flûte avec une autre vue" et "la baisa deux fois en signe de respect". (118).

Puis il se remet à jouer: non plus "ses airs anciens et tristes", mais le "Salve Regina" de ceux qui gardent l'espérance.

Après tout, Vigny finit-il donc par donner une solution religieuse au problème du mal physique, lui dont la pitié s'inscrit dans la révolte de Satan?

Oui et non.

C'est ici qu'il faut rappeler l'aristocratisme philosophique du Comte de Vigny; il divise les hommes en deux groupes: les forts et les faibles.

"J'aime autant que le fort, le faible courageux".

Dire qu'il les aime également, c'est dire qu'il les a déjà classés.

Dans la Bible, qui l'accompagnait partout, le poète-soldat a dû lire: "Le Juste vit de la foi" (119). Pourtant, dès qu'il s'est mis à penser différemment. C'est plutôt le faible qui vit de la foi.

Vigny appartient à un autre rang, quoi qu'en disent quelques-uns de ses vers, par exemple ceux-ci de la Bouteille à la Mer:

*"A de certains moments l'âme est sans résistance
Mais le penseur s'isole et n'attend d'assistance
Que de la forte foi dont il est embrasé".* (120)

Ceux qui ont une foi quelconque, c'est-à-dire un idéal, sont ceux qui espèrent. Vigny, au contraire, appartient à cette élite qui peut comprendre l'ordonnance du Docteur Noir: "L'Espérance est la plus grande de nos folies" (21). En 1832, le poète en est parfaitement convaincu.

"Désespérer de tout et tout mépriser dans la vie. Ensuite, on est tranquille". (122).

Voilà le précepte le plus dur de la religion de l'honneur. Vigny lui-même n'y a pas toujours été fidèle. L'Homme est celui qui cherche, et quand on cherche, c'est qu'on n'a pas perdu entièrement l'espoir.

C'est pourquoi la sagesse du "désespoir paisible" est une montée dont les forts seuls sont capables:

*"... Si tu peux, fais que ton âme arrive,
A force de rester studieuse et pensive,
Jusqu'à ce haut degré de stoïque fierté
Où, naissant dans les bois, j'ai tout d'abord monté".*
(123).

L'amour de pitié, tout homme le mérite: tout homme est une âme enchaînée, un "cœur gémissant", un esprit sans clarté, une créature abandonnée par Dieu en butte à l'hostilité de la nature, dans un monde fatal, écrasant et glacé.

L'autre espèce d'amour — l'amour de communion — seulement les forts le méritent; eux seuls peuvent comprendre que "la vérité sur la vie est le désespoir", et malgré cela, rester dans la lutte.

En parlant aux faibles, il faut garder le pieux mensonge de l'espérance, qui justifie la douleur et encourage l'effort.

La morale de la pitié a ainsi une forte résonance sociale que montrera le poète de "la Sauvage".

Mais, en parlant aux forts, il faut être dur et perçant comme le dernier regard du Loup: il faut leur arracher des mains ces "poupées divines" où ils croyaient voir une réponse ou du moins une promesse de réponse à leur méprisable désir d'absolu.

*"A voir ce que l'on fut sur terre et ce qu'on laisse,
Seul le silence est grand, tout le reste est faiblesse.
Gémir, pleurer, prier c'est également lâche". (124).*

La solution de la Flûte, Vigny ne la propose qu'à regret, parce qu'il y a toujours, malheureusement ces consciences débiles qui "ne peuvent atteindre le niveau philosophique".

L'unique solution digne de l'Homme éclairé est celle que Satan lui a depuis longtemps apprise: que l'homme se définit par la souffrance et que celle-ci lui confère une grandeur impossible à Dieu lui-même.

Si le faible doit se distraire en jouant de sa flûte, le fort trouve dans la "contemplation du malheur même, une jouissance intérieure à l'âme, qui vient de son travail sur l'idée du malheur". (125).

La conscience du faible se manifeste par son besoin de consolations passagères dans le présent et d'espérance dans une égalité future. Au contraire, la conscience des forts pour qui la souffrance est à la fois servitude et grandeur, se manifeste par la stoïque fierté de la tâche bien faite, "sans reproches au Ciel:

*"Fais énergiquement la longue et lourde tâche
Dans la voie où le Sort a voulu t'appeler
Puis, après, comme moi, souffre et meurs sans parler".
(126).*

Voilà comment le poète des Destinées envisage le problème du mal physique.

Mais, outre le mal physique, il se trouve dans l'Homme un autre mal: le mal moral.

Dans le Journal, Vigny distingue nettement ces deux espèces de mal; il nomme "le mal de l'âme, le péché, et le mal du corps, la souffrance". (127).

Bien que la souffrance touche aussi l'âme — et il sait bien que c'est la pire souffrance, Vigny l'appelle "mal du corps". Cela équivaut à dire que la souffrance ne s'oppose qu'à la perfection du corps. De même, le mal de l'âme est le péché, parce que lui seul s'oppose à la perfection de l'âme, à l'accomplissement de sa finalité immanente. Par cette distinction entre mal de l'âme et mal du corps, Vigny définit

la nature du mal: le mal n'est pas une simple négation, une limite quelconque de l'être, mais un obstacle qui lui barre la route dans sa course vers la perfection". (128).

Dans les "Destinées" Vigny n'est pas aussi clair pour définir la nature du mal en fonction de la finalité immanente de l'être. Cela est, d'ailleurs très compréhensible dans une éthique du doute, où la finalité de l'homme reste encore un problème à résoudre. Le doute est à la fois cause et conséquence d'une fausse interprétation de la nature du mal.

Si l'on demandait à Vigny à l'époque où il écrit ses Poèmes Philosophiques: "Qu'est-ce que la Vertu?" il répondrait, semble-t-il, comme Voltaire; "Bienfaisance envers le prochain". (129).

"Sacrifice, ô toi seul peut-être est la vertu!" Cette exclamation se réfère au sacrifice que fait la princesse à son amour d'épouse et de mère.

La vertu n'ayant de rapport qu'avec les créatures, le mal moral ne peut avoir d'autre sens que celui d'une offense, d'une injure faite au bien du prochain. Il ne pourrait en être autrement: le péché ne pourrait avoir que son aspect social, chez un penseur qui n'obéit pas au Decalogue, parce qu'il s'est fait le pontife d'une autre religion: la religion de l'honneur. Cette religion est la seule qu'il juge en accord avec l'ère nouvelle puisque le Christianisme a fini son temps. Et la religion de l'honneur n'a d'autre précepte envers la Divinité que le dédain silencieux.

Aussi est-il préférable d'envisager le problème du mal moral chez Vigny dans l'étude sur le problème du mal dans la Société.

LE MAL DANS LA SOCIÉTÉ

L'opinion de Vigny à l'égard de la société a subi une longue et importante évolution.

Vers 1830, au lieu de voir le mal dans la société, Vigny regarde plutôt la Société comme un mal.

Ce n'est pas sans raison qu'il reçoit alors le nom de poète anti-social. Son journal présente en 1832 cette remarque; "L'ordre social est mauvais"; de temps en temps il est seulement supportable. L'ordre social est mauvais et il le sera toujours". (130).

Stello est "la révolte de la raison individuelle contre les énigmes du monde social". (131).

Mais, pour que le poète exalté dans Chatterton puisse relever l'humanité déchue, il faut vaincre le pessimisme fonder.

Déjà en 1833, Vigny se propose de reconstruire: "Cinq-Mars, Stello, Servitude et Grandeur Militaires..., sont les chants d'une sorte de poème épique sur la désillusion... "J'élèverai sur ces débris, sur cette poussière, la sainte beauté de l'enthousiasme, de l'amour, de la bonté". (132).

Ce programme "d'optimisme créateur" porte naturellement sur la société autant que sur l'homme en particulier.

Cependant, Vigny ne tiendra pas sa promesse avant de traverser "le désert de sables" de la "démocratie égalitaire".

Vers 1837, Vigny ne regarde plus l'ordre social comme un mal; il le voit déjà comme "un pont utile"; mais, hélas! ce n'est que pour assister à son écroulement. Ses débris sont épars au milieu de la même inondation qui a emporté "la statue héroïque" du penseur qui a eu le courage d'affronter son temps.

La leçon de Stello et de Daphné est donc celle de "l'ostracisme perpétuel".

Le poète des "Oracles", bien des années plus tard, n'aura pas encore oublié les méfaits de cette "démocratie-niveleuse". Il en a gardé une incurable rancune.

"Toute démocratie est un désert de sables". (133).

Néanmoins, ces épreuves endurées, les poèmes philosophiques montrent la pensée épurée d'un homme qui a été sauvé de l'individualisme et finit par s'intéresser aux problèmes de la société. Dans la vision de ces problèmes, il fait déjà nettement la part du bien et du mal. Sa poésie chante le premier et dénonce le second avec la même ardeur.

Vigny reconnaît que le bien ou le mal social découle naturellement de la primauté du bien ou du mal dans l'ensemble des individus. C'est pourquoi une étude du mal social, dans les Destinées implique déjà une étude du mal moral; et une étude complète, car — ceci a été déjà dit plus haut — le mal social chez Vigny n'a d'autre rapport qu'avec le prochain.

Dès que Vigny a fait le divorce entre Dieu et l'Homme, on ne pêche qu'envers l'Humanité.

L'auteur des "Oracles" dénonce avec une telle véhémence les rapports entre le mal individuel et le mal social, que, s'il ne parlait que des méchants, l'Homme ferait songer à l'*Homo homini lupus* de Hobbes:

*"S'agiter et blesser est l'instinct des vipères,
L'Homme ainsi contre l'Homme a son instinct fatal
Il retourne ses dards et nourrit ses colères
Au réservoir caché de son poison natal.*

*Dans quelque cercle obscur qu'on les ait vus descendre
Homme ou serpent, blottis sous le verre ou la cendre
Mordront le diamant ou mordront le cristal". (134).*

Mais, heureusement, il ne s'agit que des vipères. Les Justes en sont le pendant consolateur :

*"Le cristal, c'est la vue et la clarté du Juste,
Du principe éternel de toute vérité,
L'examen de soi-même au tribunal auguste
Où la Raison, l'Honneur, la Bonté, l'Équité,
La Prévoyance à l'oeil rapide et la Science
Délibèrent en paix devant la Conscience
Qui jugeant l'action, régit la liberté". (135).*

Vigny fait confiance, donc, à une certaine élite morale et intellectuelle capable de "régir la liberté". Aussi le mal social est-il toujours une conséquence ou de l'ignorance ou de la méchanceté. Mais Vigny maintient toujours sa défense de l'Homme. Quoi qu'en disent les sociologues, les conflits sociaux n'ont pas été causés par l'entrechoc des intérêts individuels; ils sont l'oeuvre de Dieu, un aspect du "combat que Dieu fit pour la créature et contre son semblable et contre la nature". (136).

L'étude sur le mal dans l'Homme a déjà montré que Vigny attribue au Créateur l'origine non seulement du mal physique, mais aussi du mal moral.

Après cela, pourtant, le poète des "Destinées" semble avoir oublié la méchanceté divine, à moins qu'il ne fasse de Dieu un être double, par incohérence ou par cynisme, punissant un mal dont lui-même est l'auteur.

Ce qui est certain, c'est que tous les poèmes des Destinées où Vigny traite le mal moral, soit dans l'individu, soit dans la société, relèvent d'une croyance solide à un Dieu justicier, qui exauce les prières de ses fidèles.

Aussi est-il nécessaire, pour ne pas s'étonner du rôle que Vigny attribue à Dieu dans la solution du mal moral, d'abandonner complètement cette question de l'origine du mal, enregistrée beaucoup plus nettement dans le Journal que dans les Destinées.

Vigny a commencé par donner au mal social une solution stoïque: c'est "la mort du Loup". Mais ce poème, à vrai dire, touche plutôt à la condition de l'Homme sur terre qu'à sa participation à la vie sociale, au mal physique plutôt qu'au mal social.

Quand même il reste pour le problème du mal social, "le pacte des villes". Ce grief contre l'ordre social ferait de la

Mort du Loup un poème de la phase anti-sociale de Vigny, s'il n'avait pas recommandé à l'Homme:

*“Fais énergiquement ta longue et lourde tâche
Dans le lieu où le sort a voulu t'appeler”.* (137).

Cette fidélité au devoir, bien que ce soit pour l'Honneur de l'individu et non pour l'amour de la société, est quand même favorable à l'ordre social.

Il n'y a pas de doute que la leçon de soumission altière donnée par le Loup, garde une cohérence parfaite avec les conseils que l'auteur de “Cinq-Mars” se donnait à lui-même dans son Journal: “... Comment le faux peut-il être juste? C'est que l'état de société étant *faux* par lui-même et non pas par nature, tout ce qui y tient doit être pareil. La société est une combinaison, ce qui s'ensuit doit être aussi *lombi-naison artificielle*. Il faut s'y soumettre”. (138).

Mais il ne faut pas oublier l'état d'esprit qui a poussé Vigny à écrire ce poème, dont il a dit que c'était pour lui “une saignée”.

Ce sont encore des motifs d'ordre personnel qui, dans la “Lettre à Eva” l'incitent à fuir la société.

*Pars courageusement, laisse toutes les villes,
... Du haut de nos penses vois les cités serviles
Comme les rocs fatals de l'esclavage humain”.* (139).

Les poèmes d'inspiration sociale et politique surtout “la Sauvage” démontrent une véritable sympathie pour l'ordre social et suggèrent même des solutions pour le perfectionner:

Ces moyens sont naturellement d'ordre intellectuel ou d'ordre moral, puisque Vigny rattache généralement le mal social ou à l'ignorance ou à la méchanceté.

Il a voulu “prouver que la civilisation pouvait être dhan-tée ainsi que la raison” (140), parce que la civilisation apporte à la société cette majorité spirituelle que la raison éclairée confère à l'individu, en lui assurant une place parmi les forts.

Cette conviction amène Vigny à se faire le défenseur du colonialisme. Il s'y adonne avec un élan un peu téméraire. En 1831, dans le Journal, il lance un cri de haine contre la barbarie, avec une violence qui serait à inscrire dans le cadre historique de l'Inquisition:

“L'humanité a les mêmes droits sur elle-même qu'un homme sur son corps pour le guérir. Si l'on préfère la vie à la mort, on doit préférer la civilisation à la barbarie. Nulle peuplade dorénavant n'aura le droit de rester barbare à côté des nations civilisées. L'islamisme est le culte le plus immo-

bile et le plus obstiné, il faut bien que les peuples qui le professent périssent s'ils ne changent de culte". (141).

Ce même enthousiasme agressif se trouve exprimé dans "La Sauvage", sous les trois griefs contre les primitifs, selon l'analyse de M. Saulnier: "l'un implicite: leur nature de rôdeurs; ils se sont montrés incapables de se fixer, et de travailler la terre: préliminaires nécessaires de toute civilisation. Les deux autres explicites: le mépris du travail et le mépris de la femme". (142).

Vigny ramasse dans quelques vers ces trois malheureux reflets de l'ignorance, que le colonialisme est obligé de combattre. Voici ce que doivent apprendre les enfants de l'Indienne:

*"Ils apprendront de nous, travailleurs, que le terre
Est sacrée et confère un droit héréditaire
A celui qui la sert de son bras endurci".* (143).

Vigny insiste sur le thème des Indiens rôdeurs. Parce qu'ils n'ont pas su "former une société durable"... il était juste que l'Europe les forçât d'en recevoir une". (144). Ils ne pourraient rester plus longtemps hors du cercle de la loi:

*"Et vous voilà permés dans l'anneau grandissant
C'est la loi qui sur vous s'avance en vous pressant".*
(145).

C'est au nom de la raison que Vigny, comme le pionnier de son poème, propose la loi pour solution au problème du mal social.

La loi est d'abord une exigence de l'Homme en état de société à ce point où nul désir de liberté ne soit pas gêné et que social est l'ordre, par besoin de protection". (146).

La loi est une solution raisonnable qui doit concilier le bien individuel et le bien commun:

"L'empire toujours croissant de l'intelligence amènera la société à ce point où nul désir de liberté ne soit pas gêné et que l'ordre l'assure invariablement". (147).

Dans "La Sauvage" ces idées sont condensées en douze syllabes:

"Vous m'appellez la Loi, je suis la Liberté". (148).

La loi substitue à la "guerre vagabonde" (149) le fécond et paisible travail de la terre; elle instaure le régime de la propriété que Vigny estime indispensable au développement de toute civilisation.

La loi redonne à la femme sa vraie place dans le foyer et non pas au-dehors. Epouse dévouée, mère éducatrice, la femme assure l'union de la famille, cette première société où l'homme doit exercer ses devoirs et jouir de ses droits. Si dure que soit la loi d'Europe, elle doit être défendue encore au nom de la justice divine :

*“La loi d'Europe est lourde, impassible et robuste
Mais son cercle est divin, car au centre est le Juste”.*
(150).

Cependant, poussé par son grand amour pour la terre, “l'Anglais, Américain”, pontife et protestant”, “prêtre et père à la fois” (151), bien qu'il soit très soit attaché à la Bible, se range du côté de Caïn, et n'a que mépris et pitié pour la misérable condition de la race d'Abel :

*“Caïn le laboureur a sa revanche ici,
Et le chasseur Abel va dans ses forêts vides,
Voir errer et mourir ses familles livides
Comme des loups perdus qui se mordent entre eux,
Aveuglés par la rage, affamés, malheureux,
Sauvages animaux sans but, sans loi, sans âme,
Pour avoir dédaigné le Travail et la Femme”.* (152).

Cette chaleureuse défense de la femme peut étonner, au premier bord, de la part du poète de “La Colère de Samson”.

Sans aucun doute, la place réservée à la femme dans le recueil des Destinées, donne matière à une étude spéciale.

En ce qui concerne le problème du mal, elle n'y apparaît pas toujours avec le même rôle.

Dans “La Colère de Samson”, la question de la femme pourrait d'abord être rattachée au problème du mal dans l'individu, comme étant l'aspect le plus misérable de la condition humaine.

Mais la femme n'est pas seulement “l'enfant malade”, “la tête légère”, “l'être faible”. Elle est “l'être faible et menteur” “la vipère dorée”; elle est ce “compagnon dont le coeur n'est pas sûr”. (153).

Donc, “la ruse de femme” est une forme du mal moral et, par conséquent, pour les raisons déjà connues, relève du problème du mal social :

*“Une lutte éternelle en tout temps, en tout lieu,
Se livre sur la terre, en présence de Dieu,
Entre la bonté d'Homme et la ruse de Femme,
Car la femme est un être impur de corps et d'âme”.*
(154).

Le poète-philosophe n'oublie pas de justifier cette capitulation de l'homme éclairé devant cet être inférieur qu'est la femme. Là aussi, et avec une profonde analyse psychologique, Vigny explique l'homme en s'expliquant lui-même :

*“L'Homme a toujours besoin de caresse et d'amour;
Sa mère l'en abreuve alors qu'il vient au jour,
Et ce bras le premier l'engourdit, le balance
Et lui donne un désir d'amour et d'indolence”*. (155).

Et qu'on n'aille pas pour cela, ranger cet homme parmi les faibles. Voltaire a déjà eu le soin de justifier ces défaites intimes : “ceux qui sont le mieux organisés sont ceux qui ont les passions les plus vives”. (156).

Vigny le répète, pour que ces faiblesses de coeur ne déshonorent pas l'homme de pensée :

*“Plus fort il sera né, mieux il sera vaincu,
Car plus grand est le fleuve et plus il est ému”*. (157).

C'est une chute inévitable, inhérente à la condition que Dieu a imposée à l'homme :

*“Quand le combat que Dieu fit pour la créature,
Et contre son semblable et contre la nature,
Force l'homme à chercher un sein où reposer,
Quand ses yeux sont en pleurs, il lui faut un baiser”*. (158).

Et pourtant, au lieu du repos qu'il cherche, l'homme trouve près de la femme un combat encore plus dur :

*“Mais il n'a pas encore fini toute sa tâche
Vient un autre combat plus secret, traître et lâche,
Sous son bras, sous son coeur se livre celui-là;
Et plus ou moins la Femme est toujours Dalila”* (159).

Quelle solution présente donc Vigny à ce hideux aspect du mal social ?

D'abord à l'époque de la “Colère de Samson”, Vigny ne voit pas de solution conciliatrice. Il recourt à l'Histoire, il remonte aux temps bibliques et il en conclut :

*“La Femme est à présent pire que dans ces temps
Où voyant les humains, Dieu dit “Je me repens!”* (160).

Il a de si mauvaises expériences, il lit de si véhémentes accusations, depuis la Bible jusqu'aux oeuvres contemporaines, contre la méchanceté naturelle de la femme, qu'il suit la pente du siècle et il répète la prophétie pessimiste :

*“Bientôt, se retirant dans un hideux royaume,
La Femme aura Gomorrhe et l'Homme aura Sodome
Et, se jetant de loin un regard irrité,
Les deux sexes mourront chacun de son côté!”* (161).

Samson, bien qu'il soit un fort, s'abandonne à la justice divine. Il s'abandonne au “Dieu des forts” ! Juguez-nous” (162).

Ce qui était possible à la vertu humaine, il l'avait déjà fait envers Dalila. Il n'a réussi qu'à la confondre :

*“Car la bonté de l'homme est forte, et sa douceur
Ecrase, en l'absolvant, l'être faible et menteur”* (163).

Si, après tout cela, Samson désire la mort et ne tient plus à rien — “Ce qui sera, sera!” (164). Vigny ne partage pas cette indifférence.

Comme toutes les fois où il est question du mal moral ou social, Vigny fait confiance à une justice supérieure. Il ne lui suffit pas que la confiance coupable commence à ternir la gloire de la traîtresse, “couronnée, adorée et reine du repas, mais tremblante et disant : “Il ne me verra pas”. (165).

Vigny fait appel à la Justice universelle : qu'elle manifeste son pouvoir, comme pour faire entendre, de la terre au ciel, ce cri de remords à demi étouffé dans la conscience vile. La Justice s'est manifestée par un monde qui a “tressailli d'allégresse”, légitimant ainsi la révolte de Samson. Le poète voue les trahisons de cet ordre aux coups d'une telle justice :

*“Tterre et Ciel! punissez par de telles justices
La trahison ourdie en des amours factices,
Et la délation du secret de nos coeurs
Arraché dans nos bras par des baisers menteurs”.*
(166).

Par ces vers, les derniers du poème, Vigny démontre que, pour lui, la faute majeure de la femme n'est pas la trahison physique, mais “la délation du secret de nos coeurs”, la faute de l'âme — le crime contre l'Esprit.

Mais ce poème d'inspiration personnelle, ne suffit pas, malgré sa violence, à faire oublier la place due à la femme dans l'ensemble du recueil.

Sans abandonner encore ce réquisitoire contre le femme, il faut bien comprendre des vers comme ceux-ci :

*“Celle à qui va l’amour et de qui vient la vie,
Celle-là par Orgueil se fait notre ennemie”.* (167).

Qui ne sent ici, le décevant regret d’un homme qui s’est fait une très haute idée de la femme?

Dalila est haïssable parce que, trahissant l’homme, elle a trahi en même temps Eva, la femme idéale.

Dalila est traîtresse — parce que, placée auprès de l’homme pour lui procurer le bien, elle s’est transformée en agent du mal.

Quelle est donc, pour l’auteur des Destinées, la contribution de la femme à la solution du problème du mal?

La femme est d’abord particulièrement, pour l’auteur de la “Maison du Berger”, le miroir embellissant où l’Homme connaît vraiment et arrive à aimer “la majesté des souffrance humaines”.

N’ayant pu aimer le Dieu inaccessible qui se manifeste dans l’insolente nature, l’homme, “humble passager” aime la femme par ce qu’elle a d’éphémère, de particulier à l’être humain: “ce que jamais on ne verra deux fois”.

Par l’amour de la femme, l’homme est capable de sublimer l’amour de soi-même.

Il doit soutenir la faiblesse de sa pensée qui “ne saurait marcher sans guide et sans appui”. (168). Il doit la protéger contre une société hostile, où “les plus forts ont fait la loi”. (169).

Par contre, c’est la femme qui corrige les “lâches prudences” de l’homme; elle est plus sensible, son “coeur vibre et résonne au cri de l’opprimé” (170) et elle pousse l’homme à défendre le bien social:

*“Tes paroles de feu meuvent les multitudes,
Tes pleurs lavent l’injure et les ingrattitudes,
Tu pousses par le bras l’Homme... il se lève armé”.*
(171).

Si Eloa est une larme du Christ, Eva est donc l’incarnation d’un mot du ciel “qu’il a prononcé “en ouvrant les bras”: Fraternité”. (172).

Et dans ce sens, la femme est non seulement un agent du bien dans la société, mais encore, consolatrice de l’homme, elle a une mission envers l’Humanité.

*“C’est à toi qu’il convient d’ouïr les grandes plaintes
Que l’humanité triste exhale sourdement”.* (173).

Cette Humanité souffre dans chaque poitrine où se cachent “les mâles douleurs”, qu’elles aient été causées par “le Dieu muet, aveugle et sourd au cri des créatures” ou par l’homme qui a “contre l’homme son instinct fatal”.

Et la vie “sur cette terre ingrate” sera moins amère si les deux êtres semblables par la souffrance s’unissent par l’amour, dans un exil à deux

Dès que la femme comprend sa mission essentielle, son “but et son devoir”, elle accomplit sa mission sociale.

Vigny lui fait confiance et l’exalte avec autant d’enthousiasme qu’il a mis de rancune à condamner la femme indigne.

La mission sociale de la femme commence auprès de l’homme:

*“Mais si Dieu près de lui t’a voulu mettre, ô femme,
Compagne délicate! Eva! Sais-tu pourquoi?
... C’est afin que tu sois son juge et son esclave
Et règues sur sa vie en vivant sous sa loi”. (174).*

Si l’homme, par la raison, crée la loi, la femme s’y soumet par l’amour.

Pour l’amour de ses enfants, la Sauvage se soumet à la loi de “ces Anglais qu’autrefois sa tribu méprisait”. (175).

Pour l’amour de ses enfants, l’épouse se dérobe à la mort commune avec son mari, comme l’a fait “la belle et sombre veuve” après la mort du Loup. La mère prend sur elle l’avenir de ses enfants. “... son devoir était de les sauver”.

La soeur de Wanda surtout est la femme héroïque. Elle abandonne toutes les autres grandeurs, parce qu’elle tient seulement à sa grandeur de femme:

*Car elle était princesse et maintenant qu’est-elle?
Elle n’est qu’une femme...” (176).*

Du point de vue du mal social, “Wanda” est surtout un réquisitoire contre les deux causes fondamentales de ce mal; la méchanceté et l’ignorance.

La méchanceté y apparaît dans l’abus du pouvoir, mal social qui a toujours hanté l’auteur de “Cinq-Mars”.

Et par là,, ce poème a un mouvement opposé à celui de “la Sauvage”; l’Indienne est élevée au niveau de la civilisation; elle découvre l’horizon de la liberté sociale maintenue par une loi juste; la princesse, au contraire, descend “au fond des mines”, partageant l’injustice du pouvoir despotique.

L’homme civilisé ne réussit même pas à comprendre un tel retour à la barbarie:

*“Cet homme enseveli vivant avec sa femme
Ces esclaves enfants dont on va tuer l’âme
Est-ce de notre siècle ou du temps d’Ugolin?”* (177).

“Tuer l’âme” — voilà le crime suprême, celui de condamner l’homme à l’ignorance. Ainsi comme le plus grand mal de l’homme est le doute, le plus grand mal du citoyen est l’ignorance. C’est la seule peine que l’héroïque princesse ne peut voir subir par ses enfants, sans réagir, au nom de leur rang et de leur innocence:

*“La mère a bien voulu qu’on leur apprît à lire,
Puisqu’ils portaient le nom des Princes de l’Empire,
Et n’ont rien fait encore qui blesse l’Empereur”.*
(178).

Mais le despotisme se nourrit de l’ignorance. Et la réponse du Czar, “après dix ans d’attente”, “fut un couteau pour le coeur de la mère”:

*“Un esclave a besoin d’un marteau, non d’un livre
La lecture est fatale à ceux-là qui, pour vivre
Doivent avoir bon bras pour gagner un bon pain”.*
(179).

C’est le même amour de l’esprit qui inspire l’auteur des “Oracles”. Là il dénonce le mal social enraciné dans les assemblées politiques, “ces réunions d’hommes, régies par des caprices ou des ambitions, au lieu d’être dirigées par le seul souci de la pensée”. (180).

Et c’est toujours la pensée qui fait marcher la civilisation. L’esprit du philosophe, s’impatiente; il souffre de voir que “la barbarie encor tient nos pieds dans sa gaine...” Et il s’unit aux disciples de Condorcet, pour affirmer sa foi dans l’abolition du mal par le progrès des lumières.

Le Hugo de la Sagesse est un de ces enthousiastes:

*“L’Humanité se lève, elle chancelle encore;
Et, le front baigné d’ombre, elle va vers l’aurore”.*
(181).

Vigny chante la même foi:

*“Le jour n’est pas levé, nous en sommes encore
Au premier rayon blanc qui précède l’aurore
Et dessine la terre au bord de l’horizon
... Les peuples tout enfants à peine se découvrent”.*
(182).

Pour le philosophe spiritualiste, la solution sociale découle toujours de la solution individuelle de la pensée:

*... notre esprit rapide en mouvement abonde;
Ouvrons tout l'arsenal de ses puissants ressorts.
Où sont accumulés d'impalpables trésors...* (183).

La "Bouteille à la Mer" c'est déjà la victoire du bien sur le mal, de l'esprit sur la matière. Le Capitaine qui "lance la bouteille à la mer et salue les jours de l'avenir que pour lui sont venus" tout en célébrant son immortalité parmi les hommes, envoie sa collaboration au règne du savoir. Et il s'en réjouit parce que 'd'une île inconnue il agrandit la terre".

Le penseur prévoit cette victoire qui marque l'avènement du règne de l'esprit:

*"Aux héros du savoir plus qu'à ceux des batailles
On va faire aujourd'hui de grandes funérailles".
(184).*

Et il la célèbre avec son plus grand enthousiasme, comme la victoire du Beau, du Vrai et du Bien, qui compense tout abandon, et toute incompréhension:

*"Souvenir éternel, gloire à la découverte
Dans l'homme ou la nature, égaux en profondeur
Dans le Juste et le Bien, source à peine entrouverte,
Dans l'art inépuisable, abîme de splendeur!
Qu'importe oubli, morsure, injustice insensée,
Glaces et tourbillons de notre traversée?
Sur la pierre des morts croît l'arbre de grandeur!"
(185).*

Voilà donc la double solution que Vigny propose au mal dans la société: la justice et le savoir.

Ce sont des victoires humaines du Bien sur le Mal.

Cependant, s'il faut examiner objectivement cette solution sociale, ni ceux qui meurent pour la justice, ni ceux qui luttent pour le savoir ne sont seuls.

Le dernier billet de Wanda prouve que la justice s'est faite par la main des hommes:

*"Sébastopol n'est plus. — L'aigle de France
L'a rasé de la terre et le Czar étonné
Est mort de rage..." (186).*

Mais cela confirme que la noble princesse n'a pas été trahie dans sa foi en une justice divine qui se sert de moyens humains:

*“Dieu seul peut réviser un jour ces grandes causes
Entre le souverain, le sujet et l’Etat.”* (187).

Le Capitaine non plus n’a pas été trahi, en confiant à Dieu le destin de son message:

Qu’il aborde, si c’est la volonté de Dieu.” (188).

Et le poète idéaliste rappelle ceci aux “penseurs laborieux” pour qu’ils collaborent, avec la même confiance, au règne du savoir:

*“Le vrai Dieu, le Dieu fort, est le Dieu des idées
[idées
Sur nos fronts où le germe est jeté par le sort,
Répondons le savoir en fécondes ondées,
Puis recueillant le fruit tel que de l’âme il sort,
Tout empreint du parfum des saintes solitudes,
Dieu la prendra du doigt pour l’amener au port”*
(189).

Ainsi le penseur qui était parti d’une vision pessimiste de la société, à laquelle il ne commence à s’intéresser pratiquement que vers 1840, se croit arrivé, par sa fidélité à l’esprit, au seuil d’un monde nouveau qu’il saluera dans “l’Esprit Pur”.

“Son règne est arrivé, pur esprit, roi du monde”!
(190).

C’est un monde guéri des abus du pouvoir, des misères de l’ignorance, des “guerres insensées”:

*“Déesse de nos mœurs, la guerre vagabonde
Régnait sur nos aïeux, aujourd’hui c’est l’Ecrit”.*
(191).

Et comment Vigny a-t-il pu à travers toute une vie de souffrances et de désillusions, présenter au monde, en toute sa pureté, cet élixir de la pensée créatrice d’une ère nouvelle?

Ce fut le miracle de la Poésie:

*“Comment se garderaient les profondes pensées
Sans rassembler leurs feux dans ton diamant pur
Qui conserve si bien leurs splendeurs condensées?”*
(192).

C’est donc, par les voies de la Poésie — “perle de la pensée” que le poète-philosophe pense s’acheminer vers le triomphe de la civilisation sur la barbarie:

*“Diamant sans rival, que tes feux illuminent
Les pas lents et tardifs de l’humaine Raison!”* (193).

CONCLUSION

D’après la place décisive que le problème du mal occupe dans l’oeuvre de Vigny, il ne serait pas hardi d’affirmer que le mal a été la porte étroite et difficile par laquelle il a pénétré dans le annctuaire de la philosophie.

La quintessence de sa philosophie, il l’a recueillie dans “Les Destinées”.

Le problème du mal s’y trouve posé, développé; il y trouve une solution qui s’encadre dans le contexte affectif et idéologique du poète et de son temps.

Vigny est ainsi un des plus nobles représentants du pessimisme poétique du XIX^{ème} siècle. A ce pessimisme il apporte, surtout dans les derniers poèmes, la contribution de la philosophie idéaliste, où il puise une solution “d’optimisme créateur”.

L’auteur des Destinées n’a pas un système philosophique dans lequel puisse être encadré le problème du mal, tel qu’il le présente dans ce recueil. Il est parti de ses expériences personnelles qu’il généralise à travers son art des symboles. Il en résulte des aspects souvent difficiles, impossibles même à concilier, sans recourir à la vie du poète, au moment psychologique où il écrit. C’est par exemple le cas du mal moral, dont l’origine est attribuée à Dieu et dont la solution va faire état aussi de l’intervention favorable de Dieu. Ce sont de même les notions contradictoires de Dalila et d’Eva, du “pacte des villes”, et de la “sainte union des peuples dans les villes”.

Il apparait donc, à côte de l’évolution chronologique d’une pensée ouverte aux influences diverses de son époque, les reflets des émotions les plus fortes exaltantes ou décevantes qui entrent dans le tissu d’une existence humaine.

Cependant, sans aboutir à un système, la philosophie du poème des Destinées garde pourtant une forte unité: elle est, comme tout sa philosophie, une défense de l’Homme.

Vigny a peint “la majesté des souffrances humaines”. Ce tableau qui se compose des onze poèmes des Destinées, Vigny le peint à la lueur vacillante du doute.

Si l’étude du problème du mal dans les Destinées impliquait nécessairement un jugement de mérite sur la formu-

lation du problème ou sur les solutions que Vigny lui propose, ce jugement exigerait la connaissance de ce qu'a écrit en 1835, dans le Journal ce peintre de la condition humaine:

"... J'aime qu'on voie avec ses yeux, fût-on louche ou myope; que chacun peigne à sa manière, l'un sombre, l'autre clair, un troisième rude et âpre, un quatrième pâle et doux... que chacun donc peigne comme il voit et aussi parle comme il pense, crie comme il sent, c'est la permission que je prends sans la demander, convaincu que l'humanité ne peut perdre à savoir ce qu'un homme a éprouvé et dit dans la sincérité de son cœur". (194).

Si, après avoir rapproché la vie et l'oeuvre de Vigny on voulait juger cette oeuvre au nom de la bonté de Dieu, on ne trouverait peut-être à dire à son auteur que ces mots de Dolorida:

"Qu'il t'a fallu souffrir pour devenir ainsi". (195).

Mais une telle oeuvre, où chaque coeur humain retrouve un peu de ses souffrances, de ses doutes, et de ses faiblesses, n'est que difficilement jugée par les hommes. Elles méritent d'abord le respect. Quiconque a compris la portée de cette oeuvre où Vigny s'élève au sommet de la poésie philosophique, doit finalement murmurer avec la muse:

"Rien ne nous rend plus grands qu'une grande douleur". (196).

- (1) Journal d'un Poète 1840-42 — Oeuvres complètes page 1139 Gallimard.
- (2) La Maison du Berger — Poèmes philosophiques page 180 O.C.
- (3) La Maison du Berger — Poèmes philosophiques page 180 O.C.
- (4) La Bouteille à la mer — Poèmes philosophiques — page 215 Gallimard.
- (5) Journal, 1835 — page 1031 — Oeuvres complètes — Gallimard.
- (6) Ch. Renouvier — "Derniers entretiens", recueillis par Louis Prat.
- (7) Schopenhauer: "Le monde comme volonté et comme représentation".
- (8) Cité par Bandeiro de Mello: "Le Problème du Mal" page 11 — Revue des Tribunaux — São Paulo.
- (9) Daphné — cité par M. Pierre Moreau: Les Destinés de Vigny page 110 — Ed. S.F.E.L.T.
- (10) Le Mont des Oliviers — Poèmes philosophiques — page 208 — Oeuvres Complètes — Gallimard.
- (11) Le Mont des Oliviers — Poèmes philosophiques — page 206 — O.C. Gallimard.
- (12) Le Mont des Oliviers — Poèmes philosophiques — O.C. page 206 — Gallimard.
- (13) idem page 207.
- (14) idem page 207.
- (15) idem page 207.
- (16) Journal 1836 — page 1045 — O.C. Gallimard.
- (17) A. Sertillanges: Le Problème du Mal, l'Histoire — page 5 Aubier.
- (18) Les Destinés — P. Phil. page 174 — O.C. Gallimard.
- (19) Journal, 1863 — page 1383. — O.C. Gallimard.
- (20) La Prison — Livre Moderne, page 123 — O.C. Gallimard.
- (21) Les Destinées, P. Phil. page 174 — O.C. Gallimard.
- (22) Lucrèce: De la Nature, v. 185 — 222.
- (23) Journal d'un Poète.
- (24) Les Destinées — P. Phil. page 172 — O.C. Gallimard.
- (25) Lucrèce, OP; cité.
- (26) La Maison du Berger — P. Phil. page 175 — O.C. Gallimard.
- (27) La Maison du Berger — P. Phil. page 176 — O.C. Gallimard.
- (28) La Maison du Berger — P. Phil. page 176 — O.C. Gallimard.
- (29) La Maison du Berger — P. Phil. page 176 — O.C. Gallimard.
- (30) La Maison du Berger — P. Phil. page 176 — O.C. Gallimard.
- (31) Wanda — P. Phil. pages 216 et 217 — O.C. Gallimard.
- (32) Wanda — P. Phil. page 217 — O.C. Gallimard.
- (33) La Sauvage — Ph. Ph. page 189 — O.C. Gallimard.
- (34) La Sauvage — P. Phil. page 189 — O.C. Gallimard.
- (35) La Sauvage — P. Phil. page 189 — O.C. Gallimard.
- (36) La Sauvage — P. Phil. page 190 — O.C. Gallimard.

- (37) Le Mont des Ooliviers
- (38) La Maison du Berger, page 182 — O.C. Gallimard.
- (39) La Maison du Berger, page 182 — O.C. Gallimard.
- (40) Harmonies Poétiques et Religieuses.
- (41) Harmonies Poétiques et Religieuses.
- (42) Harmonies Poétiques et Religieuses.
- (43) Harmonies Poétiques et Religieuses.
- (44) Journal d'un Poète page 18 — O.C. Gallimard.
- (45) La Maison du Berger P. Phil. — O.C. Gallimard.
- (46) La Maison du Berger P. Phil. — O.C. Gallimard.
- (47) La Maison du Berger P. Phil. — O.C. Gallimard.
- (48) La Maison du Berger P. Phil. — O.C. Gallimard.
- (49) La Maison du Berger P. Phil. — O.C. Gallimard.
- (50) La Maison du Berger P. Phil. — O.C. Gallimard.
- (51) La Maison du Berger P. Phil. — O.C. Gallimard.
- (52) Georges Bonnefoy: La Pensée Religieuse et Morale d'A. de Vigny — page 337 — Hachette.
- (53) La Maison du Berger — P. Phil. — O.C. Gallimard.
- (54) La Maison du Berger — P. Phil. — O.C. Gallimard.
- (55) La Maison du Berger — P. Phil. — O.C. Gallimard.
- (56) La Maison du Berger — P. Phil. — O.C. Gallimard.
- (57) La Maison du Berger — P. Phil. page 181 — O.C. Gallimard.
- (58) Vicente de Carvalho — Poésies complètes.
- (59) Estève: Poèmes p. 325.
- (60) Estève: Poèmes p. 325 — Bonnefoy, op. cité p. 33.
- (61) Les Destinées — P; phil. page 174.
- (62) A. Eymieux La Providence et la Guerre — Paris 1917.
- (63) F. Amiel: Journal Intime.
- (64) Le Mont des Oliviers — P. Phil. page 207 — O.C. Gallimard.
- (65) Le Mont des Oliviers — P. Phil. page 205 — O.C. Gallimard.
- (66) F. Amiel — Journal Intime.
- (67) Les Fleurs du Mal, "Bénédiction".
- (68) La Maison du Berger — P. Phil.
- (69) cf: Bonefoy: op. cité, Première partie La Révolte de Satan.
- (70) cf. Bonnefoy: op. cité, page 34.
- (71) Journal 1835 cité par M. Saulnier: Les Destinées, p. 153 — Textes Littr. Fr.
- (72) Inédit Flottes, Pensée pol. page 235 — cité par M. Saulnier.
- (73) La Maison du Berger — P. Phil.
- (74) Schelling: Sur l'Essence de la Liberté Humaine.
- (75) Bonnefoy, op. cité page 33.
- (76) La Flûte — P. Phil. page 203.
- (77) La Flûte — P. Phil. page 204.
- (78) Les Destinées — P. Phil. page 171.
- (79) Les Destinées — P. Phil. page 172.

- (80) Les Destinées — P. Phil. pages 173, 174.
- (81) Les Destinées, P. Phil. pages 173.
- (82) Les Destinées, P. Phil. pages 174.
- (83) La Maison du Berger — P. Phil. page 175.
- (84) La Maison du Berger P. Phil.
- (85) Le Mont des Oliviers P. Phil. — pages 206 et 207.
- (86) Le Mont des Oliviers — page 207.
- (87) Le Mont des Oliviers — page 208.
- (88) "Les Destinées" P. Phil. page 174.
- (89) La Maison du Berger — P. Phil. page 181.
- (90) Siwek: "Le Problème du Mal" Chap. VI.
- (91) cf. A. Amoroso Lima: Lettre dirigée au traducteur d'Omar Khayyam.
- (92) Charles Péguy: Prières, pages 36 à 38 — Collec. Catholique Gallimard.
- (93) Frédéric Amiel — Journal Intime, 18 acût 1873.
- (94) Journal 1838 — page 1108 — O.C. Gallimard.
- (95) Les Destinées — P. Phil. page 173.
- (96) Les Destinées — P. Phil. page 173.
- (97) Siwek — op. cité Chap. VI.
- (98) Les Destinées — P. Phil. page 174.
- (100) Amiel, Journal Intime.
- (101) Journal, 27 décembre 1837, page 1093 — O.C. Gallimard.
- (102) Saül (Soumet: 9 novembre 1822, page 29, cité par Bonnefoy op. cité page 31.
- (103) Bonnefoy — op. cité page 34.
- (104) La Mort du Loup — P. Phil. page 200 — O.C. Gallimard.
- (105) Le Mont des Oliviers — P. Phil. page 208.
- (106) Journal 1845, page 1202 — O.C. Gallimard.
- (107) M. Saulnier op. cité.
- (108) La Flûte — P. Phil. page 204.
- (109) La Flûte — P. Phil. page 203.
- (110) Bonnefoy op. cité pages 33.
- (111) La Flûte — P. Phil. page 203 — O.C. Gallimard.
- (112) La Flûte — P. Phil. page 203 — O.C. Gallimard.
- (113) La Flûte — P. Phil. page 203 — O.C. Gallimard.
- (114) La Flûte — P. Phil. page 203 — O.C. Gallimard.
- (115) La Flûte — P. Phil. page 203 — O.C. Gallimard.
- (116) Albert Camus — La Peste.
- (117) La Flûte — P. Phil. page 204 — O.C. Gallimard.
- (118) La Flûte — P. Phil. page 204 — O.C. Gallimard.
- (119) St. Paul — Epitres.
- (120) La Bouteille à la Mer — P. Phil. page 209.
- (121) Journal 1832 — page 945 — O.C. Gallimard.
- (122) Journal 1832 — page 949 — O.C. Gallimard.

- (123) La Mort du Loup — P. Phil. page 200 — O.C. Gallimard.
- (124) La Mort du Loup — P. Phil. page 200 — O.C. Gallimard.
- (125) La Mort du Loup — P. Phil. page 200 — O.C. Gallimard.
- (126) Bonnefoy; op. cité page 35.
- (127) La Mort du Loup — P. Phil. âge 200 — O.C. Gallimard.
- (128) Journal 1835 — cité par M. Saulnier op; cité. P. 1553.
- (129) Siwek, op. cité pages 19 et 20.
- (130) Voltaire: Dictionnaire Philosophique, article Vertu.
- (131) Journal 1832 page 941 — O.C. Gallimard.
- (132) Pierre Moreau — op. cité page 112.
- (133) cf: M. P. Moreau — op. cité page 43.
- (134) Les Oracles page 186 — O.C. Gallimard.
- (135) Les Oracles page 188 — O.C. Gallimard.
- (136) Les Oracles page 188 — O.C. Gallimard.
- (137) La Colère de Samson — page 196 — O.C. Gallimard.
- (138) La Mort du Loup page 200 — O.C. Gallimard.
- (139) Journal 1825 page 881 — O.C. Gallimard.
- (140) La Maison du Berger page 175 — O.C. Gallimard.
- (141) Lettre à Camilla Maunier 31 — janvier 1843, cité par M. Pierre Moreau, op. cité page 64.
- (142) Journal d'un Poète 1831 page 939 — O.C. Gallimard.
- (143) M. Verdun Saulnier: "Les Destinées" p. 86 Textes Littér.
- (144) La Sauvage page 193 — O.C. Gallimard.
- (145) Lettre à Camilla Maunier, déjà citée.
- (146) La Sauvage page 193 — O.C. Gallimard.
- (147) Journal, cité par Lauvrière, II, page 201.
- (148) Journal, cité par Lauvrière, II, page 201.
- (149) La Sauvage page 193 — O.C. Gallimard.
- (150) L'Esprit Pur page 224 — O.C. Gallimard.
- (151) La Sauvage page 193 — O.C. Gallimard.
- (152) La Sauvage page 192 — O.C. Gallimard.
- (153) La Colère de Samson page 197 — O.C. Gallimard.
- (154) La Colère de Samson page 196 — O.C. Gallimard.
- (155) La Colère de Samson page 196 — O.C. Gallimard.
- (156) Lettres Philosophiques — XXV Lettre — page 144 — Garnier.
- (157) La Colère de Samson page 196 — O.C. Gallimard.
- (158) La Colère de Samson page 196 — O.C. Gallimard.
- (159) La Colère de Samson page 196 — O.C. Gallimard.
- (160) La Colère de Samson page 197 — O.C. Gallimard.
- (161) La Colère de Samson page 197 — O.C. Gallimard.
- (162) La Colère de Samson page 197 — O.C. Gallimard.
- (163) La Colère de Samson page 197 — O.C. Gallimard.
- (164) La Colère de Samson page 197 — O.C. Gallimard.
- (165) La Colère de Samson page 198 — O.C. Gallimard.
- (166) La Colère de Samson page 198 — O.C. Gallimard.

- (167) La Colère de Samson page 198 — O.C. Gallimard.
- (168) La Maison du Berger page 181 — O.C. Gallimard.
- (169) Journal 1838 cité par Lauvrière II page 216.
- (170) La Maison du Berger page 182 — O.C. Gallimard.
- (171) La Maison du Berger page 182 — O.C. Gallimard.
- (172) Le Mont des Oliviers page 206 — O.C. Gallimard.
- (173) La Maison du Berger page 182 — O.C. Gallimard.
- (174) La Maison du Berger page 181 — O.C. Gallimard.
- (175) La Sauvage page 190 — O.C. Galimard.
- (176) Wanda page 216 — O.C. Gallimard.
- (177) Wanda page 218 — O.C. Gallimard.
- (178) Wanda page 218 — O.C. Gallimard.
- (179) Bonnefoy op. cité.
- (180) V. Hugo: "Les Rayons et les Ombres" — Sagesse.
- (181) La Maison du Berger page 180 — O.C. Gallimard.
- (182) La Maison du Berger page 181 — O.C. Gallimard.
- (183) La Bouteille à la Mer page 214 — O.C. Gallimard.
- (184) La Bouteille à la Mer page 214 — O.C. Gallimard.
- (185) Wanda page 222 — O.C. Gallimard.
- (186) Wanda page 216 — O.C. Gallimard.
- (187) La Bouteille à la Mer page 210 — O.C. Gallimard.
- (188) La Bouteille à la Mer page 215 — O.C. Gallimard.
- (189) L'Esprit Pur page 224 — O.C. Gallimard.
- (190) La Maison du Berger page 180 — O.C. Gallimard.
- (191) L'Esprit Pur page 224 — O.C. Gallimard.
- (192) La Maison du Berger page 180 — cf: Journal 1840-1842, cité à l'introduction de ce mémoire, sur le rôle supérieur de la poésie.
- (193) Journal d'un Poète, 1835 pages 1031 et 1832 — O.C. Gallimard.
- (194) Dolorida — Livre Moderne page 118 — O.C. Gallimard.
- (195) Musset, Les Nuits.

VERITAS

Publicação Periódica-Trimestral

EXPEDIENTE:

Diretor-responsável

Irmão José Otão

Secretário

Irmão Elvo Clemente

Comissão de Redação

Prof. Irmão Faustino João
Prof. Antônio César Alves
Prof. Francisco da Silva Juruena
Prof. Des. Celso Afonso Pereira
Prof. Manuel Santana
Professôra Lúcia Gavello Castillo

ADMINISTRAÇÃO

Pontifícia Universidade Católica do RGS — Praça Dom Sebastião, 2
PÔRTO ALEGRE (Brasil)

Preço anual	Cr\$ 200,00
Número avulso	Cr\$ 50,00
Exterior	\$2 dólares
Professôres e alunos da Univ. assinatura anual	Cr\$ 100,00

Formas de pagamento: Vale postal, valor declarado ou cheque pagável em Pôrto Alegre.

EDITORA TIPOGRAFIA CHAMPAGNAT
Avenida Bento Gonçalves, 4314 — Pôrto Alegre

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL
Pôrto Alegre**

Equiparada pelo Decreto n.º 25.794 de 9 de novembro de 1948

FUNDADA E MANTIDA PELOS IRMÃOS MARISTAS

A Pontifícia Universidade Católica do R.G.S. compreende:

I — INSTITUTOS UNIVERSITARIOS

- 1 — Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas —
— Fundada em 1931
- 2 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras —
Fundada em 1940
- 3 — Escola de Serviço Social — Fundada em 1945
- 4 — Faculdade de Direito — Fundada em 1946
- 5 — Faculdade de Odontologia — Fundada em 1953

II — INSTITUTOS COMPLEMENTARES

- 1 — Instituto de Psicologia — Fundado em 1953
- 2 — Centro de Pesquisas Econômicas — Fundado
em 1954
- 3 — Curso de Orientação Educacional — Fundado em
1958
- 4 — Instituto de Sociologia — Fundado em 1.º de maio
de 1959.

